



Serviço Público Federal  
Ministério da Educação

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
CURSO DE MESTRADO**

**TIAGO SALSA CORRÊA**

**SUICÍDIO, O JOVEM E A ESCOLA: ANÁLISE DO RETRATADO NA MÍDIA  
JORNALÍSTICA E AS POSSÍVEIS ESTRATÉGIAS PARA ATUAÇÃO DO(A)  
PSICÓLOGO(A) NA ESCOLA**

**CAMPO GRANDE -MS  
2021**

**TIAGO SALSA CORRÊA**

**SUICÍDIO, O JOVEM E A ESCOLA: ANÁLISE DO RETRATADO NA MÍDIA  
JORNALÍSTICA E AS POSSÍVEIS ESTRATÉGIAS PARA ATUAÇÃO DO(A)  
PSICÓLOGO(A) NA ESCOLA**

Relatório de exame de defesa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Curso de Mestrado, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul como requisito para obtenção de título de mestre em Psicologia. Orientadora: Profa. Dra. Sonia da Cunha Urt

**CAMPO GRANDE -MS  
2021**

**TIAGO SALSA CORRÊA**

**SUICÍDIO, O JOVEM E A ESCOLA: ANÁLISE DO RETRATADO NA MÍDIA  
JORNALÍSTICA E AS POSSÍVEIS ESTRATÉGIAS PARA ATUAÇÃO DO(A)  
PSICÓLOGO(A) NA ESCOLA**

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Sônia, da Cunha Urt  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS  
Orientadora

---

Profa. Dra. Marilda Gonçalves Dias Facci  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/Universidade Estadual de Maringá -  
UEM  
Membro Titular

---

Profa. Dra. Nilza Tessaro Leonardo  
Universidade Estadual de Maringá - UEM  
Membro Titular

---

Profa. Dra. Ana Karla Silva Soares  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS  
Membro Suplente

**CAMPO GRANDE -MS  
2021**

CE 29.08.08

# Estudante indígena encontrada enforcada em área de aldeia

EDILSON OLIVEIRA, NAVIRAÍ

A estudante Vanessa Martins Benites, de 18 anos, de etnia guarani-caiúá, cometeu suicídio. O fato se deu nos fundos da casa 145 do núcleo habitacional da Aldeia Porto Lindo, no município de Japorá. A Polícia Civil de Mundo Novo registrou a ocorrência. O corpo da indígena foi localizado por familiares, ontem pela manhã, por volta das 5h30min.

De acordo com as informações, a Polícia Militar de Japorá foi chamada para atender o caso e constatou que ela estava amarrada na

tava pendurado no galho de uma árvore.

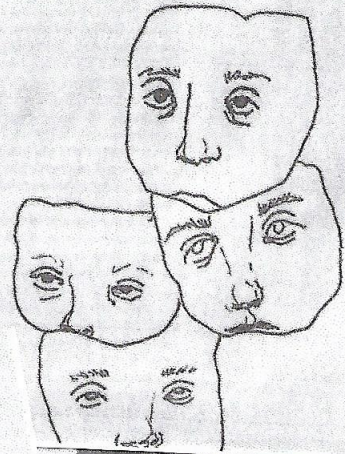
Familiares informaram agentes funerários que teriam encontrado o corpo da estudante em um terreno familiar, na noite anterior (quinta-feira) ao encontro de uma festa, mas os

# Crescem publicações sobre suicídio durante a pandemia

Posts relacionados a suicídio foram provocados pelo isolamento social

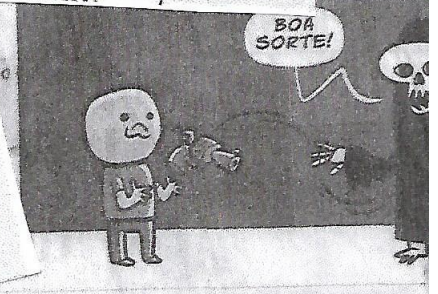
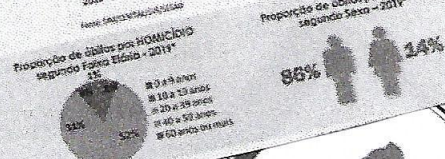
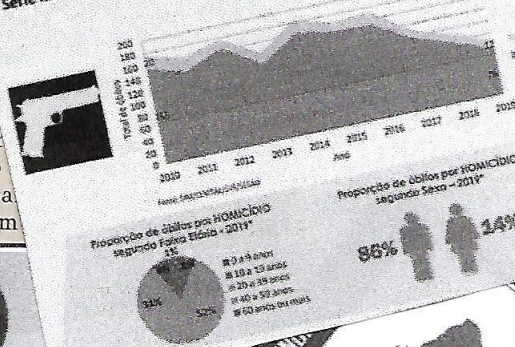
Marcella Franco

SÃO PAULO Desde que se mudou para o mesmo terreno em que mora toda a família do marido, no interior do Paraná, Helena\* (o nome foi trocado a pedido da entrevistada), de 23 anos, não conseguiu mais ser feliz. Longe de seus pais e dos irmãos, diz que detesta o lugar e que se sente sozinha. O marido nunca foi "do tipo que para em casa", diz ela. "Recentemente descobri umas coisas dele que ainda fizeram tudo piorar". Na pandemia, é ela quem cuida sozinho dos dois filhos de quatro anos e da bebê de nove meses. Para se distrair, Helena participa de um grupo no P... ok. O objetivo...



Polícia Civil ouve adolescentes, que chegaram planos para suicídio coletivo. Salutaros foram visitados e não há indícios de grupos.

## Série histórica de óbitos por HOMICÍDIO de pessoas residentes em Campo Grande - 2010 a 2019\*



Lições da tragédia



Vanessa morreu com um tiro na cabeça em Mundo Novo. (Foto: Arquivo pessoal)

# ESTUDANTE SE SUICIDA NO VIADUTO DA SALGADO FILHO

No início da noite de quinta-feira (24), o estudante de Odontologia Lucas Cavalcante da Silva Loureiro (19) anos, se jogou no viaduto da Avenida Salgado Filho, caindo no córrego

de acordo com o pai de... Norte-Sul Plaza. Depois, enviou uma mensagem com a... no córrego de um... de aproximadamente

# 'Jogo da morte' Parlamentares debatem ações contra a 'brincadeira Baleia Azul'

Assembleia propõe ação de prevenção, Câmara vai realizar audiência

O ESTADO, 21.04.201



## RESUMO

O fenômeno do suicídio vem atualmente crescendo em todo o mundo, incluindo o Brasil e, particularmente, no estado onde ocorre esta pesquisa, Mato Grosso do Sul, que apresenta um dos maiores índices de suicídios do país. Antes, a maior incidência desse fenômeno era em adultos e idosos, conquanto ocorreu uma mudança na última década e a faixa etária que apresenta o maior índice são os jovens. A escola pública surge nesse prisma como um dos ambientes dos conflitos sociais, onde esse público alvo se encontra inserido nessa determinada fase da vida. Assim, esta pesquisa tem como objetivo verificar o que é retratado na mídia jornalística regional sobre a escola, os jovens e o suicídio e como essa questão está posta nas produções científicas que abordam o tema. O estudo está balizado no Materialismo Histórico-Dialético, fundamentação que constitui as bases da Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski e seus interlocutores. Busca-se uma compreensão do suicídio, considerando uma análise do homem que se autoextermina em sua característica singular e universal. A metodologia foi realizada com levantamento bibliográfico e a verificação de fontes da imprensa regional. Como resultados, por meio das análises, ficou perceptível que o suicídio é visto, na maioria dos trabalhos científicos sob a ótica médica e, mediante a Psicologia Histórico-Cultural, busca-se um olhar sob a ótica psíquica e social das relações humanas e materiais que permeiam nossa sociedade.

**Palavras-chave:** Suicídio. Psicologia Histórico-Cultural. Escola Pública. Psicologia Escolar. Jovens.

## ABSTRACT

The phenomenon of suicide is currently growing all over the world including Brazil, and particularly the state where this research takes place, Mato Grosso do Sul, which has one of the highest suicide rates in the country. Before, its highest incidence was in adults and the elderly, although there has been a change in the last decade and the age group with the highest rate is now young. The public school appears in this light as one of the environments of social conflicts, where this target audience is at this particular stage of life. Thus, this research aims to verify what is portrayed in the regional journalistic media about school, youth and suicide and how this issue is posed in scientific productions that address the theme. This study is based on Historical-Dialectical Materialism, a foundation that forms the basis of Vigotski's Historical-Cultural Psychology and his interlocutors. In this search for an understanding of suicide, considering an analysis of the man who exterminates himself in his singular and universal characteristic. The path followed, the methodology, was carried out with bibliographic survey, and the verification of sources from the regional press. The analysis of suicide is mostly perceived in scientific works from a medical point of view, and through Historical-Cultural Psychology a look is sought from the psychic and social point of view, of the human and material relations that permeate our society.

**Keywords:** Suicide. Historical-Cultural Psychology. Public school. School Psychology. Young.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Violência.....	30
Figura 2 – Tentativas de suicídio por região.....	36
Figura 3 – Mapa da OMS.....	38
Figura 4 – Fluxograma do estado do conhecimento.....	80
Figura 5 – Série histórica de homicídios de pessoas residentes em Campo Grande – 2010 a 2019.....	105

## LISTA DE TABELA E PLANILHAS

Tabela 1 – Número de trabalhos por área de pesquisa.....	88
Tabela 2 – Número de trabalhos por área de ensino.....	89
Tabela 3 – Número de matérias Campo Grande News.....	94
Tabela 4 – Número de matérias Midiamax.....	95
Tabela 5 – Número de matérias Correio do Estado.....	95



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Aumento em suicídios na faixa etária de 5 a 44 anos de 1950 a 1995.....	32
Gráfico 2 – Número de suicídios no Brasil (1996 a 2017) .....	33
Gráfico 3 – Taxa de suicídios por 100 mil habitantes de 1996 a 2017.....	34
Gráfico 4 – Estimativa do número de suicídios de 2018 a 2020.....	35
Gráfico 5 – Tentativas e lesões notificadas.....	36
Gráfico 6 – Total de número de mortes por suicídio no Brasil de 1996 a 2016.....	37
Gráfico 7 – Total de número de suicídios em adolescentes no Brasil de 2011 a 2016.....	37
Gráfico 8 – Trabalhos selecionados.....	79
Gráfico 9 – Instrumento de coleta de dados.....	90
Gráfico 10 – Ano de Publicação dos trabalhos.....	91
Gráfico 11 – Número de matérias jornalísticas relacionadas por jornais de 2010 a 2020.....	96
Gráfico 12 – Número de matérias jornalísticas nos principais jornais do Estado por ano.....	97
Gráfico 13 – Jornais consultados de 2010 a 2020 (porcentagem).....	98
Gráfico 14 - Índices elencados nas matérias jornalísticas pesquisadas.....	101
Gráfico 15 – Principais características.....	102
Gráfico 16 – Óbitos de natureza violenta registrados no ano (MS).....	104
Gráfico 17 – Características essenciais para a compreensão do cenário que envolve o suicídio.....	113
Gráfico 18 – Registro de mortes de crianças e adolescentes entre 0 a 19 anos em MS.....	114

## **LISTA DE SIGLAS**

**BDTD** – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

**CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**CAPS** – Centro de Apoio Psicossocial

**CEPP** – Código de Ética Profissional da(o) Psicóloga(o)

**CFP** – Conselho Federal de Psicologia

**CRM** – Conselho Federal de Medicina

**CVV** – Centro de Valorização da Vida

**IASP** – Associação Internacional de Prevenção ao Suicídio

**NCI** – Notificação Compulsória

**NIMH** – National Institute of Mental

**ODIN** – Outcome of Depression International Network

**OMS** – Organização Mundial da Saúde

**OPAS** – Organização Pan-Americana da Saúde

**PEPSI** – Periódicos Eletrônicos em Psicologia

**SAMU** – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

**SCIELO** – Scientific Electronic Library Online

**SED** – Secretaria de Estado de Educação

**SEJUSP-MS** – Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

**TCLE** – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**UFMS** – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

**UNICAMP** – Universidade Estadual de Campinas

**UPA** – Unidade De Pronto Atendimento

**UERJ** – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1 SUICÍDIO: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-SOCIAL.....</b>	<b>17</b>
1.1 O suicídio na história e na sociedade.....	17
1.2 O suicídio e a Psicologia Histórico-Cultural.....	23
1.3. Dos dados sobre o suicídio.....	29
<b>2 PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL: DESENVOLVIMENTO HUMANO E EDUCAÇÃO ESCOLAR.....</b>	<b>43</b>
2.1 Psicologia Histórico-Cultural: desenvolvimento humano e historicidade.....	43
2.1.1 Psicologia revolucionária com Baró.....	49
2.2. Educação Escolar, Adolescência e Psicologia Histórico-Cultural.....	52
2.3. A escola pública e suas mazelas.....	64
2.3.1 Pisa -Programa Internacional de Avaliação de Alunos.....	71
2.3.2 Medicalização.....	72
<b>3 SUICÍDIO, ESCOLA E JOVENS: PRODUÇÕES CIENTÍFICAS E JORNALÍSTICAS.....</b>	<b>76</b>
3.1 Das produções científicas.....	76
3.1.1 Sobre os descritores.....	76
3.1.2 Estado do conhecimento sobre o suicídio de adolescentes em escolas.....	76
3.1.3 Processo de busca.....	78
3.1.4. Trabalhos relacionados – Banco de Dados Oficiais.....	80
3.1.5 Base de análise a partir das produções encontradas.....	85
3.1.6 Bases Teóricas Utilizadas.....	87
3.1.7 Áreas do Conhecimento e Níveis de Ensino.....	88
3.1.8 Instrumentos de Coletas de Dados.....	89
3.1.9. Modalidades de pesquisa.....	90
3.1.10 Localização das pesquisas.....	91
3.1.11 Ano de publicação.....	91
3.1.12 Produções científicas sobre suicídio de adolescentes a partir da Psicologia Histórico-Cultural.....	92
3.2 Das mídias jornalísticas.....	93
3.2.1 A realidade do suicídio sob o olhar dos jornais de 2010 a 2020.....	93

3.2.2 Da violência.....	99
3.3 Possibilidades da atuação da Psicologia Escolar frente ao suicídio.....	121
3.3.1 Das possíveis estratégias.....	121
3.3.2 Experiências, projetos e propostas de atuação.....	127
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>135</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>137</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>142</b>

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objeto um estudo acerca do suicídio na escola, focalizando a cidade de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, com o objetivo de verificar o que é retratado na mídia jornalística e na produção científica, envolvendo a escola, o jovem e o suicídio. A análise do fenômeno se fundamenta sob a ótica da Psicologia Histórico-Cultural. Dessa forma, este estudo e o seu objeto impõem a necessidade de uma investigação sobre temas abordados pela Psicologia Histórico-Cultural, pela Psicologia Escolar e demais áreas que fundamentam as discussões e as situações aqui expostas, a começar pela compreensão da relação sociedade-escola-homem.

A temática proposta originou-se em uma ação social realizada pelo pesquisador desde o ano de 2014, em Campo Grande/MS, com participações em diversos eventos, realização de mais de 1300 escutas a alunos do Ensino Médio em escolas e diversas instituições públicas e ministração de palestras sobre o tema em escolas públicas, Centros de Atenção Psicossociais, universidades públicas e privadas, bem como em diversas instalações do SUS, entre outros.

Ao todo foram realizadas 163 ações desse tipo, estendendo-se a 6 municípios do interior do estado. Essas ações despertaram no pesquisador a curiosidade para entender como esse assunto é tratado pelas mídias e pelo meio científico atualmente, como também geraram uma angústia em relação ao fenômeno do suicídio de jovens atingidos de forma direta ou indireta.

A pesquisa nasceu, portanto, das inquietações geradas em ações sociais realizadas nesta capital nos anos de 2014 a 2018, quando escolas públicas foram visitadas (8 delas em outros municípios do Estado), e ali foram realizadas escutas dinâmicas, encaminhamentos, grupos de conversas e palestras. O foco primordial de todas essas atividades foi pensado diante de uma situação de alta gravidade, tornando imperioso incluir no contexto dessa discussão as 163 palestras realizadas, sob o título “Eu acredito na vida, eu acredito na saúde”<sup>1</sup>. Diversos temas envolvendo a adolescência foram abordados nessas ações “vivas”, atendendo demandas institucionais diferenciadas de um lugar a outro, na mesma capital. Foi utilizada uma estratégia direcionada a essa faixa etária, abordando o assunto que mais se evidenciava nas escutas e nas falas pelos pátios das escolas públicas: o suicídio.

As palestras gratuitas eram requisitadas por diretores de escola, marcando dia e hora e, a partir disso, a escola era preparada adequadamente para o evento, disponibilizando o uso

---

<sup>1</sup> Nome das palestras que eram ministradas na Ação Social realizada pelo autor.

de microfone e reunindo diversos alunos, geralmente no pátio para agregar um maior número de pessoas. Registra-se um caso emblemático do despreparo de gestores, quando em determinadas escolas públicas o palestrante foi advertido com a seguinte observação: “Por gentileza, só não quero que seja mencionada duas palavras: suicídio e homossexualidade”. Tal atitude pareceu apontar a falta de interesse, despreparo ou receio em abordar gravíssimos problemas dentro da escola, fato que impede o estabelecimento da discussão do tema e da ajuda sobre essa questão.

No processo original deste trabalho é impossível deixar de lembrar diversas falas escutadas como: “Queria que você fosse meu pai”; “Às seis horas meu padrasto chega, ele vai esperar eu tomar banho e entrar no banheiro e me estuprar”, (falas comuns nos relatos de abuso sexual no ambiente íntimo da família). Os abusadores não deixam, em muitos casos, que haja chave nos banheiros para simular que entraram sem querer durante o banho de suas vítimas e, geralmente, todos da casa sabem ou desconfiam desse procedimento. Inúmeras vezes a diretora da instituição pedia por uma escuta com o “marginalizado” da escola, normalmente um(a) adolescente que agredia os demais. Após a escuta e ações de psicoeducação e afeto, estes se despediam com um fraterno abraço após a consulta, dizendo: “Obrigado tio”. Esses alunos, na verdade, passavam por todo tipo de violência e abandono inacreditáveis para um ser humano jovem.

Quanto à elaboração de políticas públicas de prevenção ao suicídio, a OMS (1996) elencou, como demonstra Botega (2010), cinco princípios norteadores que devem ser obedecidos nessas ações: falar de forma clara sobre o suicídio e sua prevenção; ter uma proposta coerente com objetivo de âmbito micro e macro, com metas definidas; ter objetivos que se enquadrem na realidade, metas que possam ser alcançadas; ter um acompanhamento desses processos e a mensuração dos resultados após sua instauração.

É preciso “ver” a morte sem medo, pois o ser humano é o único animal que sabe que um dia irá morrer. Assim, sem hesitar, o assunto precisa ser explorado, pois é um fato que irá ocorrer a todos e é preciso ver o suicídio e suas consequências a partir de um olhar científico, uma vez que é impossível sair incólume de sua ocorrência. Lidar com esse fato requer muita estrutura psíquica e constante apuração da realidade baseada nos aportes teóricos e científicos. A sociedade precisa perceber que, julgando e sendo perversa com os suicidas, o efeito irá replicar e envolver a todos, como um ciclo.

Uma das perguntas que mais estimularam esta pesquisa foi: Em se tratando de entender as causas do suicídio (que de forma alguma pode ser resumida a uma só), por que o fenômeno persiste e aumenta a cada ano? Que sociedade é esta e quem somos para produzir tantos

suicidas? O que leva uma pessoa, no início de sua vida, a desejar morrer, sendo que a humanidade há séculos vem buscando formas de perpetuar a existência e viver mais e melhor?

O projeto de mestrado realizado partiu da intenção de contribuir para a compreensão de um problema angustiante e ainda sem solução plausível, que é o suicídio de jovens em nosso estado. Nessa ocasião, no ano de 2019, foi aprovada a lei de inserção dos profissionais de Psicologia nas escolas públicas<sup>2</sup>, o que motivou ainda mais a pesquisa que envolve o suicídio, a visão dos adolescentes sobre o que a escola necessita para esse enfrentamento, como também a investigação de qual será o papel desse profissional no cenário escolar.

A pesquisa pretendeu se apropriar e analisar o que é veiculado nas mídias jornalísticas regionais, como também da produção científica acerca do fenômeno do suicídio entre jovens estudantes da escola pública, tentando entendê-los a partir dos fundamentos da Psicologia Histórico-Cultural, o que pode trazer as bases e os fundamentos para trabalhos e propostas posteriores.

A pretensão de realizar esta pesquisa oportuniza-se no momento em que o estado de Mato Grosso do Sul se encontra entre os lugares com altíssimos níveis nos índices/estatísticas de suicídio<sup>3</sup>, em denúncias de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes, em violência doméstica e feminicídio e, não menos impactante, na pandemia da Covid-19.

Neste contexto, a Psicologia precisa ser transformadora do homem e da sociedade, auxiliando na sua emancipação e autonomia. Dessa forma, é preciso buscar uma análise das questões mais agudas que atingem diretamente o jovem, a escola e toda a sociedade.

A teoria que fundamenta esta pesquisa é a Psicologia Histórico-Cultural, com seu fundamento nos trabalhos de Lev Semenovitch Vygotsky<sup>4</sup> (1896-1934), o qual realizou estudos sobre a mediação social no desenvolvimento das funções psicológicas superiores, não negando um suporte biológico, porém afirmando que o funcionamento psicológico é baseado nas relações sociais entre o homem e o exterior, como em suas relações materiais com o trabalho

---

<sup>2</sup> Lei 13.935/2019 promulgada pelo governo federal e publicada no Diário Oficial da União que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica.

<sup>3</sup> Conforme Ministério da Saúde (2018).

<sup>4</sup> O nome Lev Semyonovich Vygotsky tem sido grafado de diferentes formas na literatura científica ocidental. Em Russo, o nome dele é Лев Семёнович, porém o uso da grafia Vigotski é encontrado na maioria dos livros de língua portuguesa e a grafia Vygotsky é encontrado em muitos livros de língua inglesa. No Brasil, com a entrada da letra Y na última reforma ortográfica, muitos cientistas optam por espelhar as traduções norte-americanas. Em espanhol e em francês encontramos Vygotski e Vygotsky; em alemão, Vygotskij, Lev Semionovitch Vigotski (em russo Лев Семёнович Выготский, transliteração: Lev Semyonovich Vygotskij, sendo o sobrenome também transliterado como Vigotski, Vygotski ou Vygotsky; (Orsha, 17 de novembro de 1896 — Moscou, 11 de junho de 1934). Neste trabalho optamos pela grafia com dois “is”, registrando em nota de rodapé essa forma e que será mantida e respeitada a grafia de acordo com o original da obra citada.

em um certo tempo datado, e através de sistemas simbólicos, por meio do qual ele se relaciona com a sociedade. (OLIVEIRA, 1997).

A escola pode ter uma posição fundamental na transformação do homem e da sociedade para formar a “massa crítica”, ou seja, a consciência do papel de sujeito do homem dentro de sua comunidade, e esse papel não pode ser compreendido sem o contexto histórico e global do sistema capitalista. Por sua vez, o suicídio em jovens de escolas da Educação Básica e, em especial do Ensino Médio, é uma das piores manifestações de crise nessa faixa da população, que, sem ter consciência crítica da sua própria realidade, convive diretamente com a violência.

No processo de criação de um ser humano único e universal, posiciona-se a Psicologia Histórico-Cultural<sup>5</sup> não apenas modificando a realidade social para a superação de condições de vida precárias, da pobreza, da ignorância e da falta de consciência, mas se diferenciando da educação que reproduz e mantém as relações de dominação que determinam vidas, divisão da sociedade e disparidades nas classes sociais, jamais alcançando a sua função de formar o homem crítico e atuante no seu meio social.

Este trabalho está organizado em três capítulos: 1. Suicídio uma análise Histórico-Social; 2. Psicologia Histórico-Cultural: desenvolvimento humano e educação escolar; 3. Suicídio, escola e jovens: produções científicas e jornalísticas. Em seu primeiro capítulo apresenta a abordagem e a discussão sobre o suicídio na história, na sociedade e a Psicologia Histórico-Cultural<sup>6</sup>. Seguindo, no segundo capítulo, aborda a Psicologia Histórico-Cultural, a manifestação e emancipação humana, destacando-se a universalidade e a singularidade do homem. São expostas também as situações dos jovens, da concepção de escola e da emancipação humana. Prosseguindo, o terceiro capítulo apresenta a produção científica sobre o assunto suicídio, jovens e escola e a pesquisa empírica: o suicídio na escola, o que é retratado na mídia regional de Campo Grande e do estado de Mato Grosso do Sul em relação aos jovens e às escolas públicas.

As considerações finais fazem o fechamento deste trabalho, que pretende apontar articulações entre o que temos produzido cientificamente no âmbito da escola, jovem e suicídio e o acontecido e noticiado pelas mídias em Mato Grosso do Sul nestes dez últimos anos.

---

<sup>5</sup> Será utilizada a grafia Psicologia Histórico-Cultural para se referir ao conjunto de teses e metodologias relacionadas às ideias de Vigotski

<sup>6</sup> Será adotada a terminologia Psicologia Histórico-Cultural, porém alguns teóricos adotam o termo Psicologia Sócio- Histórica.



# 1 SUICÍDIO: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-SOCIAL

## 1.1 O suicídio na história e na sociedade

A respeito das características principais que envolvem o tema, é imperioso abordar a depressão que, segundo a OMS (2018), é um dos transtornos de humor mais incapacitantes atualmente em todo o mundo. Esta geralmente se faz presente nos casos que envolvem adolescentes e o suicídio e, por essa razão, busca-se abordar uma visão a partir da Psicologia Histórico-Cultural, considerando a dialética singular-particular-universal e de todo esse contexto com as relações materiais da sociedade contemporânea.

De forma alguma pretende-se esgotar os caminhos perseguidos pelo homem em toda a sua história acerca das múltiplas conceituações filosóficas sobre o suicídio, como também sobre o tabu que envolve essa discussão. Sem a preocupação de defender ou condenar posturas ou pensadores, optou-se, neste trabalho, pela breve menção de algumas das mais importantes análises que fundamentam nosso conhecimento sobre o suicídio.

Como demonstra Almeida (2018), observa-se um aumento significativo de episódios de suicídio entre jovens no Brasil. Ao mesmo tempo, verifica-se uma redução nas estratégias de atendimento com processos de medicalização, patologização, uso de critérios e diagnósticos naturalizantes e novas nosologias, determinando os homens de maneira generalista, sob um padrão organicista de naturalização da vida social. Esse é um cenário preocupante de banalização do sofrimento, principalmente na faixa etária do público alvo deste trabalho.

A OMS, quando trata do tema da depressão, traz importante discussão, apontando que ela está intimamente ligada às questões econômicas, sendo gerada em grande parte devido ao desemprego, à pobreza e às condições materiais de vida insuficientes. As pessoas acometidas por esse transtorno, mesmo inseridas no mercado de trabalho, acabam por não desenvolver todo seu potencial, afetando também, em um outro contexto, a economia. (ALMEIDA, 2018).

Em contraposição, há uma visão inatista, que coloca o ser humano fadado ao adoecimento e justifica o transtorno como algo biológico. A Psicologia Histórico-Cultural tem uma visão de que seu surgimento e aumento social se dá como resistência passiva diante da organização do processo de trabalho e da vida, das exigências quase que insuperáveis para uma grande maioria da população no sistema capitalista e do consumo normatizado pelos homens expostos pela exploração. (ALMEIDA, 2018).

Prosseguindo com Almeida (2018), nessa análise cabe abordar a saúde pública sob os aportes de um modelo marxista na teoria Histórico-Cultural, balizados no materialismo

histórico-dialético, com o entendimento da sociedade a partir de suas relações materiais, de consumo e trabalho.

Em grande maioria dos casos de suicídio, percebem-se no ambiente familiar as motivações dessa ação e essa presença pode ser um polo tanto positivo, por ser a família um suporte para o sujeito no momento de crise ou negativo, devido ao fato de ela ser responsável pelos problemas que causam a crise no sujeito. Portanto, quando ocorre o suicídio, aparece ora a culpabilização da família, ora seu julgamento por outras pessoas expressos por frases como: “a família não soube cuidar”, “aquela pessoa tinha um parente louco”, “era falta de Jesus”, e demais ações eivadas de preconceito e maldade inseridas em momento crítico da família das pessoas que cometem o suicídio e que deveriam ser acolhidas e nutridas de compaixão.

Vale ressaltar, segundo Fukumitsu (2019), que existe uma ambiguidade nas relações familiares no que diz respeito aos sujeitos que sempre estão na iminência de cometer o ato suicida, já que a família, embora sinta uma expectativa angustiante quando perde seu ente querido, ao mesmo tempo sente um “estranho alívio” quando o ato é consumado. Isso se deve ao fato de que uma pessoa que sinaliza o desfecho ou tenha feito tentativas de suicídio transforma os familiares em reféns de suas intenções, impondo-lhes um medo constante em relação ao ato ou colocando-os em vigilância constante, gerando neles um desgaste emocional e físico por essa situação. Entretanto, o sujeito do ato terminal encontra-se em um contexto de sofrimento profundo, de forma que o desfecho acaba com a sofrida expectativa do suicídio de uma pessoa próxima.

A Suicidologia<sup>7</sup> é o ramo ou a área da ciência que busca a compreensão desse fenômeno em crescimento nos dias atuais, geralmente preconizada por psiquiatras e Psicólogos. Seu maior expoente é Edwin Shneidman, psicólogo clínico americano também estudioso do Tanatismo<sup>8</sup>, o qual escreveu diversas obras sobre o tema e fundou a Associação Americana da Suicidologia. Dentre seus principais trabalhos encontram-se: “*Clues to Suicide* (with Norman Farberow) (1957), *The Psychology of Suicide: A Clinician's Guide to Evaluation and Treatment* (with Farberow and Robert E. Litman) (1970), *Voices of Death* (1980), *The Definition of Suicide* (1985), *The Suicidal Mind* (1998), e *A Commonsense Book of Death: Reflections at Ninety of a Lifelong Thanatologist*” (2008).

Segundo Cassorla (2017, p. 29) “O suicida não procura a morte (porque não sabe o que é a morte), mas está em busca de outra vida, fantasiada em sua mente”. Como contribuição ao

---

<sup>7</sup> Estudo do comportamento e causas suicidas realizado por profissionais da Psiquiatria ou da Psicologia. Suicidólogo é o nome que recebem quando da formação na referida especialidade.

<sup>8</sup> Um instinto de morte que leva o indivíduo à autodestruição ou prazer de ser agredido com o fito de atingir alguém.

entendimento do termo, a OMS (2001) definiu o suicídio como “[...] um ato deliberado, iniciado e levado a cabo por uma pessoa com pleno conhecimento ou expectativa de um resultado fatal”.

Convém salientar que a sociedade capitalista estimula a busca por bens de consumo, a acumulação de riqueza e acaba se omitindo diante da violência, percebida apenas quando invade os limites das relações privadas e continua sendo terceirizada como “problema dos outros”. Nesse contexto, a organização social capitalista fomenta a alienação, acreditando que, em uma categoria social específica e privilegiada nesse processo, pode ficar imune ao fenômeno. Assim sendo, a questão da violência numa sociedade regida pelo capital é estrutural e está implícita no processo de concentração de riqueza e de poder de um grupo reduzido e dominante, por meio da exploração do trabalho da maioria, como também da desigualdade entre homens, mulheres, velhos, crianças de culturas diferentes e do preconceito entre raças diversas e etnias. Dessa forma, a violência é um mecanismo eficaz de dominação de uns sobre os outros e exhibe distintas maneiras de se manifestar, incluindo as mídias, que manipulam subliminarmente conceitos e “pré-conceitos”.

É preciso entender as relações construídas a partir da transmissão de valores sociais de incentivo à violência de qualquer forma, como a exclusão, a competição, a banalização das injustiças sociais, os preconceitos, o medo e a omissão, os quais impedem diversas ações positivas, trazendo males que estigmatizam as pessoas e modificando a cultura legítima de um local e de um grupo humano específico. Ao mesmo tempo, existem os discursos de paz e defesa dos direitos humanos e, atualmente, presencia-se a era em que a escola passou a ser objeto de discussão por sua segurança e não por sua qualidade. Apenas com medidas paliativas, o equívoco é evidente: a sociedade precisa mudar em suas estruturas econômica, social e política, assim como o homem precisa mudar para que a escola mude e a violência seja, ao menos, minimizada.

A partir do momento que a sociedade entende a depressão como algo biológico, pessoas fadadas à sua ocorrência, no transpor da vida, excluem-se de uma discussão necessária como pobreza, oportunidade de vida e de trabalho, miséria material e violência em todas suas modalidades. Na experiência empírica vivenciada, percebe-se quase uma totalidade de casos relacionados ao suicídio de jovens em idade escolar em que se ignoram as verdadeiras origens do ato, optando-se por defini-lo como uma ação realizada para “chamar atenção” ou como “demonstração de fraqueza” ou “despreparo para a vida”. Comumente esses jovens são acusados de não serem “fortes” como foram os jovens antigamente, falas essas inseridas no discurso atual da sociedade brasileira.

Bodega (2015) elenca pensadores reconhecidos que trataram o assunto. Nietzsche trata a morte natural como uma morte não livre, não racional, que acontece em um momento impróprio. Caso fosse escolhida, voluntária e racional, esta seria em um momento oportuno, ou seja, por amor à vida se buscaria a morte livre.

Camus (1913-1960) coloca o suicídio em um patamar individual, não coletivo ou social. Em sua concepção, o homem não compreende o mundo e resolve deixá-lo e, assim, a escolha do suicídio significa uma aceitação passiva, uma resolução para o problema. Em “*Le problème moral du suicide*”, Landsberg, em 1942, escreveu sobre a experiência da morte, tratando-a como um acontecimento pessoal. Judeu perseguido pelo regime nazista, como tantos outros, andava com uma cápsula de cianureto em seu bolso. Porém, foi preso e faleceu com sua família em um campo de concentração. Ele discutia a ideologia cristã diante do suicídio por ser a única religião que não o admite em nenhuma circunstância, porém considerava que essa ação não deveria ser culpabilizada, pois, diante da história humana, o suicídio já foi encarado como um ato de coragem de guerreiros e envolvia a noção de liberdade.

A ciência contemporânea, pelos meios de pesquisa científica em prol da saúde mental, estabelece o consenso de que o ato suicida, seja ele tentado ou consumado, é considerado um problema de saúde, anulando, portanto, a convicção da incoerência e do equívoco de misturar as questões dogmáticas com as empíricas.

O pensador Montesquieu<sup>9</sup> estabelece a relação da loucura que leva ao suicídio ao clima oceânico, ao frio e à umidade, elementos considerados causadores de uma desordem cerebral que levaria à loucura, crença semelhante à de séculos passados, quando se acreditou que a lua poderia transformar homens em “lobisomens” (mistura de homem e lobo). É verdade que, devido à falta de luz solar gerando uma quantidade insuficiente de vitamina D no corpo humano, a qual é absorvida em sua exposição ao sol, pode interferir no quadro de sintomas depressivos, fato verificado em países que possuem esse ambiente climático. Porém, não se pode alegar, por motivos óbvios, que isto leve diretamente à loucura e ao autoextermínio.

No decorrer do tempo da história humana, célebres estudos e obras surgiram sobre o tema, pelo interesse da única certeza que a humanidade tem em sua existência: a morte. Em primitivas culturas, o suicídio foi um costume comum, um direito pessoal, de ordem racional, porém começou a partir do século XVII a transformar-se em um conflito de ordem religiosa e jurídica entre os homens.

---

<sup>9</sup> Charles-Louis de Secondat, barão de La Brède e de Montesquieu. Conhecido como Montesquieu, foi um político, filósofo e escritor francês. Ficou famoso pela sua teoria da separação dos poderes, atualmente consagrada em muitas das modernas constituições internacionais, inclusive a Constituição Brasileira

Desde os primórdios, houve o medo de os mortos regressarem à vida (o mito do zumbi, presente em diferentes tempos e culturas, tabus e rituais), principalmente quando se tratava de suicidas. O ato suicida apareceu em relatos históricos como uma maneira de fugir ou evitar um sofrimento maior, como no caso do suicídio dos escravos (muito comum no Brasil). Também nos primórdios da história da humanidade o suicídio esteve relacionado à fantasia da imortalidade gloriosa. Como exemplo disso, os egípcios – considerados um povo extremamente evoluído em sua época, ao ponto de até hoje não se compreender como eles realizavam algumas de suas atividades – por acreditarem (como os chineses e os polinésios) que haveria uma vida após a morte, eram mumificados para preservar o corpo para o além e enterrados com objetos preciosos juntamente com seus súditos, escravos, animais, dentre outros bens.

Os gregos da Antiguidade foram mais brandos com o suicídio, uma vez que o relacionavam à evolução espiritual. O fenômeno era tratado de forma mais equilibrada e menos passional, desprovida dos medos percebidos em povos primitivos, já que o valor social da vida era definido e controlado pelo Estado, e não estava ligado à uma divindade. Em alguns casos, o ato recebia autorização das autoridades e, para isso, era liberado o uso de um veneno derivado da planta cicuta, disponível a quem desejasse tirar a própria vida, como explica o autor Botega (2015).

Observa-se que o suicídio esteve presente nas religiões, no teatro, na literatura, na música, nas leis, sempre com característica ora mística, ora racional da finalização da vida. O interessante de uma análise histórica sobre ele, dentre outros fatores, é que se pode perceber e até questionar a estrutura de nosso desenvolvimento social, econômico e político.

Seja em um modelo médico, jurídico ou religioso, o suicídio é cercado por estigmas e condenações desde o século VIII até o século IX. Em rituais anglo-saxões, ele era admitido aos loucos e pessoas “possuídas por um demônio”, caso antes tivessem levado uma vida honrosa. Basta assistir a programas religiosos na televisão brasileira aberta, nos dias de hoje, para se perceber esse discurso reproduzido em uma visão do suicida não como pessoa que atravessa uma grave crise emocional, acometida ou não por patologias, mas que está possuído por um espírito maligno e, assim, se comercializa a salvação.

Há uma “verdade” repetida desde tempos medievais, reproduzindo o antigo preconceito contra o suicídio, mesmo em lugares ditos de paz, solidariedade e amor, tais como igrejas, hospitais ou outras instituições, os quais podem ser extremamente nocivos e letais ao suicida em potencial. Como uma pessoa se sente, estando em uma crise psíquica, diante das palavras ditadas por uma concepção enviesada da religião, tais como: condenação, fogo do inferno, pecado? O que esse discurso contrário à paz pode causar?

Reinecke (1995) coloca que o suicídio em si é um ato que acontece em decorrência de uma situação de crise. Esta envolve uma inabilidade da pessoa de solucionar seus problemas, uma vez que, em uma situação de descontrole das emoções, a ansiedade aumenta, a impulsividade cresce e cada vez mais a fantasia de insolubilidade dos obstáculos também aumenta.

Um marco histórico na busca pelo entendimento do tema, conforme Bodega (2015), é o livro *Biathanatos*, de John Donne, escrito em meados de 1610, na Inglaterra. Donne foi um teólogo, pregador e humanista aberto a diferentes pensamentos da época e esse equilíbrio resultou em um trabalho imprescindível ao estudo do tema. Iniciando uma compreensão dos fatos, contrapondo-se à condenação de pronto e entendendo que o ato suicida pode ser justificado, o livro foi publicado apenas dezesseis anos após sua morte, em 1647, devido ao temor pessoal de lidar com um tabu. Além disso, a produção desse material poderia ser condenada como uma obra de indução ao suicídio. O autor iniciou um pensamento mais sensível sobre o sujeito que se suicida ao alegar que é preciso “nos libertarmos da tirania desse preconceito”. O tratado de Donne possui três partes que questionam o que o suicídio contraria: a lei da natureza, da razão ou divina. O autor alegava que não existia nenhuma passagem bíblica que condenasse o suicídio, isto se tratando de um homem que possuía a prerrogativa de pastor.

Outro dado histórico que convém mencionar diante do fato de estarmos vivendo uma crise de contaminação mundial por um vírus que surgiu na China, denominado novo Coronavírus, conforme a OMS, é a sua relação ao crescimento dos casos de suicídio em diferentes tempos quando houve epidemias, doenças e fome.

O fenômeno do suicídio no mundo, em toda a história humana até os dias de hoje, vem crescendo em todos os cantos do planeta e, diante de sua magnitude, ainda é pouco entendido e analisado em estudos científicos, debates, espaços para a discussão da administração pública com as populações atingidas, como também por leis que instituem estratégias e ações de combate. A maior gravidade dessa afirmação reside na falta de conhecimento da maioria das pessoas, leigas ou especialistas, sobre o que esse problema representa, quais são as causas e o que justifica seu aumento, principalmente envolvendo jovens.

Um fato recorrente ao pesquisador que se interessa pelo assunto e inicia suas pesquisas em diversas fontes de conhecimento é a predominância da Psiquiatria nas resoluções sobre o suicídio, sem dúvida um campo de saber extremamente importante ao desenvolvimento de pesquisas, estudos e resoluções. Porém, não há como descartar, nessa área de conhecimento e tratamento, um modelo biomédico que visa à compreensão desse fenômeno a partir da

patologia, por vezes excluindo fatores imprescindíveis à análise contextualizada e mais apropriada.

A legislação atual brasileira em seu Código Penal, no Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940, como muitas legislações antigas, pune o comportamento relacionado ao suicídio. Em seu art. 122, prevê como crime o induzimento ao suicídio, a instigação ou o auxílio na sua modalidade de tentativa, porém é inevitável concluir que, com o tempo, o rigor da justiça diante do fenômeno vem se abrandando mediante atitudes mais humanas de tolerância, buscando, com essa nova postura, diminuir a perversidade empregada nesses casos em épocas passadas.

É preciso olhar para quem sobreviveu a essa tragédia, como aos que tentaram suicidar-se. Em geral, há inúmeros relatos de deboches (menosprezo) com a veiculação de vídeos de sobreviventes no ambiente hospitalar, por meio de aplicativos de conversa ou por intermédio de discriminação, maus-tratos e despreparo por uma parte da classe médica e de profissionais atuantes na saúde que ainda não compreenderam a seriedade desses casos.

No século XX, como demonstra Botega (2015, p. 24), a Organização das Nações Unidas (ONU), na década de 1960, definiu o suicídio como “[...] um fenômeno multifatorial, multideterminado e transicional, que se desenvolve por trajetórias complexas, porém identificáveis” e, depois na década de 90, determinou que o fenômeno também faz parte da área da saúde pública. Em sua definição idealizou: “O comportamento suicida é todo ato pelo qual um indivíduo causa lesão si mesmo, independente do grau de intenção e do verdadeiro motivo deste ato”. (BOTEGA, 2015, p. 24)

A seguir, será abordada a questão do suicídio sob a luz da Psicologia Histórico-Cultural.

## **1.2 O suicídio e a Psicologia Histórico-Cultural**

Um dos obstáculos que envolve a compreensão da morte é a separação de fantasias e dogmas, o que se faz antagônico à análise dos fatos a partir de uma natureza social e à compreensão do que leva essa pessoa a não mais querer participar da sociedade.

Há uma relação nos meios sociais entre o ser humano e a natureza, em uma constante transformação. Ora, quando o homem modifica a natureza, ele também deixa de ser o mesmo, e a transformação é inevitável por suas produções através de seu trabalho, um “corpo inorgânico”, expressão cunhada por Marx. A vida humana acaba por ter uma dinâmica baseada na necessidade dos homens, e este, mediante o uso de instrumentos em sua existência, a produz e reproduz.

Durante o processo de trabalho, o homem vem conduzindo e construindo a própria história e, para sua existência, satisfaz suas necessidades por meio da utilização de instrumentos de sua confecção. Essa atividade repercute em novas necessidades, num constante processo de utilização e transformação da natureza e, assim, transforma a si próprio e, nesse processo coletivo, ocorre a formação do psiquismo humano, por meio de seu contato com o outro e da apropriação da cultura produzida anteriormente. (FACCI, 2004).

A Psicologia Histórico-Cultural coloca a morte/suicídio como algo exclusivo de nossa espécie, diferenciando esses fenômenos dos animais que não têm consciência. Nossas condições materiais e autonomia nos permitiram obter consciência e definir quando será o término da existência, como explica Netto (2018). Assim, por meio da linguagem e dos instrumentos desenvolvidos pelo homem, estes constituem a sociedade, ou seja, seres humanos em suas relações com o outro. O homem existe quando, por meio das relações sociais, interagindo com outros homens, se humaniza.

Mediante a realidade, o homem constrói sua consciência, a qual tem como principal elemento a atividade, isto é, o trabalho exercido por ele. Sendo um reflexo da vida, a consciência se constitui primeiro no âmbito exterior e, após isso, é internalizada, através de uma formação de cunho social dos significados e sentidos dos signos. Porém, a atividade de trabalho, ainda segundo Netto (2018), pode ser alienante, já que o homem não tem consciência do que produz, como o faz e qual seu valor, acabando por perder a consciência da realidade da sociedade e de si mesmo. O homem em si, nessa ótica, não tem valor, e o que se impõe na sociedade é a valorização do Capital, ou seja: quanto mais produz riqueza, mais pobre e substituível ele será, como uma mercadoria barata e, por conseguinte, o seu mundo acaba sendo inferior ao mundo das coisas.

Em tempos passados, como citado, a morte era crime, pecado, gerava ônus à família de quem se autoexterminava e, atualmente, ainda se percebem os resquícios dessa concepção. É preciso buscar a compreensão desse fenômeno em suas relações com o Capital e com as forças produtivas em uma sociedade que segue contra a morte e busca cada vez mais postergá-la.

Dessa forma, “[...] o que poderíamos compreender de uma sociedade a partir daqueles que desejaram e buscaram a própria morte?” (NETTO, 2018, p. 43). Essa é uma das principais indagações em pesquisas que envolvem o tema. O autor responde apontando que a naturalização, a psicologização e o fatalismo sociológico acabam por se constituírem em barreiras que ocultam a realidade econômica, social, histórica e cultural do suicídio.



O suicídio deve ser analisado e compreendido sob o prisma materialista, sob a perspectiva da dialética histórica, com a vida sendo produzida e reproduzida. Não se entende um fenômeno social analisando seus aspectos de forma individual e, em todos os casos, o homem não pode ser isolado, retirado de seu meio para a sua compreensão e, assim, deve estar entre os elementos, interesses e posturas políticas da sociedade em que vive.

Pela existência humana, diversas explicações surgiram e surgem quanto ao autoextermínio, ignorando esse ato como um efeito colateral das injustas situações sociais, da alienação e da patologização de tudo que foge à “normalidade”. Quanto mais se definir uma sociedade pelo valor material, mais o ser humano se afastará de sua condição de humanidade, regredindo à forma primitiva.

O autoextermínio está relacionado à atividade consciente do homem que o difere do resto dos animais, sendo considerado um ato exclusivamente humano, como diz Luria (1979). A existência dos animais modifica a natureza de forma simples, já o homem, com seu trabalho, provoca uma transformação dominando a natureza, a qual, em uma concepção Histórico-Cultural, é produzida pelo homem em sua existência (processo histórico e gênese).

Netto (2007) salienta a importância de pesquisas sobre o tema serem relativas à atualidade, já que a maioria tem sido realizada com base em outros tempos históricos, com uma visão usual psicopatológica do suicídio, transformando as consequências das relações em sociedade ao âmbito de doença (âmbito médico), quando, na realidade, suas determinantes surgem das situações de vida e trabalho em que essas pessoas se encontram.

A manutenção do sistema econômico é mais importante do que a vida sob a desculpa de que o mundo contemporâneo é neoliberal e, portanto, acentua a competição a qualquer preço e o individualismo, que gera a solidão, a depressão e a morte prematura. Não se pode entender o desespero do ato suicida ignorando a exclusão, a violência e a opressão a que as pessoas se submetem para sobreviver, fatores esses inseridos na subjetividade do homem. Outros fatores surgem, porém, quando se colocam artifícios para a não elaboração dos fatos sociais, como o “efeito Werther”<sup>10</sup>, uma forma de disseminar o medo de encarar os reais acontecimentos que levam ao suicídio, tais como situações socioculturais, históricas e econômicas, evitando uma análise mais aprofundada, como aponta Netto (2007).

O suicídio, a partir da teoria psicológica da escola soviética, é um ato voluntário, mas não por si só uma vontade alheia de interferências. O homem constrói sua existência, mas a mercê das condições sociais externas, uma vez que tem consciência de seu propósito. Ao

---

<sup>10</sup> Quando há um aumento de casos de suicídio devido à divulgação do episódio.

absorver conteúdos do meio em um processo de internalização, ele se apropria deles e um instrumento interno passa a guiar seus atos. Para realizar uma tarefa, o ser humano precisa ter consciência dos meios que devem ser aplicados para atingir seu objetivo. Nesse aspecto, a linguagem é primordial ao surgimento da consciência e, através dela, os significados são transmitidos e internalizados e, adquirindo sentido, o pensamento deve estar relacionado à palavra e nela inserido para ser um fenômeno de constituição de conhecimento, como defende Vigotski (2004).

Dessa forma, a palavra nunca traduz um significado ou um objeto isolado, mas sob uma série de fatores, pois a forma oral traduz o real de forma diferente do que é percebido e sentido. O significado é elemento da palavra e é compartilhado socialmente, enquanto o sentido é individualizado. O pensamento constrói a consciência e o inspira e, assim, organiza as necessidades. Nessa perspectiva, “A positividade ou negatividade das vivências estão estreitamente ligadas com a relação entre a causa que as produz, com a satisfação das necessidades do homem, seus sentidos pessoais e com as exigências que a sociedade apresenta”. (NETTO, 2007, p. 116).

Há uma relação direta entre a fantasia e a realidade e, dessa maneira, a imaginação faz parte da ideação do suicídio, na execução e em seu resultado, e se apoia ora em suas próprias condições materiais e vivências, ora em vivências de outros que foram passadas pela comunicação. O ato imaginativo é fundamental e sua existência pode confirmar o ato suicida como levar a pessoa à compreensão de evitá-lo, como expõe Netto (2007). O suicídio está estruturado em ato *volitivo*, significado e sentido, em sua dimensão instrumental e em sua relação à liberdade. O ato volitivo pode ser consciente ou alienado, e nem sempre o homem se dá conta dos reais motivos dele. O ato suicida pode parecer homogêneo em um sentido social, porém para cada pessoa tem significações diferentes, construídos de forma histórica em um certo momento histórico, ora louvável, ora desfavorável à imagem que se tem de quem o comete. Ainda de acordo com o mesmo autor, como há uma individualização do sucesso e do fracasso no sistema capitalista, a sociedade exprime seu descompromisso na existência do suicídio, retirando do ato seu caráter social e individualizando a conduta.

Dessa forma, o fenômeno do suicídio deve ser compreendido de forma contextualizada em uma sociedade, levando-se em conta o cotidiano dos sujeitos, sua saúde física e mental e sua estrutura de classes, distribuição de renda e de oportunidades. Quando se trata da morte como um ato voluntário do ser humano, em se tratando de um tema transversal, um elenco de ciências humanas pode auxiliar a Psicologia, como a História, a Sociologia e a Educação conjuntamente.

O suicídio é um fenômeno social e histórico pertencente à natureza humana e relacionado tanto com a formação corpórea quanto da mente. Com o tempo, o assunto vem sofrendo diversas interpretações e explicações e o próprio ato também tem se modificado quando relacionado aos instrumentos que o homem possui à sua disposição. Conforme Netto (2012), o suicídio não deve ser visto sob o viés médico e psicológico apenas, mas dentro de um processo transformador da sociedade no decorrer do tempo, representando os conteúdos de uma sociedade, seus sistemas de valores, instituições e crenças.

A Psicologia Histórico-Cultural neste trabalho é a abordagem oportuna para suprir uma lacuna teórico-metodológica muito comum nos estudos sobre o tema, como as relações materiais que podem influir na sociedade. O enfoque do Materialismo Histórico Dialético, enquanto fundamento da Psicologia Histórico-Cultural, auxilia a compreender um importante aspecto relacionado à morte voluntária, desvinculando-se do caráter patológico, biológico e determinante, e amplia o fenômeno na esfera social, de um certo tempo datado, e de uma cultura determinada historicamente. Essa base teórica aparece nas produções científicas atuais e também é presente nas mídias impressas e digitais, quanto a um aumento tanto na proporção de casos como em seu caráter de violência/agressividade.

Netto (2012) afirma que o trabalho na sociedade define uma relação sociometabólica entre o homem e a natureza, e à luz da Psicologia, sob o prisma do marxismo, deve ser entendido como orientador/formador do ser humano, consistindo em sua atividade primordial, na qual o homem modifica a natureza e assim se beneficia de seus resultados. Transformando a natureza, o homem transforma a si próprio e, segundo essa visão sociológica, o ser humano cumpre o objetivo da busca de satisfação de suas vontades, deixando, assim, o âmbito biológico para se transformar em algo exclusivamente humano. O homem só se reconhece no outro e evoluiu até o presente tempo, porque viveu e sobreviveu em sociedade. Os mesmos instrumentos que hoje são usados para tirar a vida, outrora foram idealizados e construídos para o seu sustento, para preservar-se, para proteger-se e proteger seu grupo dos animais selvagens e na luta pelo domínio de outros grupos humanos.

No processo coletivo, conforme o mesmo autor, quando um instrumento é utilizado este também se torna um objeto social e não apenas um objeto físico. É preciso compreender a forma correta de uso e as relações sociais em que são empregados, pois assim ocorrem as transformações de homens e instrumentos, ou seja, a sua evolução. Nesse processo de trabalho, o ser humano desenvolve sua consciência e sua personalidade, aspectos fundamentais na ocorrência da compreensão do suicídio.

O aspecto importante fornecido pela Psicologia Histórico-Cultural é o fato de o suicídio ser exclusivamente humano, isto é, um ato praticado por um ser que age com consciência, pois o homem é único animal na natureza a praticar o ato com voluntariedade (saber o momento de sua morte, ou ter consciência de que um dia irá morrer), e não apenas um ato biológico como se percebe no mundo animal. Nesse caso, o suicídio pode ter um aspecto “contagioso” (expressão no sentido figurado), pois o homem se humaniza através do contato com o outro, processo mediado por seres humanos, e acaba por ser aprendido.

Netto (2012) discute o referido fenômeno como um ato afetivo-volitivo, o que não significa ser um ato de liberdade da existência em sociedade. Na concepção do Materialismo Histórico-Dialético é possível relacionar o autodomínio com o domínio da natureza. O livre arbítrio consiste em obter consciência de si e do meio em que se constitui. O ato do suicídio apenas pode ser relacionado à liberdade quando os seres humanos compreendem a função das necessidades de vida e seus processos históricos, políticos e econômicos.

Considerando que um dos objetivos desta pesquisa consiste no levantamento e análise de materiais jornalísticos sobre o suicídio e sobre a educação escolar em Mato Grosso do Sul, surge a necessidade de interpretar e compreender a forma como que se comunica em sociedade, a linguagem em um sistema de código sociais do tempo vivido, com função de reproduzir os conteúdos e a percepção de uma população, uma maneira de comunicação social, de exposição e compreensão, segundo Vygotsky (2009).

A transmissão de conteúdos, de vivências e de fatos de uma localidade em um tempo determinado historicamente é feita pela linguagem e, quando os sujeitos obtêm a consciência da realidade, forma-se um processo de apropriação dos conteúdos conduzida por um meio de comunicação, conforme discorre Leontiev (1978).

O sistema capitalista em que se insere grande parte do mundo, incluindo o Brasil, dentre suas características é estruturado em ideais de competição, consumo, lucro a qualquer preço, acumulação cada vez maior de bens, ou seja, um sistema em que o “mercado” é valorizado, e o fracasso é tratado como algo análogo à morte. A juventude está programada para obter resultados, inserir-se no mercado de trabalho, obter sucesso rápido e chegar à sua função primordial nessa sociedade: a de consumir. Essa análise é cabível e real e não se pode ignorar a relação do Capital, do consumo, com o suicídio, como também com a depressão. Os jovens que vivenciam essas tragédias são vistos como “mercadorias” e sofrem pressão aqueles que não se encaixam no sistema.

Isso não quer dizer que todas as mortes são geradas diretamente pelo sistema no qual estamos inseridos, no caso o Capitalismo<sup>11</sup>, porém não há como iniciar o entendimento do suicídio, talvez um dos fenômenos mais inerentes ao homem de forma consciente, sem compreender a relação do Capital com nossa existência e subsistência.

Em sequência, serão apresentados dados e estatísticas sobre o suicídio.

### 1.3. Dos dados sobre o suicídio

O levantamento de dados e estatísticas acerca do suicídio começaram a ser realizados e divulgados à população e à comunidade científica, alertando sobre o crescimento de casos, principalmente em adolescentes, fato este antes desconhecido em grande parte. No Brasil, um acontecimento importante nesse sentido foi a criação do Centro de Valorização da Vida<sup>12</sup> (CVV), em 1962, instituição que atende por ligações telefônicas pessoas em crises psicológicas e em situação de vulnerabilidade mental. Atualmente atende pelo número 188.

A Fundação Americana para a Prevenção do Suicídio (*American Foundation for Suicide Prevention*) afirma que a mídia tem explorado de forma negativa e equivocada o tema e as suas ocorrências, porém acredita que isso pode mudar com uma discussão séria e respeitosa sobre o suicídio<sup>13</sup>. Em todo mundo, esse é um dilema enfrentado atualmente e, no Brasil, há instituições privadas auxiliando na crise com campanhas publicitárias e atendimentos telefônicos como o CVV.

Diante do exposto, convém demonstrar a vulnerabilidade dessa geração expressa pelas taxas de suicídio, extraídas do mapa da violência 2014:

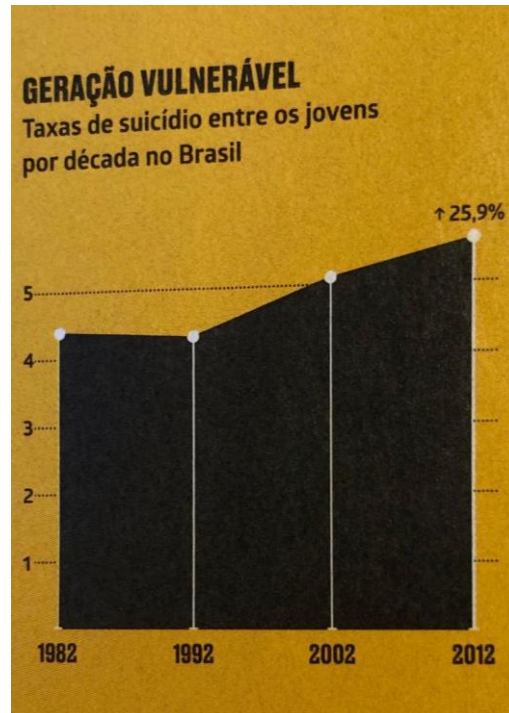
---

<sup>11</sup> Sistema econômico baseado na reprodução do Capital, na apropriação hegemônica dos bens de produção, na concentração de renda, na divisão do trabalho, na criação da sociedade de classes, contrapondo burguesia versus operariado, na exploração da mão de obra e da mais valia, na legitimidade dos bens privados e na irrestrita liberdade (liberalismo e neoliberalismo) de comércio e indústria, com o principal objetivo de otimizar o lucro. (CATANI, 1984).

<sup>12</sup> O Centro de Valorização da Vida (CVV) realiza apoio emocional e prevenção do suicídio, atendendo voluntária e gratuitamente todas as pessoas que querem e precisam conversar, sob total sigilo por telefone, e-mail e chat 24 horas todos os dias.

<sup>13</sup> Esta ainda é uma realidade a ser modificada na imprensa, principalmente na televisão aberta ao público, que reproduz constantemente reportagens preconceituosas, sensacionalistas, com dados e conceitos equivocados, com intuito de adquirir mais pontos no Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), não se importando com o prejuízo que pode causar.

FIGURA 1 – MAPA DA VIOLÊNCIA 2014



Fonte: Mapa da violência 2014. Os jovens do Brasil.

Acrescentando uma visão mais ampliada do problema, independentemente de como ele acontece, a perda de uma pessoa inicia um sofrimento e um luto reunidos em uma fase penosa e complicada, conforme atesta Fukimitsu (2019).

Um dos maiores obstáculos enfrentados aos pesquisados do fenômeno do suicídio é que ainda não há dados que correspondam à realidade. Segundo a OMS (2018), acredita-se que a cada 5 suicídios apenas um é notificado, porém há a dificuldade de as autoridades desmembrá-lo das demais mortes. Os índices de suicídios a cada 100 mil habitantes aumentaram 7% no Brasil e esse fenômeno corresponde à segunda principal causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos, após os acidentes automobilísticos, sendo o suicídio a segunda principal causa de óbito entre meninas (após condições maternas) e a terceira principal causa em meninos (após lesões na estrada e violência interpessoal).

Sob uma perspectiva mundial, nota-se uma queda em relação ao suicídio, evidentemente ignorando muitos territórios onde é impossível notificá-lo devido a questões de violência (guerras) ou geográficas, como, por exemplo, no continente africano e algumas partes da Ásia, como no Oriente Médio. Porém, os índices ainda são alarmantes: cerca de 800 mil pessoas, segundo a OMS, acabam com suas vidas todos os anos no mundo, o que equivale a uma morte a cada 40 segundos.

O continente americano é o único a apresentar dados concretos do crescimento da taxa global de suicídios, com incremento de 6% na comparação desde 2010, e 80% dos casos constata-se em países de baixa e média renda, como o Brasil.

Em 2016, os índices mundiais de suicídio foram discriminados por idade, de 10,5 por cada 100 mil pessoas, com variações em países, de cinco mortes por suicídio por cada 100.000 pessoas, assim como 79% dos suicídios no mundo ocorreram em países de baixa e média renda; os países de alta renda demonstram maior taxa, 11,5 por cada 100.000 pessoas. Três vezes mais homens morrem em média por suicídio que mulheres nesses países mais desenvolvidos.

Dados elaborados pela OMS (2018) colocam um atual potencial de possibilidade de diminuir esses números dificultando o acesso da população em geral a pesticidas comumente presentes nos casos de autoenvenenamento, uma vez que a alta toxicidade desses produtos geralmente leva a pessoa à morte devido à falta de disponibilidade de antídotos ou de estrutura médica em alguns lugares.

O *Preventing suicide: a resource for pesticide registrars and regulators* divulgou, mediante publicação da OMS, a crescente tendência internacional a restrições de uso de pesticidas altamente perigosos com o objetivo de reduzir as taxas nacionais de suicídio. No Sri Lanka, país com alto número de suicídios, sua proibição levou a uma queda de 70% nos suicídios e cerca de 93.000 vidas foram poupadas entre 1995 e 2015. O herbicida “*paraquat*”, responsável pela maioria das mortes na década de 2000, foi proibido em 2011-2012, reduzindo os índices de suicídio pela metade.

Fica evidente nesta pesquisa, como mencionado em entrevista do presidente da OMS em seu site institucional, que a qualidade dos dados precisa melhorar e a busca deve ser por cada vez mais retratar a realidade em seus índices. Mundialmente, o monitoramento regular do suicídio é a base para a elaboração de políticas públicas para a prevenção, porém cabe mencionar que somente 80 dos 183 Estados membros da OMS, para os quais são levantados dados até o ano de 2016, há boa qualidade em seu levantamento. Em grande parte, esses países eram de baixa e média renda, ficando evidente a necessidade de melhoria de estudos para a confecção de estratégias mais eficazes de prevenção ao suicídio e relatórios mais precisos do progresso em direção a esse enfrentamento.

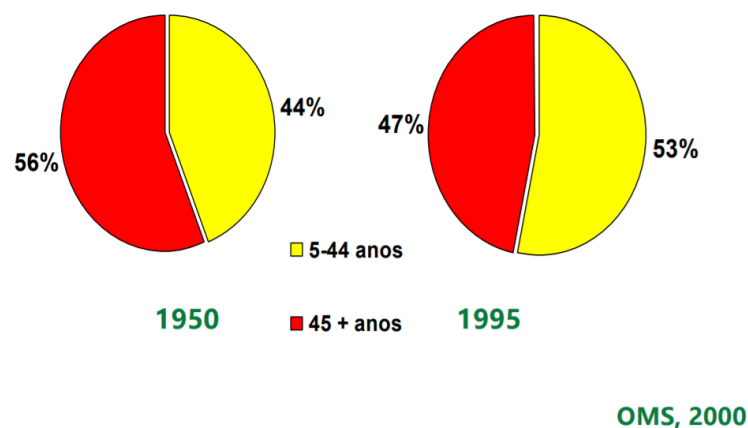
A OMS (2018) lançou em Genebra, em conjunto com diversos entes globais, o *World Federation for Mental Health, International Association for Suicide Prevention e United for Global Mental Health*, iniciando com a campanha *40 seconds of action*, além de outras questões, e seu foco deste ano foi a prevenção do suicídio, no Dia Mundial da Saúde Mental, 10 de outubro.

Com base nos índices publicados nos boletins da OMS, as taxas de suicídio foram 7% maiores no Brasil em 2016, último ano da pesquisa, mais do que em 2010, registrando que ainda não há dados precisos de 2019 e 2020. Estima-se uma queda no índice global de 9,8%, porém neste caso, como mencionado, um terço dos territórios ocupados no mundo não estão sendo registrados, o que leva a uma fragilidade nessa afirmação quando analisados todos os demais dados obtidos.

No Brasil, somente até 2016 a OMS contabilizou 6,1 suicídios a cada 100 mil habitantes. Já em 2010, foram registrados 5,7 suicídios a cada 100 mil habitantes no país, demonstrando o significativo aumento desse fenômeno.

A taxa média esconde enormes diferenças no número de casos por sexo, que mostram que os homens morrem mais por causas autoprovocadas: foram 2,8 a cada 100 mil entre as mulheres e 9,7 a cada 100 mil entre os homens, em 2016, contra 2,8 a cada 100 mil entre as mulheres e 9 a cada 100 mil entre os homens, em 2010, segundo a Associação Brasileira de Psiquiatria – ABP. Convém salientar também que no mundo, anualmente, 1,3 mil jovens morrem vítimas de causas que poderiam ser evitadas. Os acidentes de trânsito são a principal causa de morte (11,6% do total), seguidos do suicídio, que totaliza 7,3% das mortes e pelo contágio de HIV/AIDS. As mortes causadas pela violência também estão presentes neste *ranking*, sendo o Brasil o 6º país do mundo com mais homicídios de jovens.

**GRÁFICO 1: AUMENTO EM SUICÍDIOS NA FAIXA ETÁRIA DE 5 A 44 ANOS DE 1950 A 1995**



Fonte: Associação Brasileira de Psiquiatria – ABP.

Pessoas com mais de 70 anos são mais propensas a cometer suicídio, segundo a OMS (2018), porém, com base nos dados da Associação Brasileira de Psiquiatria – ABP, de 2000 a 2012, ocorreu um alarmante aumento do número de suicídio em adolescentes no Brasil.



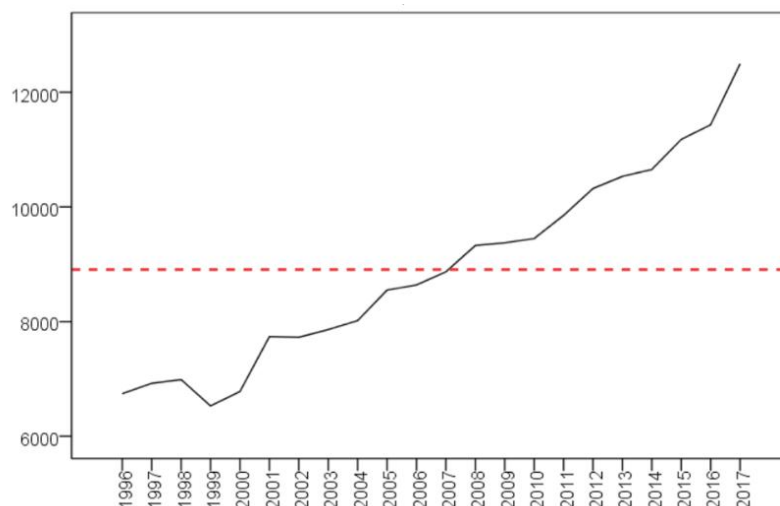
Portanto, é preciso deixar de ser um tabu falar sobre esse fenômeno em adolescentes por ser a segunda causa de morte na faixa etária de 15 a 29 anos.

O Mapa da Violência elaborado pelo do Ministério da Saúde demonstra que o suicídio está crescendo, uma vez que de 2002 a 2012 ocorreu um crescimento de 40% da taxa de suicídio entre crianças e pré-adolescentes com idade entre 10 e 14 anos. Na faixa etária de 15 a 19 anos, o aumento foi de 33,5%.

No Rio Grande do Sul, foram registrados 1.166 óbitos por suicídio no ano de 2016, uma taxa de 11,0 por 100.000 habitantes (17,8 para homens e 4,5 para mulheres), quase o dobro da média geral brasileira, como foram registrados 3.700 casos de violência autoprovoçada, 1.837 tentativas de suicídio o que equivale a uma taxa de 17,4 por 100.000 habitantes. Isto representa uma média de três mortes a cada dia. Esse fenômeno não ocorre de forma homogênea, pois em regiões específicas os índices são expressivamente mais elevados.

As pesquisas e institutos citados acima demonstram que, mesmo com altos índices, os dados de morbimortalidade podem estar subestimados, uma vez que a vigilância sobre a tentativa e suicídio foi recentemente implantada. Desde 2014, no Brasil, é compulsória e imediata a notificação da violência autoprovoçada, a qual deve ser feita em até 24 horas após o atendimento, pelo meio mais célere possível, por meio do Boletim de Vigilância Epidemiológica de Suicídio e Tentativa de Suicídio.

**GRÁFICO 2 - NÚMERO DE SUICÍDIOS NO BRASIL (1996 A 2017)**



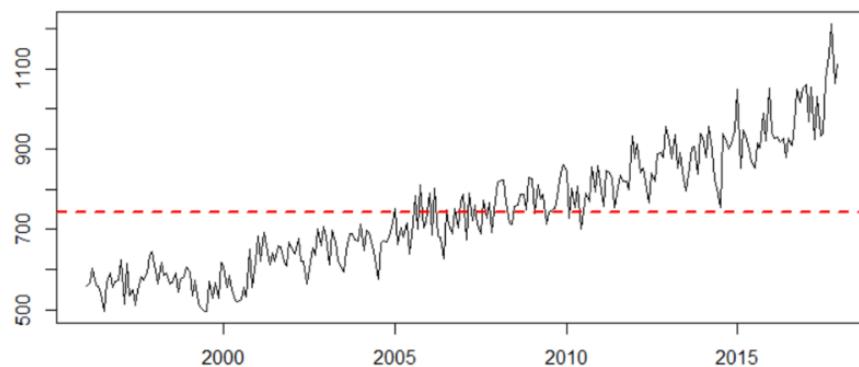
Fonte: OMS, 2018.

Com base nas estimativas oficiais do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (SUS), foram registradas 195.979 mortes autoprovoçadas entre 1996 e 2017,

equivalendo a mais ou menos dois estádios do Maracanã lotados. Os homens correspondem a 79,02% das mortes, assim para cada mulher que se mata há, em média, quatro indivíduos do sexo masculino que cometem suicídio, totalizando uma média 8.908 pessoas que desistem da própria existência por ano.

Seguindo ainda com as informações do Departamento de Informática do SUS, um exemplo para se perceber a dimensão dessa tragédia seria compará-lo ao rompimento da barragem de Brumadinho (MG), um dos piores e mais recentes desastres naturais do país, contabilizando a perda de 248 vidas humanas. Assim, a quantidade suicídios representa cerca de 36 Brumadinhos por ano. A taxa de suicídios por 100 mil habitantes passou de 4,18, em 1996, para 6,14, em 2017, o que representa um incremento de 46,88%.

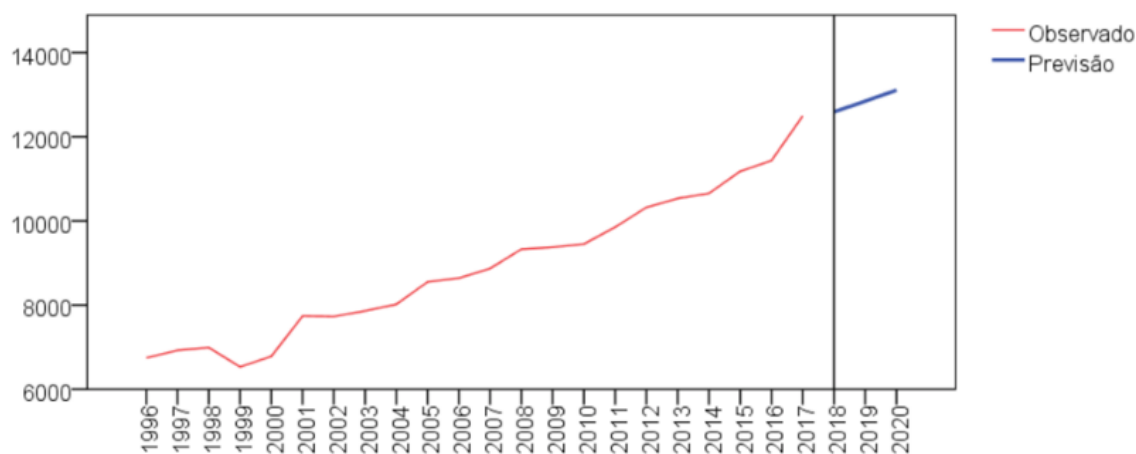
**GRÁFICO 3 – TAXA DE SUICÍDIOS POR 100 MIL HABITANTES DE 1996 A 2017**



Fonte: Ministério da Saúde, Brasil, 2017.

A média mensal de mortes por suicídio é de 743 casos, e a quantidade de brasileiros que optam por destruir a própria vida está aumentando, fato que pode ser constatado quando se observa que o mês de dezembro apresenta a maior média, 800 casos, enquanto junho apresenta a menor, 682 casos registrados.

Uma grande variação de casos no país é demonstrada: no Rio Grande do Sul (10,27), seguido de Santa Catarina (8,21) e Mato Grosso do Sul (7,93), estados que constituem as maiores taxas históricas de suicídios, em contraposição ao Estado Pará (tem 2,58 casos), Bahia, 2,44 e Maranhão 2,43, salientando justamente que, nas regiões mais afastadas do centro do país, demonstra-se uma maior dificuldade em notificação desses índices.

**GRÁFICO 4 - ESTIMATIVA DO NÚMERO DE SUICÍDIOS DE 2018 A 2020**

Fonte: Ministério da Saúde, Brasil, 2017

Com base nos dados do Ministério da Saúde sobre a de mortalidade por suicídio, no banco do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do DATASUS, constata-se que entre os anos de 1996 a 2016 houve um índice histórico, com aumento de 29,4% na taxa de mortalidade por suicídio no Brasil, de 4,29 para 5,55 por 100.000 habitantes (BRASIL, 2018).

Esses dados oficiais do Ministério da Saúde (2017) apontam 55.649 óbitos por suicídio no Brasil entre 2011 e 2015, uma taxa geral de mortalidade por suicídio de 5,5/100.000 habitantes, e variação da taxa de mortalidade por suicídio de 5,3/100.000 no ano de 2011 para 5,7/100.000 habitantes em 2015.

A OMS (2017) em relação às outras causas de morte, coloca os casos de suicídio como situações que podem “se esconder” sob outras determinações de causas de morte presentes na Classificação Internacional de Doenças e Condições Relacionadas à Saúde (CID-10), tais como mortes de intenção indeterminada, acidentes, homicídios, causas desconhecidas, afogamentos e envenenamentos acidentais, dificultando uma melhor precisão nos índices específicos.

É fundamental o levantamento de dados, pois o suicídio tem sido considerado uma questão de saúde pública que tem se agravado no país, aumentando o preconceito e o estigma das pessoas que tentam cometê-lo. Dessa forma, a fidedignidade de dados é imprescindível para identificar melhor as causas e qualificar ações de políticas públicas, segundo o Departamento de Doenças e Agravos Não-Transmissíveis e Promoção da Saúde (DANTPS) do Ministério da Saúde.

O mesmo Ministério (2018) levantou dados sobre as tentativas, nos últimos 11 anos, dos 470.913 registros por intoxicação exógena: 46,7% (220.045) foram relacionadas à tentativa

de suicídio e, em 2017, o número registrado foi 5 vezes maior do que no ano anterior, saindo de 7.735 para 36.279 notificações. A região Sudeste concentrou quase metade (49%) das notificações, seguida da região Sul, que concentra cerca de 25%. O Norte foi a que teve os menores índices, em torno de 2%.

**FIGURA 2 - TENTATIVAS DE SUICÍDIO POR REGIÃO**



- **8ª posição** em números absolutos;
- **11 mil** mortes ao ano;
- Taxa (2017): **6,6 por 100 mil** habitantes (4x > homens);
- **RS, SC, MS:** estados com maiores taxas (média do período entre 2011 e 2017).

Fonte: Ministério da Saúde, 2018.

O SUS demonstra que os casos subiram 12% em cinco anos no país e, em adolescentes de 10 a 19 anos, o aumento foi de 18%. Salienta-se que esse período trata-se de uma fase transitória entre a vida infantil e a adulta, marcada por frustrações, com incidência direta no meio escolar, uma vez que os círculos familiares e sociais estão cada vez menores, e a escola acaba por ser o único lugar de socialização dos jovens, segundo Ministério da Saúde (2018).

**GRÁFICO 5 – TENTATIVAS E LESÕES NOTIFICADAS**

**TENTATIVAS E LESÕES NOTIFICADAS**

De 2011 a 2016, desde que se tornou obrigatória, foram registradas:

**176.226** lesões autoprovocadas, sendo

**27,4%** tentativas de suicídio



**Lesões autoprovocadas**

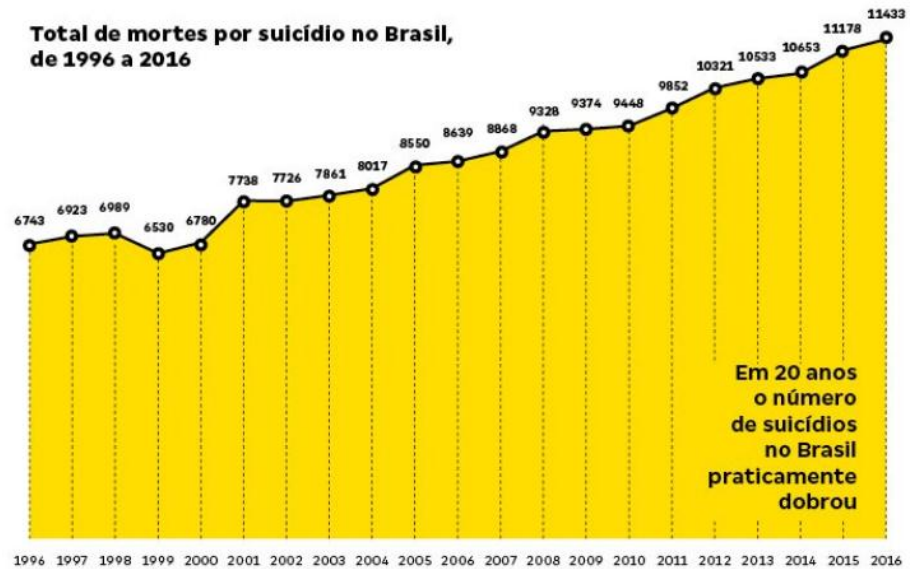
As estatísticas oficiais classificam assim qualquer lesão ou envenenamento autoinfligidos intencionalmente

**Tentativas de suicídio**

São as lesões autoprovocadas consideradas de grande potencial letal

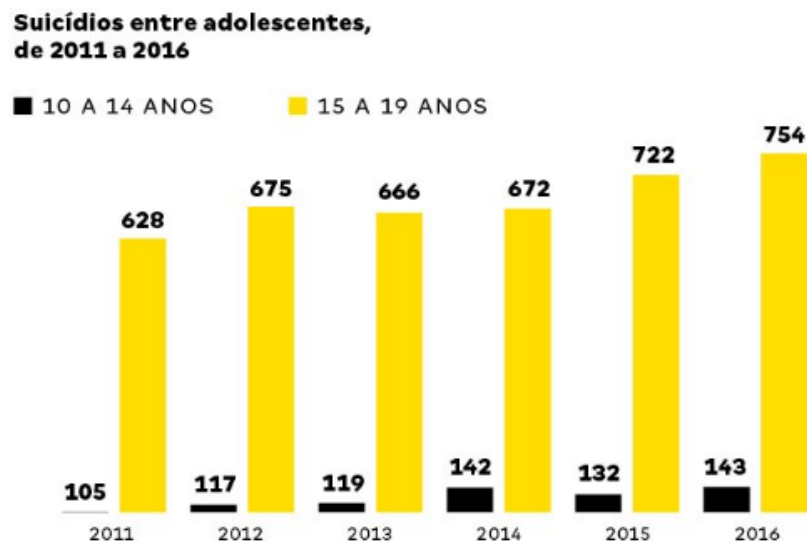
Fonte: Ministério da Saúde, 2018.

**GRÁFICO 6 - TOTAL DE NÚMERO DE MORTES POR SUICÍDIO NO BRASIL DE 1996 A 2016**



Fonte: Ministério da Saúde, 2018.

**GRÁFICO 7 - TOTAL DE NÚMERO DE SUICÍDIO EM ADOLESCENTES NO BRASIL DE 1996 A 2016**



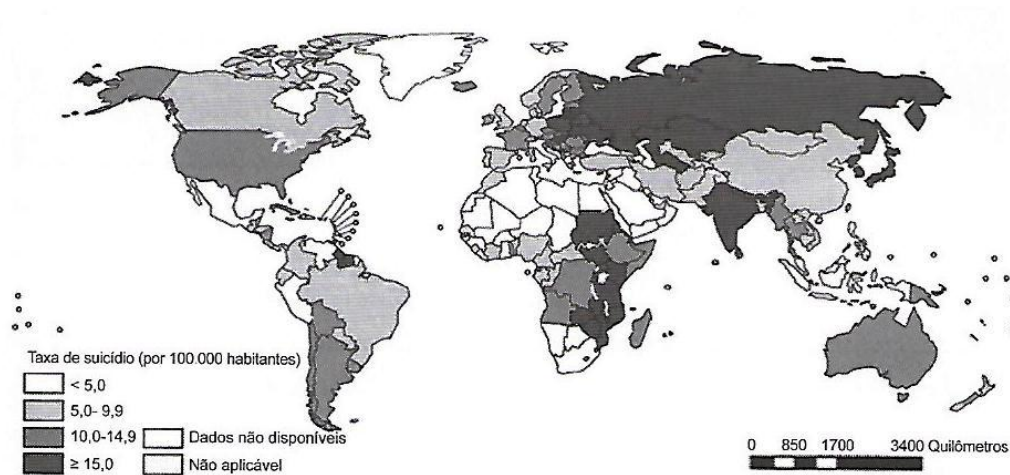
Fonte: Ministério da Saúde, 2018.

Segundo dados publicados pela OMS no ano de 2012, os números de suicídios chegaram a 800 mil casos em todo o planeta, ocorrendo um caso a cada 45 segundos, totalizando duas mil pessoas por dia, sendo a segunda maior causa de óbitos em adolescentes, marca que ocupava anteriormente a quarta posição. O total de mortes por suicido é maior proporcionalmente em relação a todas as outras formas de morte humana, inclusive em guerras,

e o mais alarmante é o patamar que essa tragédia ainda pode atingir, ao ponto de haver uma estimativa de que as tentativas sem êxito chegam a vinte vezes o total desses números. Essa análise é pragmatizada por um coeficiente de mortalidade por suicídio que representa o número de mortes pelo ato para cada 100 mil habitantes em um ano, ou seja, mundialmente totalizam 11,4 casos a cada 100 mil habitantes.

Um dado extremamente negligenciado em pesquisas e discussões pelas administrações públicas de diversos países também divulgado pela OMS, no mesmo ano, é que há uma variação significativa de casos com índices elevados em países ricos, mas é em regiões de população com baixa renda que ocorrem 75% dos casos. (OMS, 2012). Convém observar que, nesta pesquisa, se reconhece esse fator como um dos critérios fundamentais para buscar um real entendimento desse fenômeno.

**FIGURA 3 - MAPA DA OMS**



Fonte: World Health Organization, 2012.

No Brasil, segundo Botega (2015), o coeficiente médio de mortalidade no período de 2004 a 2010 foi de 5,7 e de 5,8, em 2012, sempre com prevalência em pessoas do sexo masculino. Essa é uma taxa crescente a partir da década de 80, quando se começou a perceber aumentos de 21%, até o ano 2000, e de 29,5%, até 2006. Em relação aos outros países, o Brasil é considerado um lugar com índices baixos, já que é um país populoso e que se encontra no oitavo lugar no *ranking* mundial de suicídios. Em 2012, houve 11.821 casos registrados oficialmente, isto é, uma média de 32 mortes ao dia.

É de conhecimento geral das pessoas envolvidas em pesquisas nesta área que, devido a diversos fatores como tabu, medo, vergonha do fracasso da família que pressiona as autoridades para a ocultação do fato, crimes, abuso sexual, intolerância sob todas as suas

formas, muitos casos não são registrados oficialmente de forma fidedigna. Como exemplo, casos de afogamentos e quedas no Brasil, caracterizados como causa externa para morte, correspondem a 10,9%. Essa porcentagem é quase impossível de diagnosticar com fidelidade o tipo de morte, pois são casos registrados como acidentes, assim como muitas ocorrências de acidentes automobilísticos.

Há também aqueles que são apresentados como causas naturais, como as tentativas de suicídio que não aconteceram no momento do ato, mas posteriormente nas dependências de hospitais, as quais acabam sendo registradas pela *causa mortis* diferente da realidade. Um exemplo disso seria o fato de alguém que tentou suicídio com uma arma de fogo, mas não faleceu no momento e, encaminhado a um hospital, acaba posteriormente morrendo. Nesse caso, em sua certidão de óbito registra-se morte causada por deferimento de projétil na vítima.

A complexidade inserida em mortes violentas, em sua elucidação, para saber se um homicídio ou um suicídio foi acidental, muitas vezes acaba sendo de extrema dificuldade devido à volição, ou seja, a intensão que havia no momento do fato. A OMS (2012), em sua estatística, especifica a discussão, demonstrando que, dentre os 172 países membros de sua organização, os dados com uma boa fidedignidade acabam por ser levantados em apenas 60 destes (35%) e, assim, apenas nestes é possível ter uma percepção real do fenômeno. No Brasil, as informações dos atestados de óbitos se encontram no Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), instituído pelo DATASUS para a obtenção de dados sobre mortalidade no país. Dessa forma, é possível a captação de dados sobre mortalidade subsidiando pesquisas, ações e programas pelas diversas esferas de gestão da saúde pública. Alguns dados reproduzem diversas pesquisas e estatísticas referentes à maioria dos países, com a predominância de gênero nas taxas de mortalidade: em homens os casos de morte são de 3 a 4 vezes maiores que em mulheres e, no Brasil, ainda conforme os dados OMS (2012), 79% dos suicídios são de pessoas do sexo masculino.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), comparando os óbitos registrados e o número de população demográfica, estima que 10% dos óbitos não foram registrados em cartórios, principalmente na região Norte do país.

O site oficial do Ministério da Saúde publicou em 20 de setembro de 2018 a matéria “Novos dados reforçam a importância da prevenção do suicídio”, que segue abaixo:

Além de atualizar o panorama do suicídio no país, o Ministério da Saúde aprofundou as investigações sobre as tentativas devido à intoxicação exógena. Nos últimos onze anos, dos 470.913 registros de intoxicação exógena, 46,7% (220.045) foram devido à tentativa de suicídio. Em 2017, o número registrado foi cinco vezes maior do que 2007, saiu de 7.735 para 36.279 notificações. O

Sudeste concentrou quase metade (49%) das notificações seguido da região Sul, que concentra cerca de 25%. O Norte foi o que teve os menores índices, em torno de 2%.

As mulheres representaram quase 70% (153.745) do total de tentativas de suicídio por intoxicações exógenas nesses 11 anos. Sobre os agentes tóxicos utilizados, os medicamentos correspondem a 74,6% das tentativas entre as mulheres e 52,2% entre os homens. As intoxicações exógenas resultam em 4,7% de óbitos em homens e 1,7% nas mulheres.

O Ministério da Saúde, em sua Portaria n. 1.876, de 14 de agosto de 2006, instituiu Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio a ser implantadas em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão que embasam as ações de prevenção do suicídio, atualmente preconizadas pelo governo.

Dentre o *locus* para a realização do ato em nosso país, conforme Botega (2015), predomina a própria residência, sendo 51%, seguido por hospitais, 26% e os principais meios empregados são enforcamento, sendo 47%, por armas de fogo 19% e envenenamento 14%. Em diferentes países há variações quanto ao *modus operandi* quanto às armas de fogo, que são mais difíceis de se obter e apresentam custo elevado para sua aquisição.

Por fim, com base em estudos realizados em diferentes países, pode-se chegar à conclusão de que a tentativa de suicídio é um dos grandes fatores de risco, uma vez que, neste momento, trata-se de uma segunda fase, antecedida pela ideação. Assim, a tentativa pode ser vista como um ensaio, um *inter actio*, ao terceiro momento que seria a execução.

Como afirma Alves (2003), não há como perceber o homem, ou um povo, como um fato isolado de toda a universalidade, seja qual for o fenômeno, especialmente o suicídio, que pode atingir a todos em sociedade, qualquer que seja sua origem, raça, etnia, cultura.

Nessa perspectiva, salienta-se que o enfoque da Psicologia Histórico-Cultural é calçado, em uma perspectiva da formação humana e da sua emancipação, relacionado aos sentidos da vida, às concepções de mundo e de homem e aos valores materiais. Essa visão torna-se fundamental, uma vez que não considera as emoções ou crises humanas definidas como normais ou patológicas, universalizado o comportamento, como faz o DSM, mas sim compreendendo o sujeito dentro de sua realidade, não patologizando ou criminalizando a ansiedade e a culpa, por exemplo. Essa vertente confronta-se com a Psicologia baseada em uma visão reducionista, quantitativa, determinista e mecanicista do homem e da sociedade.

Na missão extremamente complexa de se compreender a subjetividade humana contemporânea, reaparece um antigo e fundamental instrumento de crítica, a dialética, a qual produz reanálises constantes da realidade, buscando a explicação dos fenômenos pelo complexo



vínculo entre o singular e o universal na história. Alves (2003) aponta sobre essa especificidade da realidade humana, uma complexa coletividade, e a relação com o que é próprio do ser humano, não excluindo um do outro, mas integrando o indivíduo/singular como parte de um todo/universal. Os dois são, portanto, indissociáveis, já que o universal se diferencia na riqueza, que é a diferença dos homens do mundo quando, dentro deste, se percebe o singular. Os dois são definidos por nações e regiões diferentes, mas o todo e as partes estão inseridos nas leis gerais do universal e nelas se manifestam as diferenças, sua relação. Assim, não se pode pensar em medidas que vejam esse homem como um ser igual, mas único dentro de uma perspectiva geral.

O enfoque Histórico-Cultural favorece o surgimento de novas práticas sociais, novos sentidos de subjetivação, de produzir conteúdo, por meio da compreensão da unidade dialética entre o sujeito e a sociedade, já que um está contido no outro e são indissolúveis. O homem deve se colocar ativamente em sua realidade, diante das vivências, organizando seu complexo sistema de sentidos, formando sua psique: um sujeito concreto constituído por sua personalidade individual e social

A Psicologia Histórico-Cultural propicia uma visão diferente do homem. O jovem é um ser único e concreto, que não pode ser fracionado, ou seja, visto com uma parte “separada”, adoecida, mas sim em um contexto que envolva sua atividade, sua consciência, seu papel na sociedade, como também um ser em constante transformação, conforme Leontiev (1978). Não se generaliza a vida. O psiquismo se forma a partir das relações sociais, do contato com os outros homens, em um processo de absorção da cultura de um povo e em um processo mútuo de mediação.

A sociedade que valoriza o Capital, o lucro, substitui o amor e a família pelo prazer imediato do consumo, e este vem como a solução aos traumas e angústias vividas. Nessa sociedade de consumo, que outrora foi de produtores, é preciso formatar esse “indivíduo” em um consumidor (NAUMAN, 1999). O assustador nessa visão é a substituição da fraternidade, da igualdade e da justiça pela reparação material, como se esta fosse capaz de curar, constituindo-se em mais um instrumento de manipulação dessa situação. Esse sistema, de forma cruel, coloca a população que tem pouca capacidade de consumo em situações inatingíveis, seja na estética dos corpos perfeitos, nos padrões raros e irrealis de beleza ou na posse de determinados produtos que simbolizam sucesso, riqueza e poder. Esses padrões inatingíveis adoecem uma sociedade. Toda a globalização em um sistema neoliberal, em uma sociedade baseada na ilusão de igualdade para todos, segundo Ribeiro (2016), resulta em uma sociedade mais desumana, de excessos e desperdícios, baseada em uma subjetividade “adicta” por bens.

Na análise dialética de Martins (1997), são exploradas diferentes realidades sociais e pensadas como estas se constituem. Em nossa sociedade, diferentes jovens de classes econômicas têm suas vidas organizadas por suas posses, que determinam seus respectivos futuros. A produção privada tem como um elemento subalterno, minorizando a capacidade de se desenvolver no âmbito social, a mudança de classes. Um processo que apenas pode ser compreendido sob uma investigação com base na contradição, na dialética dos modos singulares de vivência e convivência que constituem a escola pública. Martins (1997) coloca que as expressões de uma sociedade, no caso a violência que atinge e ao mesmo tempo é produzida pelos jovens, é uma reação, uma narrativa de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança”.

O suicídio na juventude, que se mostra alienada de sua própria existência e de suas condições sociais, surge como uma “solução” mórbida, uma saída dessa existência material e afetivamente negligenciada, desigual e injusta, que o sistema vigente impõe à grande maioria. Conforme as palavras de John Donne, “Nenhum homem é uma ilha”<sup>14</sup>, toda a sociedade, mesmo sem consciência, se perde um pouco, perde sua força vital, quando um de seus sujeitos comete suicídio. Cada sul-mato-grossense, em parte, falece juntamente com esses atores, não se dissociando o universal do singular: o suicídio é um desastre na história e uma realidade na humanidade.

Prosseguindo, esta pesquisa aborda o desenvolvimento humano e a educação escolar sob a ótica da Psicologia Histórico-Cultural.

---

<sup>14</sup> John Mayra Donne (1572 – 31 de março de 1631) foi um poeta jacobita inglês, pregador e o maior representante dos poetas metafísicos da época. Referência ao poema “Por quem os sinos dobram”.

## 2 PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL: DESENVOLVIMENTO HUMANO E EDUCAÇÃO ESCOLAR

### 2.1 Psicologia Histórico-Cultural: desenvolvimento humano e historicidade

Vigotski (1993) corroborou, em seus estudos, a importância para o desenvolvimento psicológico no processo de ensino e a relevância do professor como uma autoridade em sala, que media a aprendizagem e a valorização do ensino. Em sua análise sobre a palavra, observa-se que ela não apenas expressa um pensamento, mas o materializa, tornando-o real e, assim, ele se desenvolve. (VIGOTSKI, 2005). Baseado nos aportes teóricos da Psicologia Histórico-Cultural, tendo como seu maior expoente o autor citado, compreende-se a necessidade de investigação do contexto da escola e da sociedade, bem como do papel do Psicólogo Escolar. Se é a palavra que conecta a humanidade, através do uso da linguagem que a diferencia dos animais selvagens, como se pode suprimi-la da discussão com adolescentes que tanto precisam desse apoio e orientação?

O homem é um ser histórico, portanto é preciso compreender o momento vivido por ele e pela natureza da sociedade onde ele se insere. A Psicologia é fundamental no aprofundamento dessa compreensão, evitando a reprodução de ideologias dominantes e práticas alienantes, produto de interesse de uma estrutura capitalista que busca a produção de peças em uma fábrica e não de seres humanos autônomos. Mais uma vez, para corroborar o entendimento de Vigotski (2005), a importância da palavra é reafirmada, sendo mediada na relação com o outro pela linguagem, que constrói o humano, adquirindo os aspectos criativos e imaginativos e nossa capacidade de transformar. A palavra é um comando, transforma-se em ação e, assim, transforma uma comunidade.

Souza *et al* (2018), na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, ao discutir sobre a adolescência, período de desenvolvimento e foco primordial desta pesquisa, traz como fase marcada por inseguranças, conflitos, desafios para se viver no mundo dos adultos e, assim, as pessoas pertencentes a essa faixa etária se assustam diante desse período de transição, podendo apresentar comportamentos de rebeldia, desprendimento e agressividade, fatores considerados normais como resultado da crise de amadurecimento. No contexto escolar, essa representatividade reforça a figura de aluno pobre, naturalmente inadequado, o que contribui para sua constituição fossilizada, em um contexto histórico, de sua situação social e intelectual.

Da mesma maneira que uma sociedade violenta é constituída, pode ser desconstituída, isto é, modificada. Ariès (1971), ao estudar as concepções de infância e de adolescência, abordou-os mediante a visão histórico-social da Psicologia, revelando que esses períodos são construídos no tempo e no espaço, ou seja, na dinâmica da dialética da natureza e da cultura. Tamanha mudança se mostra no fato de a Psicologia atual considerar que a adolescência começa mais cedo e termina mais tarde na contemporaneidade e que essa fase é uma idealização da juventude, sem demonstrar sua realidade inerente de angústias, ambiguidades e incertezas. Um triste e constatado fato na ação social referida anteriormente é o fato de que os adultos “esquecem” como foi viver a adolescência, período de vida considerado mais difícil e perigoso da existência dentre todas as outras fases da vida e, assim, desprezam ou diminuem o sofrimento dos jovens que não dispõem de estrutura psíquica formada por completo e não têm estrutura emocional para lidar com essas situações de crise.

É importante mencionar que a Psicologia Histórico-Cultural tem em suas bases epistemológicas os pressupostos marxistas e se estrutura no método histórico-dialético. Nessa perspectiva, a cultura produzida é repassada às próximas gerações, bem como sua historicidade e a aprendizagem por meio de instrumentos e signos no processo de mediação.

Duarte (2011) explica que Vigotski procurou elaborar uma psicologia relacionando os fundamentos de Marx. Toda essa percepção dessa nova Psicologia, ou seja, a Psicologia Histórico-Cultural acabou por influenciar Leontiev, Lúria, Galperin, Elkonin, Davidov, Zaporózhets e outros autores que continuaram sua obra. Essa teoria é proposta em uma abordagem material e histórica fundada nas categorias marxistas do homem, analisado em sua natureza ou condição humana, no contexto social em um certo tempo datado.

Rego (1995) amplia o entendimento da construção dessa concepção pontuando que Marx e Engels dispõem do método dialético, sendo um movimento interno de produção do real conduzido pela contradição. Marx defende as relações materiais, isto é, o trabalho como propulsor de todo processo histórico, característica principal do homem em sociedade, o qual se diferencia dos demais animais, pois controla a natureza e usa conscientemente instrumentos para a sua transformação, de acordo com suas necessidades.

O pensador russo desenvolveu uma nova metodologia que se institui entre a Educação e a Psicologia, relacionando o desenvolvimento humano social e cultural (Filogênese)<sup>15</sup> e sua história e seu desenvolvimento (Ontogênese<sup>16</sup>), conforme Duarte (2011). Um ser que se

---

<sup>15</sup> Filogenia é o termo rotineiramente utilizado para definir hipóteses de relações evolutivas, ou seja, relações filogênicas de um grupo de organismos

<sup>16</sup> Ontogenia (ou ontogênese) diz respeito à origem e ao desenvolvimento de um organismo.

estrutura em um contexto social e aprende, internaliza conteúdos e, assim, desenvolve suas funções psíquicas superiores através de sua vivência com os demais. Seu desenvolvimento psíquico está, de modo direto, relacionado às transformações históricas de suas necessidades e interesses culturais. A vida é determinada pela consciência e não ao contrário, e o pensamento se desenvolve pela linguagem, ou seja, pela comunicação.

Vigotski (2004) localiza, nesse contexto, a influência da ação em todo o processo do movimento, o quanto é preciso voltar à gênese<sup>17</sup> de um fenômeno para poder compreender seu desenvolvimento, natureza e essência. Nesse processo, ultrapassa o entendimento científico cristalizado e essa mobilidade permite a um pesquisador compreender os temas investigados.

A teoria marxista reflete a definição da representação da realidade do objeto no plano do pensamento, muito divergente de um reflexo mecânico. Conforme Netto (2011), o sujeito desempenha uma função essencialmente ativa na compreensão que ultrapassa a aparência e busca a essência de sua estrutura e dinâmica em um processo, em uma relação crítica de constante revisão. Assim, o pesquisador é capaz, através da sua capacidade de abstração, de isolar e determinar um elemento em sua totalidade, em um processo intelectual para a sua análise.

O método, na visão do pesquisador, promove a extração de um objeto e suas múltiplas determinações, indo além do objeto pensado em seus limites já colocados. Netto (2011) expõe a impossibilidade e indissociabilidade do método e do referencial teórico. Nesse método, persegue-se a análise do todo e não se individualizam questões ou comportamentos. Para Vigotski, é preciso ultrapassar o estágio de uma mera descrição engessada no que já está posto e buscar, através do movimento, captar o essencial, algo novo sobre a natureza do que é estudado.

Segundo Oliveira (1997), a mediação é um processo essencial às atividades psicológicas voluntárias, intencionais, controladas pelo próprio indivíduo. Segundo ainda a autora, as relações sociais e a vida cotidiana auxiliam o homem a formar seu sistema de signos, possibilitando-lhe explicar e compreender a si e à sua realidade.

Devido ao falecimento precoce de Vigotski, a Psicologia Histórico-Cultural e o seu trabalho continuou sendo estudado, principalmente pela “Troika”, formada por Alexander Romanovich Luria (1902-1977) e Alexei Nikolaievich Leontiev (1904-1977). Luria, em

---

<sup>17</sup> Substantivo feminino motivo ou evolução dos seres: gênese da existência humana. Série de fatos e causas que concorreram para a formação de alguma coisa: a gênese de um romance. Substantivo masculino [Religião] Primeiro livro da Bíblia que narra e descreve a criação do Mundo; gênese. Etimologia (origem da palavra *gênese*). Do grego *gênesis*, "fonte de vida, nascimento, origem".(FERREIRA, 2010).

pesquisas neuropsicológicas, identificou os processos mentais resultantes da atividade humana, ou seja, a relação dos seres humanos com os objetos sociais em sua interação. Para ele, um dos princípios basilares da Psicologia consiste em compreender que os processos mentais dependem do ambiente em que os homens estão inseridos, isto é, de suas condições de vida, autonomia e evolução.

Um ponto importante em sua trajetória, mesmo após seu falecimento, é que Vigotski foi perseguido, sofreu interferências políticas, por meio de repressão por seu idealismo, e isto teve influência em seu trabalho, como teria na vida de qualquer ser humano exposto à injustiça e a condições de abusos psicológicos.

Outro expoente dessa teoria pós Vigotski é Leontiev, importante idealizador da Teoria da Atividade, que tem como ponto crucial o conceito de atividade de Vigotski. Assim, a cultura produzida em certos períodos históricos da existência humana escoa-se através da atividade, em um processo que medeia a relação entre o homem e sua realidade e, dessa forma, este modifica a si e à sua realidade.

Embora essa relação exista, Vigotski recusou a ideia de isomorfismo entre o que ocorre nos dois planos. Isso equivale a dizer que o interno não “copia” o externo e sim o reconstrói pelo seu modo de perceber o mundo interno, com base nas operações externas, ou seja, em signos, mediações semióticas e fundamentalmente a comunicação através da linguagem. (VIGOTSKI, 1979). O sujeito só se desenvolve quando se torna capaz de controlar e definir o próprio comportamento, assim há uma autorregulação baseada na ordem social em que ele está inserido, mas também se desenvolve na internalização de instrumentos e signos, modificando a si e dialeticamente percebendo o mundo.

A abordagem Histórico-Cultural entende que a origem do funcionamento psicológico complexo reside na internalização da realidade, dos elementos externos ao sujeito, e na importância da mediação nesse processo, estabelecendo relações que objetivem estabelecer a transformação dos significados, surgindo novas formas de pensamento, mais conscientes em relação à realidade e ao trabalho.

Para Vigotski (2001) é a de que a atividade humana é carregada de sentido e não é apenas um aspecto biológico. Portanto, o homem se desenvolve a partir do externo, de seu contato e assim assimila, cada vez mais, dentro de seus limites pessoais, a cultura e, conseqüentemente, se torna humano.

Para a formação da subjetividade e também para a formação de uma escola produtiva e um processo de aprendizado eficaz e transformador, Vigotski (2001) não excluiu de sua construção a importância do afeto nas relações sociais, isto é, de sua integração com o cognitivo,

com a inteligência, ponto crucial no processo educativo, e na maneira pela qual a educação é passada às próximas gerações.

Essa discussão se baseia no pensamento dialético, de sistemas complexos em que se destaca uma relação de equilíbrio na construção das subjetividades e da sociedade (do coletivo). O sujeito não é consciente de todo seu pensamento, o qual é entendido como um processo de sentido que procede diante de situações que envolvem seus sentimentos e sentidos. Nessa direção, uma interessante ação é se pensar em estratégias que auxiliem crianças e adolescentes em seus desenvolvimentos psíquicos: o que leva uns serem tão diferentes dos outros com histórias de vida tão distintas?

A saída apontada por Vigotski está no fato de que crianças são seres interativos e, nesse aspecto, elas podem mudar outros aspectos, humanizar formas de pensar, privilegiando suas funções sociais, sonhos, autonomia e quebrando estigmas de fracasso. Nessa mesma direção, segundo Molon, (2015, p. 86):

[...] a consciência é construída, no contato social, é originada social e historicamente, mas como experiência, duplicada – já que ela é a duplicação do mesmo, tal como acontece com o trabalho, ela é, também, um contato social consigo mesmo, como pode ser observado na fala silenciosa e na fala interior.

Há a tríplice natureza social da consciência que forma um homem: o sentimento, o pensamento e a vontade, que são historicamente constituídos e este é o campo onde é preciso interferir, ou seja, transformar a vida de crianças e adolescentes. Uma eficaz ferramenta é a mediação na relação eu-outro, uma grande contribuição de Vigotski, pressuposto de toda sua estrutura teórico-metodológica.

Vigotski (1984) explica o ser humano em um contexto histórico e social, mas a realidade dos jovens é constituída em um contexto singular. São envolvidos em uma realidade material, o que o homem é e representa aos demais em uma relação dialética: sujeito de si em uma conjuntura social. À luz dos conceitos elaborados por Vigotski (1984), as palavras contêm em seu interior o seu sentido, construído por diversas relações em sociedade. Na palavra “suicídio”, por exemplo, em que há incrustado em seu bojo um nexo de casualidade com a realidade, o termo deve ser colocado em destaque para seu entendimento pela sociedade de sua época, sendo a essência do discurso.

A cultura, de acordo com Leontiev (1978), um dos seguidores de Vigotski e participante da nomeada “Tróika”<sup>18</sup>, é explicada em sua produção e transmissão ocorrida

---

<sup>18</sup> Tróika – o grupo formado por Vigotski, Leontiev e Luria.

através de um processo ativo e fundamental, como na formação da identidade de seus sujeitos. Em todo esse contexto, o homem existe por meio de sua atividade, isto é, de sua interação com a natureza para suprir suas necessidades e desejos de sua existência. Este todo engloba seu lugar de trabalho e como o próprio trabalho é definido em uma realidade temporal, um momento histórico.

Em síntese, a Psicologia Histórico-Cultural tem em suas bases epistemológicas e pressupostos filosóficos e o método histórico-dialético, e uma visão de homem constituído em suas relações sociais, este se apropriando da cultura já produzida e tendo por objetivo repassá-la às próximas gerações. A sua história e seu processo de aprendizagem se realizam por meio do domínio de instrumentos, da natureza e de signos em um constante processo de movimento, de mediação de um ser que existe a partir de sua essência social.

É importante, nessa análise, abordar o desenvolvimento do psiquismo humano nas relações homem-bens materiais-sociedade como um processo. O homem se apropria da experiência histórica e cultural, numa recíproca influência do social e do biológico. Suas condições materiais determinam seu espaço na sociedade e em sua vida.

À luz de Vigotski (2000), nas investigações psicológicas, pretende-se entender a transição do coletivo ao singular e em um movimento dialético que fundamenta as conclusões do pesquisador, pois dessa relação de contradição e crítica podem aparecer inúmeros resultados. Em sua Psicologia Histórico-Cultural, a base do pensamento psicológico complexo está contida na internalização de elementos da realidade externa pelo homem e, nesse contexto, auxiliado pela mediação, ele promove novos significados, novas assimilações, de maneira que psicólogos, educadores e alunos podem repensar seus papéis de protagonistas.

É preciso, portanto, compreender e explicar que a cultura de violência, como acrescenta Candau, Lucinda e Nascimento (1999), está diretamente ligada ao medo e se baseia na equivocada ideia de que a violência está em toda parte e que, para enfrenta-la, é preciso de defesa. Nesse discurso, a reprodução da violência é revestida do disfarce de justiça.

É ainda necessário, na perspectiva do âmbito universal da violência, compreender o viés imposto pelo sistema político e econômico predominante no mundo baseado no Capital e no mercado, que enfraquece o Estado na garantia dos direitos humanos. Isso poderá explicar a falta de investimento em educação, saúde e segurança pública, reduzindo a qualidade de vida de um povo, promovendo a pauperização e a desvalorização do público em prol do privado e, cada vez mais, impondo uma realidade de conflitos sociais.



A Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>19</sup>, de 1948, em seu artigo XXVI, coloca a Educação como um direito, e a discussão que impera é: Qual Educação seria essa? Como ela é oferecida na realidade? Trata-se de um direito básico interligado a diversos outros direitos e que precisa ser universalizado.

Na construção sobre o tema feita por Candau, Lucinda e Nascimento (1999), a sociedade capitalista é marcada por uma “anorexia moral”, que reflete o individualismo, a apatia frente aos problemas sociais, a perda do sentido de viver, a ausência da solidariedade e a dubiedade moral marcada sobre o estigma de “jeitinho brasileiro”.

A violência aparece em todos os ambientes e ultrapassa os limites do tolerável. A questão é cada vez mais discutida e os políticos percebem que o tema pode render popularidade e votos e, por isso, o acrescentam em suas falas. Isso explica a defesa da inclusão do Psicólogo Escolar no grupo dos profissionais da escola, em decorrência dos casos crescentes de agressões e suicídios de jovens. Observa-se que não se leva em consideração a realidade das redes públicas de ensino, em que o suicídio vem aniquilando jovens e adoecendo os que estão em seu redor. A escola vem ao mesmo tempo sendo vítima de todo esse contexto, pois é vista como o *locus* do fenômeno, porque é o palco das tragédias entre seus alunos, como também o lugar reprodutor da violência de forma involuntária.

Prosseguindo, serão abordadas as ideias de Martín-Baró e sua perspectiva revolucionária, por trazer uma expressão de uma Psicologia que se propõe emancipadora e revolucionária na sua base.

### 2.1.1 Psicologia revolucionária com Baró

É oportuno mencionar, nesta pesquisa, o autor Martín-Baró, que construiu um modelo de interpretação da Psicologia a partir da análise de uma determinada estrutura social, geradora de sofrimento e de opressão. Os pilares de sua teoria são três: “[...] não deixar a ciência psicológica alheia às lutas sociais; rejeitar e revisar criticamente os conceitos que são instrumentais para a reprodução do *status quo*; e constituir uma nova Psicologia adequada à luta histórica pela edificação de um novo mundo. (BARÓ, p. 15).

---

<sup>19</sup> A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento marco na história dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, por meio da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Ela estabeleceu, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos.

O psicólogo social, Martín-Baró, professor e pesquisador crítico, assassinado em 1989 pelo exército de El Salvador, expôs a opressão vivida pelos povos da América Latina a partir da exploração produzida pelo sistema capitalista. Martín-Baró apresenta inúmeras contribuições ao entendimento de diversos fenômenos nessa discussão, e sua análise realizada em um pequeno país que vive uma mescla de ditaduras e guerras civis na América Central, que parece ser um caso singular, no entanto é universal em suas raízes históricas. Por esse motivo, é impossível não notar, no contexto de nossa realidade, as semelhanças nesses casos latino-americanos e seu caráter atual de crítica e análise social.

A perspectiva psicossocial, em seu livro “Crítica e Libertação na Psicologia” (2017, p. 59), permite a compreensão do senso comum, usado geralmente pela ideologia dominante em uma sociedade, como um “[...] conjunto de pressupostos que tornam possível a vida cotidiana, a interação do normal entre as pessoas, os elementos que são assumidos como óbvios e, por isso, nunca ou raramente são questionados e revisados”.

Percebe-se que atualmente há a ideia, baseada em senso comum, de que o aluno de escola pública é inferior em suas capacidades ao das demais escolas privadas. Na realidade, o que acontece é que são ignoradas as condições desiguais e as dificuldades que ele enfrenta diante de alunos de situação financeira mais elevada, criando-se a ideia de que a escola pública é um lugar improdutivo e até perigoso, onde as famílias só colocam seus filhos quando passam por dificuldades financeiras. O professor de escola pública também é rotulado como um profissional sem interesse em ensinar, que está lá apenas pelo salário, e que não busca atividades extracurriculares e criativas, como se faz em uma instituição privada.

Esse fato, por si só, já configura um preconceito e uma violência social relativa à escola pública e negligencia o fato de essa instituição apresentar problemas ou não possuir a estrutura adequada se comparada à realidade de uma rede privada de ensino devido ao descaso estatal. Há a evidente tendência de os participantes da escola pública serem socialmente marginalizados. Quando se pesquisa o assunto, surge a seguinte indagação: A quem interessa a desvalorização do ensino público? Como isso se relaciona a um “determinismo” social?

Ainda segundo Martín-Baró (2017), o termo “fatalismo”, que provém do latim *factum* e significa um destino inevitável e trágico, indica uma predeterminação a ser combatida na escola. O fatalismo é uma concepção que perpetua uma ideia que não é real sobre o ensino público, e muitos alunos rompem esse fatalismo a partir de uma mudança de percepção de suas condições sociais. Isso acontece como consequência de um processo dialético, em que alunos e professores mudam sua relação com os outros e com o mundo.

A análise de Martín-Baró, oportuna no mundo de hoje, apresenta a ideia de institucionalização da mentira, ou seja, a mentira social, que é criada tanto em nível grupal como individual, hoje denominada de *fake news*. À mentira, como instrumento de poder, interessa que se marginalizem os ambientes da educação pública, porque é nesse lugar que os jovens pobres vão estudar. Se esses jovens tiverem a chance de mudar sua história e a de suas famílias, isso não será conveniente, porque permitirá às pessoas saírem de um estado de alienação de variados tipos, inclusive com a aquisição de uma consciência política que promove mudanças de comportamento e de atuação para transformar a sociedade excludente.

A desqualificação da escola, do aluno pobre e do professor é instrumento de controle e perpetua a desigualdade social, fazendo com que a violência e um massacre em uma escola chame muito mais a atenção da sociedade do que um aluno que é premiado internacionalmente ou que realiza uma pesquisa científica que inova os saberes do homem.

Outro instrumento de controle que pode ser percebido na realidade da escola pública é o conhecido “modelo médico”, principalmente em relação aos adolescentes e, de certa forma, em toda a sociedade. Esse modelo se evidencia nas situações em que a pessoa esteja passando por uma crise financeira e de desigualdades e, nesse caso, ela vivencia sentimentos de angústia, comportamentos escapistas e falta de interesse, conseqüentemente buscando a medicalização, recorrendo ao consumo de fármacos psiquiátricos, banalizando, assim, os problemas sociais. Isso permite generalizar a concepção de um “[...] ser humano, reduzido a um organismo individual, cujo funcionamento poderia ser compreendido com base nos seus próprios traços e características e não como um ser histórico, cuja existência é elaborada e realizada em uma rede de relações sociais” (MARTÍN-BARÓ, 2017, p. 253).

Há décadas, o autor revolucionário Martín-Baró propôs a solução para a escola pública, que pode ser adaptada à realidade de escolas públicas de Campo Grande-MS, por exemplo: a humanização, o combate à “coisificação do homem”, impedindo que a violência e as vulnerabilidades sociais se perpetuem nos corações e mentes destes protagonistas sociais: professores, funcionários e alunos, para construir um futuro melhor.

O saber profissional deve ser usado para resolver e não apenas para apontar os problemas, de forma a mostrar o melhor da escola pública para a sociedade, como nunca antes realizado. Martín-Baró propôs uma transformação de postura perante a situação de crise, diante da multiplicidade de causas para o sucesso ou para o fracasso, sendo preciso definir qual deles deve ser melhor nutrido.

## 2.2. Educação Escolar, Adolescência e Psicologia Histórico-Cultural

Para entender as problemáticas, que repercutem na sociedade a partir das escolas e da educação vigente relacionadas aos adolescentes, é necessário compreender as desigualdades e opressões presentes no contexto econômico e político atual.

Patto (2010) aborda a concepção da escola pública e a forma de viver de um povo que tem a “sua cidadania negada”, sua convivência com as contradições em suas representações, assim como o discurso oficial de que a escola representa o desenvolvimento dos jovens e de sua comunidade. Há tempos, a escola é vista como palco de situações dramáticas, presentes nestas matérias analisadas a partir dos jornais selecionados, e a negligência com alunos e professores, as arbitrariedades nas medidas de poder punitivas e coercitivas (representadas na Lei em Mato Grosso do Sul) e as más condições gerais de sua existência. A autora percebe claramente o que se passa em nossa realidade, como se estivesse prevendo um amargo futuro.

O adolescente suicida, o objeto deste estudo, muitas vezes não se sente parte do conjunto de pessoas que o cerca, ou seja, da humanidade, e sua exclusão física desse contexto é uma solução trágica: a autoexterminação. Diante de uma análise contextualizada, o suicídio pode ser prevenido, entendido e evitado sumariamente com a mudança que a escola pode executar na vida de seus alunos e, a esse segmento da sociedade, a escola pode alcançar sua posição de transformadora da realidade se não for dependente de interesses políticos, se tiver autonomia, se assumir seu papel, deixando de executar o controle ideológico, social e psicológico dos jovens, baseado na alienação, sobretudo a material, a qual é imposta no sistema de produção capitalista.

O Psicólogo Escolar em sua formação apresenta condições e competências para modificar essas situações críticas. No Distrito Federal, Brasília, instituído pela lei n. 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, o Psicólogo Escolar já tem seu lugar garantido, fato que pode solucionar muitos problemas, auxiliando, por exemplo, na luta contra a distorção da imagem da escola pública na sociedade em geral, conferindo novos significados a ela e podendo auxiliar a formar o novo cidadão. Uma prática pedagógica com o olhar da Psicologia inserido em suas ações nunca mais será a mesma.

Na pesquisa científica, as perguntas são mais importantes que as respostas. O homem, na condição de um ser em movimento, transforma-se de tempos em tempos e, nesse processo histórico, é preciso compreender o lugar da escola, isto é, do ambiente que adolescentes

frequentam e onde se constroem, local em que a violência pode ser compreendida como um grito de desespero e um pedido de socorro. O que fazer?

O Estado tem que modificar sua postura diante de toda essa tragédia, e esta é uma das intenções desta pesquisa: colaborar para a mudança da violência, que é institucionalizada por ideais impostos por uma classe dominante, contrapondo-se aos direitos e deveres que contam na Constituição Federal de 1988, como afirma Arendt (1973).

Ao considerar que o ambiente desta discussão é um espaço destinado ao Ensino Médio, fica clara a importância de compreender mais sobre a adolescência, suas funções psicológicas superiores, com a prevalência na imaginação e no pensamento que funciona por conceitos. Essa fase da vida é um período do desenvolvimento humano conhecido por inúmeras crises, dúvidas, inseguranças, medos e contato com o mundo adulto, que podem gerar atitudes que, se vistas sob um olhar estigmatizado, podem ser interpretadas como rebeldia, agressividade, instabilidades e até questões patológicas.

Percebe-se essa tendência que justifica, mais do que nunca, uma nova visão, que busque enxergar o outro lado desses sujeitos aparentemente determinados: o lado saudável, de quem tem plenas condições de desenvolvimento e conquista de seus objetivos, ancorado no entendimento do momento de transformação biológica em que vivem, como fator complexo e amplo, diretamente relacionado ao meio histórico e social.

Outro importante protagonista é o professor e, para que este seja um agente de transformação, é de extrema relevância que passe por processos de formação continuada e seja orientado sobre a necessidade de um aprofundamento teórico que fundamente sua relação com a prática, buscando a pesquisa e a interferência como meio de transformar-se e àqueles de seu convívio.

Na década de noventa, o Instituto Nacional de Saúde Mental, órgão do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA, já discutia a incidência desses fatores, destacando, em relação ao jovem, o risco que envolvia elevadas exigências acadêmicas, o fato de ele manter sua identidade em um novo ambiente, as mudanças familiares, a consciência da necessidade financeira, as suas transformações no meio social, bem como os novos conteúdos, a experiência de uma vida diferente da familiar, deixando o ambiente acolhedor mais uma vez, mas agora sendo da escola para a faculdade ou para vida. (NATIONAL INSTITUTE OF CHILD HEALTH AND HUMANAN DEVELOPMENT, 2006).

O caráter universal e singular tanto da depressão quanto do suicídio em adolescentes geralmente está relacionado à escola. Alguns pontos, dentre os citados acima, que merecem destaque é a preocupação com a autoimagem, ou seja, a aceitação de si, pois os jovens

comumente só veem aspectos negativos em seus corpos, comportamento normalmente mais comum em meninas, porém constatado também em meninos. A puberdade e a adolescência são fases de mudanças intensas no corpo e, com instrução e debate sobre o tema, diversos tabus e “*bullying*” podem ser evitados. A educação sexual também entra como uma estratégia de enfrentamento para “libertar” as pessoas de alguns sofrimentos que em sua maioria não são reais.

A Associação Americana de Suicidologia (*American Association of Suicidology*), disponibiliza um resumo das estatísticas nacionais de suicídio assim que elas ficam disponíveis no Centro Nacional de Estatísticas da Saúde. Os números mais recentes são do ano de 2018 e, dentre os conteúdos presentes em suas pesquisas, encontram-se informações de que os fatores de risco são a depressão, agressões, ansiedade recorrente, abuso de drogas, baixa autoestima, dificuldades de enfrentar frustrações, bem como tentativas já realizadas. Esses são dados, recorrentes no meio escolar, muitas vezes aparecem definidos como baixa produção intelectual. O sentimento de ser parte da escola é algo que deve ser incentivado por meio de um grupo e vínculos de proteção. É preciso ter muita cautela ao abordar esses temas, pois nunca se pode saber em que estágio o aluno em crise se encontra, se em um nível leve ou severo. O contato deve ter muita sensibilidade e delicadeza, tanto quanto o afeto deve ser parte dessas ações, isto é, ser o veículo para se chegar à pessoa em crise.

Estratégias devem ser adequadas aos diferentes públicos em diferentes culturas, porém, todos demonstram ter em comum a volição de prevenir o suicídio, principalmente nos mais jovens. O diagnóstico de uma crise, patologia ou possível suicida apenas deve ser feito por profissional habilitado, ou seja, por Psicólogo inscrito no Conselho Regional de Psicologia. Este não é, segundo o Conselho Federal de Psicologia (CFP), papel de outro profissional, sobretudo de educadores, cabendo a tarefa específica ao Psicólogo Escolar, o qual deve auxiliar no esclarecimento de questões aos professores e demais agentes na escola, buscando uma maior identificação de possíveis casos de risco, colaborando para a segurança de todos, envolvendo a equipe escolar, como também criando um maior vínculo de confiança e, ao mesmo tempo, instruindo a comunidade escolar e civil.

As escolas públicas, como outras instituições de esfera governamental, estão sendo taxadas de lugares de baixa qualidade de ensino e de prestação de serviços, com “ausência total de limites e regras”, presença de “balburdia” e descaso, formadora de fracassos, que devolve à sociedade uma geração de adolescentes incapazes de se proteger e de enfrentar frustrações, como se fosse possível a ela essa culpabilização.

A escola faz parte do ambiente onde todo o fenômeno do suicídio coexiste, porém, como já abordado acerca do sistema social e econômico, o sistema educacional não deve ser visto como substituto da família e a educação é um processo que deve ser realizado pelos pais e pela sociedade conjuntamente. Porém, o que se observa é que a escola ora é culpada, censurada sem direito ao contraditório, ora é vista da mesma forma irresponsável como uma “clínica”, onde o Psicólogo Escolar Educacional resolverá todas as mazelas que envolvem os educandos. O que não se pode negar é que a escola é palco preferencial dos acontecimentos sociais atuais e nela ocorre a maior fase de transição da vida dos sujeitos, talvez a mais difícil delas, que é deixar de ser criança e se tornar adolescente. Porém, o Estado não tem investido na escola nem no aspecto estrutural nem na valorização social dessa instituição.

Em síntese, pode-se dar início à abordagem do suicídio e a escola trilhando um caminho a partir de um sujeito, a pessoa que vive uma das fases mais difíceis de toda a existência humana: o jovem.

Para descobrir o que a vida significa para o jovem que estuda na escola pública e como este se vê em um contexto social, é necessário ressaltar que impera uma visão reducionista da administração pública, determinista como na década de setenta denunciava Baró, em El Salvador, e ainda quantitativa, que exclui crianças em prol de um resultado, como também mecanicista, que não prioriza a formação de uma mente crítica e a saída de uma vida de opressão.

É evidente que o mundo capitalista, baseado em um consumo desenfreado, atinge diretamente crianças e jovens. Vive-se em uma era em que o “ter” significa mais que o “ser”, ou que muitas vezes consumir alivia tensões e frustrações. É uma época baseada na falta de empatia, de compreensão e de acolhimento, menosprezando sentimentos e necessidades alheias e, assim, facilmente se define uma geração fadada à incompetência ou ao fracasso, formada por pessoas que se coisificam como uma eficaz engrenagem em um sistema que avalia homens pela sua capacidade de produção e lucro.

Assim, cada vez mais vivemos uma sociedade passiva, que não compreende o que se passa em seu âmbito político e social, não percebe em suas relações a dialética, a desmistificação do senso comum e reproduz, de geração em geração, estruturas sólidas com homens que trabalham apenas por existir, ou seja, que não se apropriam de sua força de trabalho e não compreendem que podem escrever suas próprias histórias.

A ressignificação nas relações humanas e sociais – a mediação no processo de aprendizagem, que acaba por auxiliar na construção da subjetividade, na singularização de um

ser concreto – vem como a ação que gera a ruptura do processo que assola nossas crianças, jovens e adultos. A solução é fornecer subsídios para que a criança construa sua própria forma de ver a vida, se apropriando de referências práticas e teóricas, mas de uma forma automodeladora em todos os níveis e, assim, possa resistir ao que o sistema propõe em prol de sua independência, autonomia e emancipação.

Nesse enquadramento, cabe citar Alves (2003), que defende que, para compreender o homem, não há como entender um povo como algo específico e singular, porque ele faz parte de toda uma universalidade: os jovens, o suicídio e a escola pública se inserem no contexto de uma sociedade historicamente construída, independente da região focada, das raças existentes, da multiplicidade de cultura; e o todo não pode ser visto sem as suas especificidades no tempo e no espaço, como o singular não pode ser explicado sem o universal: o universo da natureza humana.

A Psicologia Histórico-Cultural, nesse caso, se apropria do método dialético no auxílio e na elaboração de explicações sobre comportamentos e realidades do ser humano em sociedade. Essa perspectiva é um ramo da Psicologia que, desde a década de 70 do século passado, neste país, está direcionada às denúncias sociais e, ao analisar o sofrimento de um povo em suas relações materiais de existência (sobrevivência), uma teoria pode ser a ferramenta de promoção de transformações na sociedade.

É pertinente ao tema uma discussão sobre a escola pública, que se estrutura em uma concepção burguesa de igualdade, expressando um viés dominante dos ideais de classes em uma sociedade. Historicamente, como coloca Alves (1998), essa concepção burguesa proporcionou uma escola como se fosse para todos, em sua ampla difusão no final do século XIX, surgindo, assim, a intenção de controle com a impossibilidade pela produção material de sua democratização aos filhos dos trabalhadores.

É preciso compreender que os interesses de uma escola pública ficam divididos de um lado pela classe burguesa e de outro pelos trabalhadores. O povo, como um *Terceiro Estado* na luta contra o sistema feudal, sob a liderança dos burgueses, buscava uma nova sociedade, que se colocava antagônica aos interesses dos mais privilegiados. Alves (1998) descreve como o processo de produção material da escola pública foi insuficiente para implantar condições concretas, que permeavam a sua idealização, em confronto com os ideais de uma sociedade capitalista.

Marx (1988), a respeito da Revolução Industrial, analisa a quebra da resistência do trabalhador com a inserção da máquina, quando ocorre a divisão do trabalho, incorporando a mulher e as crianças aos meios de produção. Com a implementação da legislação social inglesa,



no século XIX, ocorreu, a princípio, um benefício que favoreceu as crianças, reduzindo a jornada de trabalho da infância e instituindo a escolarização obrigatória, com suas despesas custeadas pelos empregadores. Porém, homens e mulheres continuaram desprotegidos e sujeitos à exploração moral e material. Nessa época, os filhos de trabalhadores eram vistos com *crianças de fábrica*<sup>20</sup>.

Com a ausência das crianças nas fabricas, surge uma necessidade social, já que o tempo livre das crianças era um problema aos genitores que trabalhavam largas jornadas e não mais podiam dar segurança aos seus filhos. Assim, uma criança vista como partícipe da produção começa a ser vista como uma *criança de escola*. A escola surge, então, como uma promessa de instituição social que atenderia filhos de todas as classes, como os novos desempregados, filhos de trabalhadores. Diante dessa demanda, a escola atende a todos e apresenta seu caráter universal.

Alves (1998) coloca ainda o caráter dualista que surge dessa transformação, a qual impunha e continuava a discriminação de classes, ou seja: uma escola para os filhos de burgueses, que eram destinados a serem empregadores, e uma escola de caráter profissionalizante para os filhos de trabalhadores. Seguindo de sua desvalorização diante do avanço da tecnologia e simplificação do trabalho, quanto mais máquinas eram usadas para uma atividade, menos dependente e necessária era a habilidade de um trabalhador. O Capital necessita de força de trabalho simples para operar máquinas, um trabalho alienado, uma divisão de trabalho, a ampliação de escola e trabalhadores reduzidos a mera força de trabalho. A escola pública, desde a sua criação, é instituída com o conceito de trabalho sendo um princípio educativo.

Convém salientar ainda que, segundo Alves (1998), os filhos de trabalhadores foram atendidos com uma jornada escolar esporádica e pouco instrutiva em relação a conteúdos; a frequência escolar obrigatória para eles não era real, apenas no discurso; muitas crianças, por necessidade, trabalhavam no horário que deveriam estar na escola e, ainda, havia a ineficácia das escolas noturnas, onde crianças cansadas, depois de 12 horas de trabalho, não conseguiam aprender quase nada.

Por força de uma ação de controle do Estado, a escola tem se materializado como uma atenuante de tensões sociais na sociedade capitalista, descomprometendo o Estado de cumprir suas funções específicas. Dessa forma, a escola se caracteriza como uma instituição descomprometida com o saber e com a emancipação dos sujeitos e seus conteúdos curriculares

---

<sup>20</sup> Expressão utilizada por F. Homer, em 1815. In: MARX, Karl. O Capital.

são expandidos com a finalidade de preparar pessoas para reprodução do modelo de produção observado na escola do século XIX, que continua no século XX, conforme Alves (1998).

Ainda, de acordo como o mesmo autor, o Estado e educadores reproduzem uma realidade antiquada da escola pública, a partir de um modelo de instituição ligada aos seus valores do passado, excluído das lutas dos problemas essenciais. A escola deve ser um local de transmissão de cultura, assegurando o respeito entre todos os inseridos e buscando a formação de cidadãos, isto é, uma instituição social pública para todos e à serviço da saúde dos escolares, em que a sociedade deve ser partícipe como um todo.

É comum nas notícias sobre alunos e violência, e suicídio, mais especificamente falando, transparecer um discurso repetido como um “mantra”, sempre culpabilizando os atores da instituição escolar. Dessa forma, conforme traz Patto (2010), entende-se a escola como a casa dos pais que não dão “conta” de seus filhos jovens em crise e ameaçam acionar o Conselho Tutelar ou tomam medidas mais extremas como punições, justificando o fracasso atribuído ao âmbito familiar causador da anulação de qualquer força de mudança, como também da criminalidade ou outros males, ignorando o fator social e as relações do Capital na sociedade em que vivemos.

A escola é o reflexo de nossa sociedade e os jovens já chegam nela inseridos em um mundo onde a violência é banalizada, ciclo que se repete há muito tempo: violência gerando violência. Por conseguinte, é importante perceber como a comunidade onde esse jovem violento ou vítima da violência está inserido, como também os lares desestruturados, as famílias em desequilíbrio e a negligência de todas as formas. Rolim (2008) ressalta um fato que pode ser considerado um dos mais encobertos e ignorados por nossa administração: a relação *bullying*/violência/suicídio com os abusos sexuais.

Souza (2018) aborda a importância da socialização de sentimentos, conteúdos, desejos, valores, sonhos que podem auxiliar em práticas futuras nos propósitos educacionais e essas interações proporcionam a criação de sentidos, podendo modificar o futuro dos jovens e modificar essa cultura que associa a escola pública ao fracasso. Neste contexto, para que ocorra esse processo de autoconhecimento e de conscientização, a mediação psicológica converte-se em fundamental ação de mudanças nos espaços da escola, uma vez que busca um sujeito ativo, histórico e político.

Atualmente a ciência em relação aos jovens, mais especificamente na adolescência, tem em sua maioria uma visão biológica e patologizante dessa fase tão significativa da existência humana. Essa talvez seja uma forma mais simplista de justificar todos os aspectos

sociais, individualizando problemas e conflitos, culpabilizando os mais jovens por situações pelas quais a sociedade e o Estado deveriam conjuntamente se responsabilizar.

Em contrapartida, Facci (2016) adverte que essa fase do desenvolvimento humano não pode ser analisada somente por mudanças ou aspectos biológicos, como uma naturalização por si só do processo de desenvolvimento humano, ou simplesmente como uma etapa em que as pessoas adoecem devido ao desenvolvimento hormonal. Em nenhuma fase de sua existência o homem deve ser compreendido sob uma visão reducionista, ou seja, sob o aspecto biológico, mas sim em uma perspectiva social.

Isso não significa ignorar ou excluir, de qualquer forma, a materialidade orgânica presente na vida e sua relação com o homem, e assim se justifica a visão dialética de um processo da existência, como também o processo histórico em que o ser se constitui. É necessário compreender que a adolescência acaba por ser uma criação da sociedade, nem sempre esse conceito existiu. Séculos atrás, se compreendia a existência desse momento como a passagem direta da infância à vida adulta. Assim, os jovens como o ser humano em si são definidos e identificados através das relações sociais, da produção e da complexidade da vida em sociedade e do repasse da cultura já produzida pelo homem.

Neves et al (2018), com base na teoria vigotskiana, afirmam que o meio social não apenas influencia o período da adolescência, mas é fonte de seu desenvolvimento, o qual ocorre em um movimento dialético de aumento das abstrações e das generalizações, as quais fundam o pensamento por conceitos e subsidiam a apreensão de novos conteúdos, proporcionando o surgimento de argumentos e questionamentos. No contexto social, o adolescente começa a apresentar novas exigências e demandas e, nesse sentido, quanto mais se relacionar, mais terá a capacidade de imaginar, função que proporcionará a relação do sujeito com o passado e possibilitará a criação de um futuro. Como os educandos estão em constante desenvolvimento, há o estabelecimento de sua relação com o meio, criando novas reflexões.

O mesmo autor considera a importância do processo de mediação para que os adolescentes se apropriem dos conhecimentos para serem capazes de atuar como protagonistas de sua história e entendedores de seu papel no mundo. Essas intervenções devem favorecer a formação de situações sociais de desenvolvimento comprometidas com a formação da realidade.

Para Facci (2016), os adolescentes materializam interesses que surgem de uma atividade social. Não se pode negar que nessa fase há crises, mas elas não causadas fundamentalmente por desequilíbrios hormonais, mas sim pelo movimento desses interesses, ou seja, entre a antiga e a nova maneira de pensar sobre a vida.

Vigotski (1984), em sua teoria, defende que o pensamento e a linguagem dos homens são construídos em um processo em movimento, histórico e dialético, na formação social (do todo) e psíquica de cada um, pois as funções psicológicas superiores são indispensáveis para o desenvolvimento e a evolução da sociedade.

O adolescente, conforme Facci (2016), deve ser compreendido por vários aspectos e um deles é a comunicação íntima pessoal, por meio da qual ele reproduz o comportamento dos adultos com seus pares. Há um “código de companheirismo”<sup>21</sup>, característica importante na constituição da personalidade do adolescente, o qual vivencia com os demais adolescentes as relações que observa no mundo adulto. Essa é a sua referência, ou seja, a tendência de seguir exemplos e comportamentos do adulto. Nesse contexto da aprendizagem defendida nessa teoria, através da convivência com os mais velhos, em maioria mais experientes, os menos experientes aprendem e se desenvolvem em um processo de mediação e absorção da realidade. A Psicologia Histórico-Cultural vê essa relação dialética como determinante e princípio basilar do desenvolvimento dos homens.

É preciso compreender que o jovem está em uma posição intermediária, isto é, não se trata de uma fase simples de vivência, pois esta entra em transição entre duas realidades: a de criança e a de adulto. Conforme Vigotski (2001), é fundamental esse contato de um homem mais desenvolvido com o menos desenvolvido. Nessa fase, o jovem terá a sua ideia de realidade e de futuro baseada nessas relações. Assim, também se justifica a importância do convívio com os pais, professores e demais adultos na vida dos adolescentes.

No contexto dessa análise, pensando nas futuras gerações, cabe ressaltar que, em sociedade, os adultos têm fundamental posição no futuro do desenvolvimento saudável dos jovens. Portanto, se esse adulto é alienado de si e de sua realidade, poderá passar ao jovem informações distorcidas, perpetuando não só a sua alienação, mas a de quem irá vê-lo como exemplo. Esse processo ocorre na escola, que deve colocar seus esforços educacionais em uma perspectiva coletiva, pois é nesse meio que o jovem se desenvolve. Salienta-se, dessa forma, a importância da opinião social, isto é, do grupo, para os jovens nele inserido. A escola tem o papel, ou deveria ter, de preparar as novas gerações, formar pessoas conscientes da realidade e, em seu ambiente, desenvolver os interesses cognoscitivos científicos com o início da percepção do conhecimento científico.

Quando se trata de compreender a escola em relação ao jovem, Facci (2016) defende que os conhecimentos científicos produzidos pela humanidade devem ser transmitidos pelo

---

<sup>21</sup> Expressão cunhada por Elkonin (1960).

professor e apropriados pelos alunos em uma relação cotidiana, dialética e constante. Esse movimento é fundamental para a constituição do jovem em sociedade, como para a própria construção de sua personalidade. A escola é primordial no desenvolvimento psíquico nessa fase da vida, dando suporte à estruturação de um conhecimento sistematizado em cada uma de suas fases de existência neste *locus*.

Vigotski (1984), em confronto com a visão biologizante do homem, expressa que quando surge uma nova forma de pensar na adolescência, há um choque, e o fato de o adolescente desenvolver o pensamento por conceitos torna-se uma tarefa difícil para ele, que ainda não tem uma estrutura psíquica formada. Seu pensamento é muito instável e, por isso, ele procura por conceitos para se orientar. Isto explica porque muitas vezes os jovens parecem contraditórios ou mudam de opinião bruscamente.

Nessa fase em que o adolescente começa a pensar por conceitos, seu pensamento ainda não contempla o caráter dialético. Dessa forma, o autor citado reforça a importância do sistema educacional que estimule a forma de ver o mundo a partir da contradição, superando a visão material hegemônica em um sistema capitalista.

A escola deve ser responsável pelo processo de mediação para a emancipação dos jovens, situação em que serão trabalhadas também as exigências da vida adulta, as necessidades para sua convivência social, bem como as novas responsabilidades fundamentais nessa fase da vida. A formação dos conceitos científicos nos adolescentes depende de sua realidade na sua atividade, conforme coloca Facci (2016).

O espaço escolar funciona como mediador do que consta na realidade e do que não está sistematizado em conteúdos já produzidos e fundamentais para a formação do pensamento por conceitos. “O adolescente pode não chegar a esse nível intelectual se as condições sociais, especialmente aquelas relacionadas à educação, não se mostrarem favoráveis.” (FACCI, 2016, p. 212). Os conceitos adquiridos nas vivências não se refletem, na mesma proporção, no desenvolvimento psíquico como acontece com os conceitos científicos, de forma que a escola, como defende a autora, deve promover a clareza da realidade por esses aportes científicos.

Relacionado com o tema, é interessante trazer as contribuições de Petrovski (1980), quando afirma que o primeiro fator do desenvolvimento da personalidade do adolescente é a sua própria atividade social, a qual é desenvolvida no contato com valores e exemplos de seus iguais. O autor defende a ideia de que o adolescente possui características ainda da infância e do mundo adulto e pode ter desenvolvimento diferente mesmo com mais idade. As condições sociais diferentes podem gerar desenvolvimentos desiguais.

A adolescência é um período difícil de existência, que pode ser considerado crítico devido às experiências sociais qualitativas vivenciadas. Nessa fase, os jovens possuem características comportamentais próprias dessa fase do desenvolvimento, tais como a desobediência, a resistência e as atitudes de protesto. Estas podem ser consideradas comuns e justificadas pelo fato de o jovem viver em um período de transformação de suas características anteriores, segundo Petrovski (1980).

Convém ressaltar que, ainda segundo o mesmo autor, nos anos de 1920 e 1930 começou a surgir, em diversos países, uma corrente contrária à formação patológica do ser humano, resultando em estudos concretos sobre a adolescência, a formação de sua personalidade e seu lugar na sociedade. Um exemplo é a psicologia soviética com Vigotski, que trouxe a discussão referente aos principais pontos, a maturação sexual e social, dando mais importância ao caráter social do que ao biológico das teorias de universalidade genética. Esse teórico discute as principais circunstâncias sociais concretas da vida de um sujeito na adolescência, que são os períodos que consistem nessa fase como o de “*crisis, conflictos y dificultades*”.

Petrovski (1980) acrescenta que os antropólogos consideravam esse período específico como o momento em que a criança está à procura de seu lugar na sociedade e, dessa maneira, sua incorporação ao mundo adulto é realizada. Esse jovem se desenvolve nas trocas com seus pares, isso é, a adolescência é uma fase em que há trocas para se pertencer ao grupo. (PETROVSKI, 1980). O autor defende ainda que, quando a ciência soviética se instituiu, Vigotski trouxe problemáticas totalmente novas ao estudo das idades do homem, ressaltando a necessidade de pensar uma nova estruturação básica da personalidade do adolescente e de clarificar seu desenvolvimento quanto à sua situação social. A difícil fase estimada como adolescência consiste em uma fase de transição de maturação psíquica. Todo esse processo constitui um campo de preparação tanto objetiva quanto subjetiva do ser, fato fundamental para compreender as demandas sociais que existem nas relações sociais e na vida adulta.

Petrovski (1980) também adverte que a atividade social principal dessa fase é uma grande receptividade para aceitar as normas e os valores da vida adulta, o que é complicado, porque os adultos e as crianças possuem mundos muito diferentes, principalmente quanto às suas obrigações pessoais. O adolescente tem um sentimento agudo de confirmar sua personalidade e busca, para a compreensão de si e de mundo, percebendo sua situação de desigualdade frente ao mundo adulto. (PETROVSKI, 1980). Suas variadas formas de protesto ou insubordinação constituem modos de trocar sua antiga forma infantil com a dos adultos e adquirir uma nova forma de lidar com o novo mundo.

Conforme o mesmo autor, a formação da personalidade ocorre dentro do plano social, através dele e para ele, e consiste numa condição fundamental ao desenvolvimento de sua maturidade social e moral em direção a uma estrutura correta, saudável. Quanto mais fortes os vínculos sociais e coletivos com adultos e com seus pares, mais desenvolvido será socialmente o adolescente e mais completa será a sua personalidade em relação ao desenvolvimento esperado. Os adolescentes apresentam uma semelhança nas trocas específicas do desenvolvimento dessa fase relacionadas às suas necessidades, aspirações, exigências e respeito aos mais velhos.

O jovem, ainda conforme Petrovski (1980), tem um desejo de viver a vida conjunta com seus pares e ter amigos. Facilmente ele adere aos interesses dos amigos da mesma idade e acaba incorporando à sua vida os mesmos gostos, troca informações que lhe interessam e discute sobre o cotidiano e o comportamento dos demais. Essas relações evoluem para um nível mais alto de desenvolvimento quando lhe surgem objetivos e tarefas comuns com sentido para o seu grupo, como também àquilo que está relacionado à preparação para a sua vida profissional.

A escola e o estudo dos conteúdos científicos ocupam importante lugar em suas vidas. Boas condições de desenvolvimento da personalidade ocorrem quando os conhecimentos adquiridos são algo subjetivamente necessários e importantes para o presente e adequados para preparar esse jovem para o futuro, bem como quando seus diferentes tipos de ocupação têm caráter cognitivo, proveitoso e criativo, que o leva a aprender por si próprio, sem precisar de outros. Nessa fase se manifestam também novos interesses por estudos relacionados às suas expectativas de vida, ideais e orientação profissional.

A cada idade há uma nova formação do ser quanto ao seu psiquismo e, conforme Facci (2014), isso caracteriza seu desenvolvimento em um processo de reorganização da personalidade da criança. Novas formações vão se agrupar às restantes e, nesse processo de movimento, ocorrem os novos conceitos. Os momentos de crise da adolescência resultam também em processo positivo para ele, portanto o que é visto como patológico ou negativo a um desenvolvimento sadio tem um lado que corresponde às positivas mudanças no psiquismo e se constitui como uma das principais características dessa fase, conforme Vigotski (1996).

Leontiev (2016) contribui para uma nova visão do desenvolvimento voltada ao social, discutindo a importância das condições de vida existentes no que diz respeito à produção de conteúdo realizado nesse estágio de desenvolvimento, dependente das condições concretas de vida, contradizendo a visão reducionista de um desenvolvimento meramente biológico e de

características inatas, em períodos determinados por cada sociedade e sua época, em um processo histórico.

Desde o século XX, quando essa nova visão entrou em evidência na sociedade, surgiu um problema, pois a ciência da época, normatizadora e desenvolvimentista, tentou impor uma naturalização dos jovens, patologizando-os em uma natureza inata, universalmente cristalizada, ignorando, conforme Facci (2014), o principal aspecto que constitui os homens: o social. Algumas teorias tendem a padronizar os seres humanos, colocando a adolescência como uma fase intermediária entre a infância e a vida adulta, e a sociedade se apropriou dessa forma fossilizada de compreender o movimento que há no desenvolvimento psíquico dos jovens. Assim, a autora mencionada anteriormente considera sendo essa ainda uma visão atual, que se baseia nos fatores resultantes de questões biológicas, da produção de hormônios, e que ignora as condições históricas e culturais que estabelecem as bases materiais da sociedade.

Ressalta-se ainda que, segundo Vigotski (1996), o período da adolescência se caracteriza por um desligamento em relação aos velhos interesses, conjunto à maturação biológica e sexual, e isso envolve atrações orgânicas. Porém, é através das relações sociais que irá ocorrer a maturação social esperada para se desenvolver e chegar à fase adulta. Portanto, o jovem não é um ser natural e biológico por si só; é essencialmente histórico e social e, quanto maior a sua inserção com os demais, melhor será a reestruturação dessa fase, elevando-o a um nível superior.

Por fim, conforme Facci (2014), devido à vida em uma sociedade de classes, onde os bens culturais não são acessíveis a todos de forma igualitária, isso reflete diretamente no desenvolvimento dos adolescentes. As vidas não são iguais e as condições materiais de vida determinam o desenvolvimento singular de cada um, mas a sociedade ainda naturaliza essa fase e as condutas dos jovens, como também cria um padrão esperado a se seguir.

### **2.3. A escola pública e suas mazelas**

A escola pública necessita ser analisada e entendida por seus participantes como um lugar de valor e de expectativas de mudanças intelectuais e sociais. Em um país capitalista, porém pobre, de terceiro mundo, com uma sociedade consumista e individualista, há interesse em que a camada social mais vulnerável fique sempre às margens do desenvolvimento humano.

A partir desse raciocínio, observa-se que a educação deve ser democratizada com qualidade e não mais permanecer no seio de conflitos, estigmas, preconceitos e relacionada a uma trajetória rumo ao fracasso. Essa visão deriva do psicologismo e de outros “ismos”, como



ideias que patologizam jovens saudáveis e com reais condições de desenvolvimento diante de sua condição social vulnerável.

Tal perspectiva reduz e determina expressões culturais de alunos, geralmente de periferias das cidades, a uma posição marginal, abstraindo seus problemas sociais e condenando o aluno, o professor, a escola ou a todos por crises e situações negativas. Entende-se que isso resulta por determinar uma categoria social à exclusão.

A escola pública deve ter valor, capacidade e formar muitos cidadãos competentes e autônomos, que obtenham sucesso na vida adulta, seja profissional ou emocionalmente, mas muitas pessoas que têm potencial, devido às diferentes condições de acesso às oportunidades, acabam não tendo êxito nesse processo de formação.

Como mencionado anteriormente, a violência exaustivamente exposta na mídia, em casos que envolvem a escola redonda em informação sensacionalista, com maior ênfase no negativo do que em situações de sucesso, que são pouco citadas nesses meios.

A escola não pode mais ser vista como centro dessa discussão, mas sim como uma totalidade em suas diferentes facetas, a partir do entendimento de que há um processo histórico que a constitui e não um fator isolado, tal como as ciências jurídicas a analisam. Por exemplo, não basta corrigir os atos infracionais ou combatê-los, mas analisá-los como um fenômeno “vivo”, em movimento, que se transforma diante da realidade social. Há que se buscar a valorização da identidade e da individualidade do aluno e do professor, sobretudo no seu desempenho em prol do desenvolvimento humano e da liberdade de ser, de pensar e de realizar, considerando que o trabalho docente em escolas públicas é tão ou mais difícil que em instituições privadas.

Isso não deveria redundar em desmerecimento, deveria ser o contrário, e só reafirma a evidente necessidade de descontinuar focando na tragédia da violência que envolve a sociedade. Antes, deve-se buscar conhecer sua história, o que permite um olhar crítico sobre a escola e seus atores. A postura simplista escamoteia os problemas concretos, remetendo-os às questões biológicas, médicas e impossibilita a resolução que a Psicologia Escolar e Educacional propõe de maneira eficaz. Diversos conflitos podem ser resolvidos ou dirimidos em rodas de conversas, por meio de palestras e ações de desenvolvimento pessoal, colaborando para o fortalecimento da instituição escolar.

A escola pública com qualidade desempenha um importante papel em nossa sociedade e necessita de políticas públicas que a instrumentalizem e propiciem sua autonomia e funcionamento adequado. A autoestima de quem atua nessas instituições precisa ser estimulada

com projetos sociais que possam gerar transformações para quebrar a escrita de que a gênese desse ambiente vive uma realidade de abandono pelo Estado e por sua comunidade.

A Psicologia encontra dificuldades nesse enfrentamento, porque muitas vezes, tem visto a situação pela ótica do fracasso, da violência, da vulnerabilidade e seria um equívoco negá-los. Não se deve insistir em soluções prontas e geralmente ineficazes que a administração pública oferece. O psicólogo é um profissional que pode (e deve) revolucionar com suas ações, buscando entender modelos equivocados de enquadramento da escola na sociedade, enfrentando tudo isso com uma nova postura: a de evidenciar e fortalecer o que há de positivo nesse processo. É possível usar a trama histórica das relações sociais conflituosas como um instrumento a favor da escola, rompendo propostas que não foram validadas por meio de uma mudança visceral de atitude perante os problemas e conflitos.

Duarte (2008), por sua vez, denuncia o sucateamento de nossas escolas e a relação dessa realidade com uma política determinada por organismos financeiros internacionais, seja o Fundo Monetário Internacional (FMI) ou o Banco Mundial (BM), que expõem a realidade de uma política educacional direcionada apenas para suprir as necessidades do mercado. Essas políticas deveriam se preocupar com a transformação da realidade atual, com o desenvolvimento do país e de sua nação como um todo, superando relações sociais desiguais, injustas, porém nem sempre são esses os seus propósitos.

A Educação é a revolucionária forma de produção de sentidos e assim deve proceder, e a Psicologia é capaz de proporcionar à escola mudanças sociais significativas e, nessa direção, os processos e relações precisam ser reavaliados para que os alunos se apropriem ao máximo da produção humana existente e, em sua especificidade, ser parte da humanidade, obtendo a noção de pertencimento do universo humano.

Ainda com Duarte (2000), o processo educativo deve ser repensado e ampliado, evidenciando a capacidade do homem não apenas de crítica, mas de saber agir e passar por essa existência desempenhando seu papel ativo em sua comunidade.

Souza (2016) localiza a dialética da Psicologia de Vigotski nas expressões artísticas, servindo para expressar sentimento, ao elaborar a imaginação, as emoções nas relações com o meio, o que pode ser feito por meio de mediadores culturais. Assim, o Psicólogo Escolar Educacional tem diversos recursos, tais como a música, o desenho, a dança e a literatura, dentre outros, que podem auxiliar no desenvolvimento da afetividade. Consequentemente, o sujeito, por meio destes, encontra seus afetos, como também os dos que com ele convivem, para que as ações atinjam seus objetivos, envolvendo a todos e criando um ambiente melhor na instituição.

Nessa ótica, é necessário ser ativo em prol da saúde, da transformação social, e não reforçar a patologização da escola e seus atores. O objetivo do profissional de Psicologia deve ser analisar as dinâmicas que envolvem a escola, observando como se dão as práticas pedagógicas em sala de aula, bem como os projetos educacionais, o espaço da instituição e como o professor e os alunos se veem e se sentem nesse ambiente e em todas as interações que o envolvem.

Vigotski (2018) afirma também que o desenvolvimento dos conceitos científicos construídos nas relações sociais e culturais contribuem para a formação da consciência reflexiva e propiciam transformações profissionais, tanto no contexto coletivo como no educacional, estimulando o desenvolvimento humano. O aprendizado na escola auxilia a construção e o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, como a consciência, o pensamento, a fala e o controle de ações, e estes, sendo realizados de forma consciente e intencional, favorecem relações e o aprendizado dos que se relacionam na escola e na comunidade, potencializando o ensino, a aprendizagem e o desenvolvimento.

Nesse contexto, na Psicologia Histórico-Cultural, Vigotski (1984) analisa como se dá a absorção dos conteúdos e a formação do psiquismo humano, com a internalização ocorrendo pela absorção também do que é veiculado. Nem todo ensinamento ocorre na sala de aula e esse é um dos maiores riscos das *fake news*<sup>22</sup>. Assim, as gerações jovens terão como consequência, no futuro e nas próximas gerações, a transmissão desses conhecimentos produzidos na atualidade e a elaboração equivocada sobre os fatores determinantes do suicídio na escola.

Há um comportamento que, de tempos em tempos, parece se repetir nas transformações sofridas pela nossa sociedade e, de forma muito precisa, Saviani analisa a relação do Capitalismo com tais movimentos de mudança:

Segundo Saviani (1991):

Se a cultura foi impulsionada e teve um grande avanço nas origens da época moderna, no início da sociedade moderna, da sociedade capitalista, isto devia-se ao fato de ter a burguesia se constituído como uma classe revolucionária e, nesse sentido, portadora de uma nova fase da humanidade que envolvia também um avanço cultural. Mas à medida de que vai se consolidando no poder, ela se esteriliza do ponto de vista cultural. Surge um período em que a cultura se padroniza, perde sua criatividade, perde também seu vigor, a sua sistematicidade e se torna fragmentada. É uma das características da chamada pós-modernidade esta fragmentação, esta superficialidade. Bem, então me parece importante a gente pensar um pouco na questão da estagnação cultural,

---

<sup>22</sup> Apesar de parecer recente, o termo *fake news*, ou notícia falsa, em português, é mais antigo do que aparenta. Segundo o dicionário Merriam-Webster, essa expressão é usada desde o final do século XIX. O termo é inglês, mas se tornou popular em todo o mundo para denominar informações falsas que são publicadas principalmente em redes sociais.

da fragmentação, da superficialidade, que caracterizam este período e as relações disso com a pós-modernidade (SAVIANI, 1991, p. 23).

A partir dessa visão teórico-metodológica, fica evidente a rejeição que acompanha o senso comum em relação à Psicologia Escolar Educacional, que, segundo Galvão e Araújo (2018), é responsável pela atuação de um profissional a fim de apontar soluções corretivas para adaptação na escola, ajustando o aluno no processo e o professor à sua demanda, com base em um modelo predominantemente clínico, sob uma visão que oculta as origens históricas e políticas da situação e de caráter reducionista do processo escolar.

O objetivo do trabalho desse profissional, de acordo com os mesmos autores, é o de proporcionar uma visão de homem e sociedade dialeticamente constituídos em suas relações históricas e sociais, em que surja um importante instrumento de mediação psicológica no auxílio da conscientização, proporcionando melhor exposição dos discursos que fundamentam as concepções de desenvolvimento e aprendizagem, na busca de entender e enfrentar as lutas sociais.

Além disso, as oportunidades, e principalmente as condições, não são iguais para todos, o que fortalece e baliza as desigualdades sociais. É preciso buscar a autonomia, o autoconhecimento e os saberes técnicos e científicos em prol de um sujeito ativo, consciente de seu desenvolvimento histórico e ciente de seu papel e importância no processo de mudanças políticas. Assim será possível alterar a visão que está posta que atinge a educação pública com o estigma de espaço de fracassos e de violência e que esconde um lado pouco visto e divulgado pelas mídias: dos alunos e professores saudáveis, que obtêm sucesso e realização profissional em suas carreiras e contribuem para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

A violência na escola não pode ser vista e analisada como um fato isolado, porque tem causas múltiplas e complexas, reflexo de uma intolerável ordem econômica e social de discriminação criada há muito tempo em nosso país sob um modelo que visa a exploração e o controle. Na cidade de Campo Grande-MS, não se pode compreender esses fenômenos sem compreender a formação do seu território, a história regional de lutas internas e de guerras, a sua condição de fronteira e o processo de urbanização, as migrações e imigrações e a busca de uma vida melhor. Devido ao pouco desenvolvimento do Estado que ainda vive da agroindústria, a cultura regional e a política neoliberal colocam muitas dificuldades na absorção dos jovens em seu mercado de trabalho. As oportunidades de emprego são limitadas ao setor de serviços nas maiores cidades e, especialmente, em Campo Grande, onde não se

remunera os trabalhadores com base em pisos nacionais e não se oferecem vagas de emprego variadas.

Todavia, existe o impacto da comunicação e de uma cultura que impõe o consumo como o único objetivo de vida, sem considerar a desigualdade social. Vive-se uma época de crise que nos remete à década de 1980, porém o mais assustador é o caráter de controle da ética e da moral pautadas por um conservadorismo atrasado historicamente, que contamina grande parte da sociedade. Esse sistema busca a desintegração da organização de movimentos sociais legítimos e autônomos, enfraquecendo-os através do ideal do individualismo. Isso sem contar com a cultura de ódio que contrapõe pessoas, até mesmo na família.

Para se entender a realidade da escola, é preciso mais uma vez recorrer à investigação do que é essa sociedade contemporânea e onde a escola se insere. Seria, porventura, uma sociedade de conhecimento ou uma sociedade baseada em ilusões? Qual o verdadeiro sentido da educação para um país e sua saúde mental?

O sentido maior da Educação é ser transformadora na vida das pessoas, auxiliar na criação de uma mente crítica, analítica, politizada, instruída e não apenas se deter nessa última característica, mas preocupar-se em também formar pessoas para o mundo do trabalho em plena transformação neste nosso século. Ou seja, produzir o cidadão consciente de sua própria vida e das condições sociais e culturais que marcam nosso país e nosso planeta.

A escola pública deve formar pessoas autônomas que, ao se apropriarem da cultura se tornam sujeitos, protagonistas de suas realidades sociais. Porém, a administração pública não investe o necessário nessas instituições e apenas toma medidas paliativas, com pouco ou nenhum sucesso, geralmente próximas a eleições, para que essas medidas revertam em mídia política. Como consequência disso, surge uma escola com pouca valorização, estigmatizada como depósito de crianças e jovens, com a infraestrutura precária e professores malformados e mal pagos.

A escola funciona como um celeiro reprodutor de pessoas adaptadas ao sistema, baseado em consumo em todos os seus níveis, em adquirir bens de consumo, na opção pela individualidade, na reprodução dos interesses de quem domina esse sistema e, assim, começam de pronto a aparecer os indícios negativos dessa situação trágica que assola nosso Estado.

Segundo Duarte (2008), as diretrizes do ensino que estruturam os modelos escolares demonstram um caráter adaptativo, patologizante do ponto de vista psíquico, atendendo, de forma mecânica, o estímulo de competências e habilidades necessárias ao mercado de trabalho. O professor é afetado por esse sistema e, por vezes, também adoece como seus alunos e demais atores nesse cenário. Os docentes, como peças imprescindíveis por seu conhecimento

acadêmico da realidade social, das dificuldades e desigualdades em oportunidades, podem e devem buscar de forma crítica as transformações do seu meio, comprometidos com as lutas sociais que objetivam a solução das distorções do sistema.

A sociedade deste novo milênio, com uma tecnologia avançada e com a evolução da ciência, busca sempre o sucesso rápido e eficaz, a cura e a perenização da saúde, prolongando a longevidade do homem, as harmonizações nas relações sociais e da vida neste planeta. Não basta para isso que a escola pública tenha muros pintados, gramas cortadas e alimentação escolar regular. Essas medidas do governo, bem como a atuação do Psicólogo Escolar Educacional e o trabalho do professor, dão a entender que se espera um milagre fantasioso e espetacular para ser exibido, porém a realidade da escola tem se alterado minimamente e os riscos e as dificuldades que existem no ambiente escolar, como reflexo de uma sociedade repleta de problemas e da violência crescente, não têm sido atenuados.

Uma análise aprofundada e a proposta de mudar a escola pública, compreendendo a falta de sentido que assola a sua população jovem, deve ser direcionada para um processo educativo que vise à apropriação da cultura e à formação da consciência de seu papel no ambiente político e social. Entendendo o que foi feito no passado, e como a humanidade acumulou informação e conhecimento científico e filosófico, é muito mais fácil encontrar novas formas para revolucionar a realidade e transmiti-las à geração seguinte. Dessa forma, Leontiev (1978), refletindo sobre essa apropriação dentro de um processo ativo de aprendizagem, diz que o sujeito precisa realizar uma atividade para se apropriar da história humana, não se tratando da produção de uma ferramenta, mas de como esta pode ser usada. Ele precisa adquirir, compreender e assimilar aptidões e funções humanas formadas com o tempo e receber uma mediação entre o processo de formação da história do homem e da transformação de cada sujeito, processo esse acumulativo e pautado nas vivências históricas de cada geração.

A escola deve ser um dos principais locais da produção cultural da sociedade, mediada pelo docente em relação aos educandos, de forma direta e intencional, respeitando cada pessoa em sua especificidade, como também a diversidade de culturas e, assim, combatendo a violência e suas diversas e perversas formas, a fim de produzir uma nova sociedade e tornar o indivíduo humanizado nesse processo, buscando sua evolução (Saviani, 1997).

A seguir, serão abordados o PISA e a medicalização que envolve os alunos diante dessa situação.

### 2.3.1 Pisa -Programa Internacional de Avaliação de Alunos

Existem ferramentas de avaliação e ações mundiais como o PISA, Programa Internacional de Avaliação de Alunos, que consiste em uma abordagem global da Educação. Esse programa se constitui de provas aplicadas desde o ano 2000 e produz importantes indicadores para o ensino brasileiro. Seu intuito é produzir indicadores que favoreçam a discussão e, conseqüentemente, a melhoria educacional do ensino básico nos países participantes. Em 2015, a avaliação foi aplicada a 841 unidades educacionais, 23.141 discentes e 8.287 docentes. Gestores de todo o país utilizam os resultados do PISA como parâmetro ao decidirem o rumo da educação nacional. O próprio Plano Nacional de Educação (PNE), Lei n. 13.005, em suas diretrizes contém ações para a melhoria da Educação Básica conforme seu processo avaliativo. Porém, quando se discutem essas ações, que visam melhorias importantes em relação aos conteúdos e competências, há também que se compreender a importância da reflexão, da interpretação do mundo, da compreensão da sociedade e, para isso, essas ações não podem mecanizar as otimizações, ou seja, os processos que visam resultados concretos, que levam os jovens cada vez mais cedo a adquirir competências e habilidades muito acima da sua maturação neural e psíquica.

O desenvolvimento que a escola deve procurar em relação a seus conceitos científicos formulados social e culturalmente é o que auxilia a formação de uma consciência reflexiva para gerar as transformações necessárias para que o ambiente educacional se desenvolva e saia da situação em que se encontra. Nessa perspectiva, há um enfraquecimento do papel da escola em nossa sociedade, à qual todos atribuem o dever de mudar a posição social dos alunos, de garantir-lhes uma vida melhor e de formá-los como cidadãos conscientes e éticos. Essa visão constitui-se como um ideal ou uma fantasia sobre a escola?

Para corroborar essa posição negativa da escola pública, do seu professor e dos seus alunos, as mídias e as redes sociais afetam significativamente o entendimento da realidade e escamoteiam e acabam por estimular a cultura da violência através do sensacionalismo, expondo manifestações de violências na escola em seus jornais. Assim, esses veículos de informação criam tristes e deprimentes exemplos de injustiças e alienação, como atualmente se percebe na acusação de ideologização dos professores, os quais vêm sendo monitorados por câmeras internas nas salas de aulas e reprimidos em seus direitos de livre expressão. Quando ainda se elabora a investigação desses problemas, os pesquisadores das Universidade Públicas são desqualificados pelos atuais gestores do país e, sob críticas absurdas de “balburdia”, o

governo vigente revela o viés ultraconservador religioso (de caçadores de bruxas) e autoritário, omitindo-se perante a tragédia nas escolas brasileiras.

Seja na sociedade, no governo ou na escola, a celeridade das notícias e a sua vulgarização/banalização estão cerceando o diálogo necessário, livre e franco, que é um dos melhores instrumentos em qualquer atividade que busca a solução ou diminuição dos problemas sociais.

A violência faz parte da realidade de nossa sociedade desde as primeiras organizações sociais humanas. Assim, é parte da escola e, atualmente, é o assunto em pauta, uma vez que estamos nacionalmente decidindo a inserção do profissional de Psicologia e Assistência Social nas escolas públicas. Debarbieux (2001) aponta a necessidade de entender como os participantes do contexto escolar percebem ou entendem o que é violência, sendo possível, com esse entendimento, atuar diretamente na conscientização desse fenômeno em suas vidas atualmente e no futuro.

### 2.3.2 Medicalização

No contexto da sociedade contemporânea, onde tudo necessita de uma resolução imediata e “mágica” e na qual os problemas sociais são terceirizados, a população carente necessita de um suporte de nossas autoridades, e não apenas ser prontamente medicada. A vida torna-se, nesse contexto, uma doença que deve ser constantemente medicada e, conseqüentemente, a sociedade tem consumido drogas psiquiátricas lícitas em índices estratosféricos. O Brasil já é considerado um dos maiores, se não o maior, consumidor de drogas como Rivotril, Ritalina, calmantes e antianciolíticos, que produzem, com o uso contínuo, diversos outros efeitos colaterais negativos, isto é, usos que prejudicam a saúde muito mais do que a promovem.

Guattari (1990) coloca de forma muito clara a coisificação que envolve a nossa sociedade. Ela se manifesta pelo fato de o homem se desumanizar, afetando suas relações sociais e, assim como uma “coisa”, ele não procura lidar com as dificuldades e frustrações do cotidiano, questões fundamentais para um amadurecimento saudável de adolescentes. Nesse sentido, quando se trata do ambiente escolar, o que se observa é que, ao primeiro desconforto, conflito ou dificuldade, crianças e adolescente são encaminhadas aos psiquiatras, que estão prescrevendo remédios para qualquer situação, sem a elaboração de um diagnóstico mais completo, tais como exames, avaliação psicológica ou outras formas de se entender o caso. Essa



geração, uma das que mais se medica em nossa história, também é a geração que mais está submetida à sua violência interna e externa e ao suicídio.

Leonardo, Leal e Fraco (2017), falando sobre a individualização de tudo que acontece como problema no processo de ensino, defendem que análises mais amplas são encobertas e múltiplos fatores são excluídos em uma análise reducionista desse contexto. Os determinantes, em maioria, são as condições sociais e econômicas de um sistema que quer que pessoas se adaptem a trabalhar de forma efetiva e que não adoçam, como é passível a seres humanos normais.

Culpar os alunos é a forma mais covarde e cruel de desviar as verdadeiras responsabilidades que vêm desde a administração federal até a regional, que exige a sociedade da importante reflexão: O que nós, como comunidade, estamos gerando em nossos alunos”?

Esse processo de medicalização, que não pode ser ignorado e está inserido na escola, é uma realidade e uma ameaça aos estudantes e tem interferido gradualmente no desenvolvimento e na formação dos sujeitos, modificando sua cultura e a sociedade, o que impede uma educação transformadora, uma vez que exige uma acumulação de conhecimentos muito acima de suas capacidades mentais ainda não totalmente formadas. Essa exigência proporciona a angústia e os fracassos e gera a medicalização para a aprovação em vestibulares, havendo deturpação na experiência de adquirir o conhecimento produzido pela humanidade. A alienação não é combatida e, assim, a escola “dopada” não tem condições de transformar a realidade social necessária.

É preciso entender que a medicalização também é um fator presente na história, relacionada à produção, às guerras e às relações sociais e reflete o modo da sociedade atual se constituir. Ela é o modo pelo qual a vida dos seres humanos é apropriada pela medicina e isso interfere no seu funcionamento normal, nos aspectos biológico, moral, sexual, alimentar, ou seja, no comportamento humano de forma geral, como expõe Horta (2006). A medicina não deve nortear a vida das pessoas, mas sim auxiliá-las, quando for necessário. Ainda segundo o autor, o mais nocivo desse contexto é retirar do homem sua autonomia, impedindo-o de ser consciente de si e dos outros para a ser dependente de uma receita médica. Não se trata de enfrentar problemas de ordem médica, mas sim de “uma medicalização social”. Ser consciente e crítico pode ser “doença” para as classes dominantes.

Devido a essa tragédia anunciada, desde 2011 o Conselho Federal de Psicologia (CFP) lançou a campanha “Não à medicalização da vida – medicalização da educação”, com a finalidade de combater a visão atual de que todo comportamento que diverge do que se espera

seja caracterizado como uma patologia. Os problemas sociais e econômicos estão diante de um viés que pretende manter estruturas sociais já impostas, convertê-los a distúrbio e transtornos.

É preciso estimular a potência de mudança existente nos seres humanos no curso de suas vivências com a natureza e, para isso, Prigogine (2009) afirmam que a escola precisa ter sustentação de forma pontual:

O homem só é homem se rebelando contra um meio que necessariamente nega seu poder criativo. Mas também este vocabulário que chega à nossa caneta quando se trata do homem frente a natureza: também neste caso homem histórico, o homem em seu devir, potência de superação e de projeto, deve romper com a natureza identificada com uma matéria passiva, submetida a leis deterministas carentes de toda possibilidade de inovação e criação. (PRIGOGINE, 2009, p. 87).

O que se observa é que a escola pública tem sido isolada como um ambiente destinado às camadas mais pobres da sociedade e indesejado pelas demais. A proposta de inserir o Psicólogo Escolar Educacional nesse lugar, sem saber qual é sua real função no contexto da escola pública, acaba por creditar às classes mais vulneráveis a produção e reprodução da violência nas comunidades, equívoco proposital ou não, que não se justifica, uma vez que as sociedades não podem ser definidas apenas por suas condições objetivas (materiais) de existência. A pirâmide social da sociedade capitalista precisa ser parte da análise, envolvendo a constituição dos fenômenos subjetivos socialmente produzidos.

Seria reducionista apontar que um povo possa ser analisado apenas por sua miséria material, isentando a desorganização social e estatal, quando sua capacidade de ação, de reação às crises são anuladas. A sociedade está inserida nos sujeitos não apenas por sua condição material, mas pela incapacitação destes de gerar produções subjetivas, que lhe proporcionem autonomia, independência e que façam sentido em suas vidas e em seus propósitos.

Mais uma vez, à luz de Guattari (1996), há uma subjetividade de consumo inserida em nossas vidas, seja ela pela mídia, pela família ou pela sociedade em geral, cujos significados são produzidos não pelos homens, mas por um sistema formado por “grandes máquinas produtoras” com o objetivo de controle social. Destaca-se aqui um processo de construção das subjetividades no sentido individual da singularidade, seu processo de criação e ruptura, um sujeito intencional que busca o desenvolvimento social. Ele deve ser automodelador, que entenda a situação e construa seu próprio entendimento, prático e teórico, de forma independente do poder global em todos os níveis, e defina esses processos de diferenciação como “revoluções moleculares”, que buscam mudar a visão coletiva. Este é o processo que impede que o homem seja “coisificado”, isto é, limitado a ser um produto ou uma coisa.

Neste capítulo, pretendeu-se trazer a Psicologia Histórico-Cultural e sua relação com o desenvolvimento humano e educação escolar. Em seguida, serão abordados os temas suicídio, escola e jovens, na produção científica e jornalísticas.

### **3 SUICÍDIO, ESCOLA E JOVENS: PRODUÇÕES CIENTÍFICAS E JORNALÍSTICAS**

#### **3.1 Das produções científicas**

##### **3.1.1 Sobre os descritores**

A seguir, registra-se o primeiro momento da pesquisa empírica sobre o suicídio de jovens e as escolas. Para analisar e compreender esse fenômeno, é necessário elencar o que já foi produzido cientificamente sobre o tema nas principais instituições de ensino e pesquisa do país.

Em um primeiro momento, houve uma busca nos sites oficiais por trabalhos que envolvem os descritores “suicídio e escola”, “psicologia escolar” e “adolescentes”. Esse levantamento foi feito nas produções na área da Psicologia Histórico-Cultural, seguido do que se entende do suicídio de adolescentes em escolas.

##### **3.1.2 Estado do conhecimento sobre o suicídio de adolescentes em escolas**

O objetivo desta etapa é demonstrar as produções científicas com a temática desta dissertação disponíveis nos repositórios de fontes e de bibliografias especializadas. Através dessa ação fundamental à pesquisa científica, pode-se ter uma noção do que está sendo produzido sobre o tema, quais instrumentos e metodologias foram utilizados, assim como as teorias que embasam esses trabalhos.

Essa é uma ferramenta que busca identificação, registro e categorização sobre determinado tema, a área de estudo em um determinado tempo, a época dessas produções, que englobam periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica, propiciando uma perspectiva ampla e atual das pesquisas relacionadas ao objeto pretendido. Conforme Ferreira (2020), trata-se da tarefa de mapear e de discutir a produção científica, com o objetivo de compreender os principais conhecimentos em diferentes épocas e lugares sobre a temática, ou seja, os caminhos percorridos nas pesquisas de mestrado e teses de doutorado. Esse método, segundo Severino (2002), é utilizado para a constituição de uma pesquisa denominada como “estado da arte” ou “estado do conhecimento”<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> Nesta pesquisa optou-se pela elaboração de um estado do conhecimento,

Neste trabalho, desenvolve-se a procura por resultados referentes ao tema, variando em meios de busca sobre suicídio, o jovem e a escola em uma análise do que é retratado na mídia jornalística e as estratégias para a atuação do psicólogo na escola.

O processo que se realiza no estado do conhecimento foi baseado na busca de dissertações, teses, artigos científicos e textos apresentados em seminários, defendidos nos programas de pós-graduação, e congressos na área de psicologia, especificamente a Psicologia Histórico-Cultural. Pretendendo captar um período de aproximadamente 25 anos (1995-2020), quando começaram a ser produzidos trabalhos científicos no país, os recortes destacados são exclusivamente da área da psicologia. Porém, diante da complexidade e criticidade do tema, a produção, por vezes, foi percebida em áreas diversas, como a da Medicina, da Educação, da Farmacologia, dentre outros.

Conforme Sposito (2018), no momento atual, há a busca por um balanço das produções científicas em periódicos nacionais mais relevantes, atingindo diversas áreas, como da educação, das ciências sociais e da psicologia. Certamente, em pouco tempo, essa maneira de pesquisar já conta com novas e múltiplas formas de busca pelo conhecimento que permitirão um enfoque mais abrangente do estado do conhecimento sobre temas diversos, devido à facilidade atual dos meios digitais, propiciando acesso a diversos arquivos e depositários de Universidades, buscadores na área científica, diferente de outros tempos em que o pesquisador precisava se deslocar fisicamente e, por vezes, viajar para ter esses acessos.

Para a seleção, foram listados os trabalhos relacionados ao tema em bases de dados digitais, usando a ferramenta de busca Google para localizar os destinos pesquisados. Essa ação proporciona uma importante base como um dos principais referenciais para pesquisa, permitindo identificar a produção existente nos meios acadêmicos. É pertinente trazer que essa ferramenta se configura em um objeto de investigação presente em trabalhos acadêmicos, porém proporcional à sua importância ainda pouco consolidado na pesquisa. Porém, à luz de sua relevância política e social, trata-se ainda de um campo a ser mais desbravado e ampliado.

No tempo em que as produções foram relacionadas, um importante período de estruturação de relevantes produções acadêmicas resultou do esforço de pesquisadores no crescimento dos cursos de pós-graduação na área da psicologia, preocupados com um fenômeno igualmente em evolução na sociedade: o suicídio.

Pereira (2012) destaca a importância dos fundamentos teórico-metodológicos inseridos não apenas no reconhecimento do tema e nos recortes do objeto em estudo, mas em todo o desenvolvimento da pesquisa. Dessa maneira, em sua elaboração, o estado do conhecimento listado é o território onde o pesquisador poderá constatar espaços ainda não desenvolvidos,

aspectos a se explorar ou diferentes visões sobre o tema. O estado do conhecimento de uma pesquisa de cunho bibliográfico, de natureza exploratória, se estruturando em uma parte do processo de investigação pelo pesquisador, diferente do estado da arte (ação muito mais completa e ampla), se constitui na totalidade de uma pesquisa. Dessa forma, o estado do conhecimento é uma ferramenta na produção de uma pesquisa científica que se propõe a um processo de investigação amplo, buscando sua totalidade, mapeando toda a produção de conhecimento em determinada área.

Ferreira (2002) ressalta a essencialidade desse entendimento não apenas se resumir à identificação da produção, sendo necessária sua análise e discriminação, esculpindo seus diversos enfoques e perspectivas presentes no observado. O mesmo autor identifica distintas etapas na produção desse estágio de pesquisa, sendo o início de uma comunicação com a produção acadêmica por meio da quantificação e da identificação de dados bibliográficos, esquematizando uma produção num período delimitado, em anos, locais e áreas de produção. O pesquisador estará em contato com os dados objetivos e concretos percebidos nas fontes bibliográficas que se referem ao seu objeto de pesquisa. O autor situa também a diversidade na produção dos resumos de pesquisas, sendo imprescindível estabelecer uma conversa contínua entre o material analisado e o problema da pesquisa que se está propondo realizar.

Essa etapa se estrutura como uma sólida base, isto é, um referencial norteador da realização de uma pesquisa. Com caráter bibliográfico, essa ação permite relacionar as produções científicas acerca do tema suicídio em jovens e escolas públicas, como também ampliar discussões com o intuito de se obter uma visão dos aspectos e dimensões em destaque em diferentes tempos e locais.

Diante dessa proposta, se organiza e institui o tema específico e, de forma crítica, percebem-se as diferentes correntes e opiniões sobre o assunto. Esta “curiosidade” presente na ciência é, portanto, responsável por mudanças de paradigmas e conceitos.

Convém ressaltar que nem sempre se encontra o assunto escolhido, mas uma aproximação através de princípios norteadores, que propiciam a instrumentalização desse inventário. Nesse caso, conteúdos primordiais se relacionam com a Psicologia Histórico-Social inseridos nesta discussão.

### 3.1.3 Processo de busca

Com o objetivo de obter uma melhor percepção do que se tem discutido e produzido sobre o tema selecionado nesta investigação, foram pesquisados artigos, dissertações de

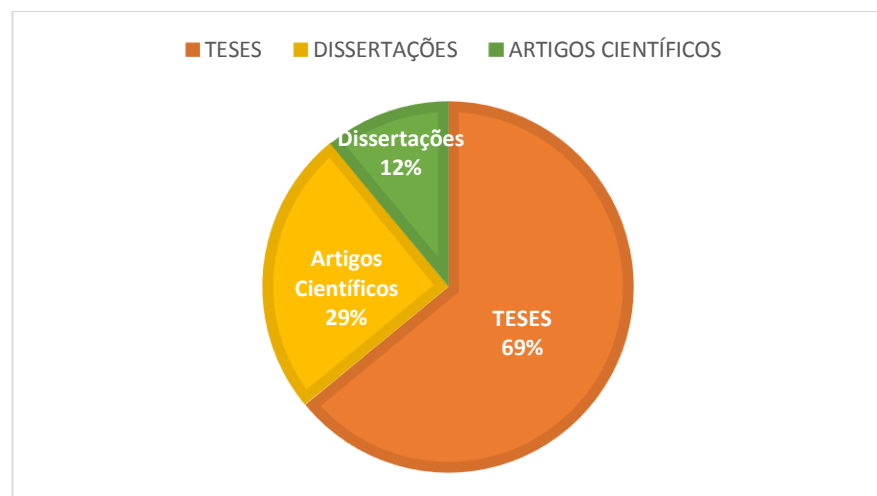
mestrado e teses de doutorado, no período de fevereiro a maio de 2020, especificamente os trabalhos na área da psicologia e mais focalmente na Psicologia Histórico-Cultural.

Alguns bancos de dados disponíveis ao público foram consultados, como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Aberto (OASISBR), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Para este trabalho, foram determinadas as combinações para a busca usando os descritores, “suicídio”, “escola”, “jovens” nos bancos de dados citados. Após essas primeiras consultas, foi inserido o descritor “Psicologia Histórico-Cultural” e, em sua maioria, selecionados trabalhos realizados no Brasil, no idioma português.

Este levantamento de teses, dissertações e artigos foi realizado nos meses de fevereiro a maio de 2020, com uma revisão no mês de outubro, resultando em 51 trabalhos relacionados ao tema pesquisado que atendiam de forma mais específica a busca, isto é, continham conteúdos que envolviam os 3 principais descritores.

**GRÁFICO 8 - TRABALHOS SELECIONADOS**



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Os trabalhos selecionados foram organizados em tópicos com base nos resumos das pesquisas encontradas, pelo tema, base teórica, instituições e seus orientadores, local e ano em que foram defendidos ou apresentados.

Devido às inúmeras produções que envolvem o tema de forma mais ampla e não específica, como é o objetivo desta busca, alguns trabalhos, por não disponibilizarem mais informações por meio dos buscadores, não permitiram determinar tais características.

É preciso frisar que o assunto acerca do suicídio é polêmico e, muitas vezes, ignorado ou tratado como tabu comparado com outros fatores que envolvem a psicologia e os descritores

selecionados de forma isolada e, ainda diante da extensão dessa problemática, são poucos autores que os relacionam de forma concentrada.

Este é um fator que torna a pesquisa mais interessante, instiga o pesquisador a buscar mais, abrindo novos horizontes de pensamentos que beneficiam uma elaboração mais ampla do assunto, como também a responsabilidade de uma análise coerente com a realidade em caráter nacional.

**FIGURA 4 – FLUXOGRAMA DO ESTADO DO CONHECIMENTO**



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

#### 3.1.4. Trabalhos relacionados – Banco de Dados Oficiais

Diante dos trabalhos encontrados, ao todo 51 produções científicas, destacam-se os abaixo elencados em cada banco, e em sua observação foram percebidos nos resumos e selecionados devido ao tema de interesse.

A busca teve início usando os descritores mencionados pelos bancos de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e encontrados 32 trabalhos científicos, sendo 20 Teses e 12 Dissertações, elencados como condizentes com o tema pesquisado conforme exposto a seguir, porém destacam-se 5 Teses, 10 Dissertações.

1. RANGEL, Alda Patrícia Fernandes Nunes. **Do que foi vivido ao que foi perdido: o doloroso luto parental**. 01/05/2005. 200 f. Doutorado em PSICOLOGIA ESCOLAR E DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo.



- Biblioteca Depositária: Serviço Biblioteca do IPUSP. **Trabalho anterior à Plataforma Sucupira.**
2. BENTES, Nilda de Oliveira. **Atuação do Psicólogo Escolar na Equipe Interdisciplinar.** 01/08/1996. 156 f. Mestrado em PSICOLOGIA ESCOLAR. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo. Biblioteca Depositária: Serviço de Biblioteca e Documentação do IPUSP.
  3. MARTINS, Priscilla de Oliveira. **As expectativas do ter e o fracasso do ser: representações sociais de adolescência e suicídio entre adolescentes.** 01/08/2002, 149 f. Mestrado em PSICOLOGIA. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, Vitória. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFES. **Trabalho anterior à Plataforma Sucupira.**
  4. TEIXEIRA, Célia Maria Ferreira da Silva. **Tentativa de suicídio na adolescência: dos sinais de aviso às possibilidades de prevenção.** 01/03/2003. 325 f. Doutorado em PSICOLOGIA. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília. Biblioteca Depositária: UnB. **Trabalho anterior à Plataforma Sucupira.**
  5. NETTO, Nilson Berchtein. **Educação, saberes psicológicos e morte voluntária: fundamentos para a compreensão da morte de si no Brasil colonial.** 2012. Mestrado PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO. Instituição de Ensino: PUC-SP, São Paulo.
  6. NETTO, Nilson Berchtein. **Suicídio: uma análise psicossocial a partir do materialismo histórico dialético.** 2007. Doutorado em PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO. Instituição de Ensino: PUC-SP, São Paulo.
  7. SANTOS, Ana Beatriz Brandão dos. **A primeira hora: as dificuldades e desafios dos profissionais de psicologia em tratar e compreender pacientes com ideação ou tentativa de suicídio.** 01/04/2007. 184 f. Mestrado em PSICOLOGIA ESCOLAR E DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo. Biblioteca Depositária: Serviço de Biblioteca do IPUSP. **Trabalho anterior à Plataforma Sucupira.**
  8. ROMAN, Marcelo Domingues. **Psicologia e adolescência encarcerada: a dimensão educativa de uma atuação em meio à barbárie.** 01/07/2007. 285 f. Doutorado em PSICOLOGIA ESCOLAR E DO DESENVOLVIMENTO

- HUMANO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo. Biblioteca Depositária: Serviço de Biblioteca do IP. **Trabalho anterior à Plataforma Sucupira.**
9. GOMES, Vera Lucia Trindade. **Atuação do Psicólogo Escolar: teoria, prática e compromisso social.** 01/12/1995. 176 f. Doutorado em PSICOLOGIA ESCOLAR E DO DESENVOLVIMENTO HUMANO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo. Biblioteca Depositária: Undefined. **Trabalho anterior à Plataforma Sucupira.**
  10. FARIA, Ana Cristina Gomes Marques de. **Suicídio na Adolescência.** 28/02/2014. 82 f. Mestrado em PSICOLOGIA. Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS, Goiânia. Biblioteca Depositária: <http://tede.biblioteca.ucg.br/>
  11. HERENIO, Alexandre Castelo Branco. **Autoextermínio na Adolescência: Um Estudo Sobre Ideação, Tentativa e Suicídio entre Adolescentes da Cidade de Goiânia.** 03/02/2016. 72 f. Mestrado em PSICOLOGIA. Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS, Goiânia. Biblioteca Depositária: tede.pucgoias.edu.br
  12. BAGGIO, Lissandra. **Planejamento suicida e fatores associados em adolescentes escolares da rede municipal de Gravataí/RS.** 01/03/2007. 92 f. Mestrado em SAÚDE COLETIVA. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL, Canoas. Biblioteca Depositária: Universidade Luterana do Brasil. **Trabalho anterior à Plataforma Sucupira.**
  13. CARVALHO, Heline Mendes de. **Comportamento suicida em adolescentes que relatam sentimento de tristeza e vitimização por bullying.** 22/02/2017. 128 f. Mestrado em HEBIATRIA - DETERMINANTES DE SAÚDE NA ADOLESCÊNCIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO, Recife. Biblioteca Depositária: Faculdade de Odontologia de Pernambuco.
  14. SILVA, Liliane de Lourdes Teixeira. **Tentativa de autoextermínio entre adolescentes e jovens: uma análise compreensiva.** 01/02/2010. 102 f. Mestrado em ENFERMAGEM. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE

FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte. Biblioteca Depositária: J. Baeta Vianna. **Trabalho anterior à Plataforma Sucupira.**

15. GONCALVES, Nice Dias. **Suicídio na adolescência: representações dos pacientes e suas famílias.** 19/12/2013. 96 f. Mestrado Profissional em SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, Fortaleza. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Prof. Antônio Martins Filho/UECE.

Seguindo uma busca realizada no site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), foram encontradas 6 Teses relacionadas ao tema, destacando-se 3 Dissertações de Mestrado:

1. SILVA, Priscilla de Oliveira *Martins da*. *Expectations of having and frustration of being: social representations of adolescence and suicide among adolescents.* 2002. 148 f. Dissertação. Mestrado em Processos PSICOSSOCIAIS; PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO; PSICOLOGIA SOCIAL E SAÚDE. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2002.
2. FARIA, Ana Cristina Gomes Marques de. **Suicídio na adolescência.** 2014. 82 f. Dissertação. Mestrado em CIÊNCIAS HUMANAS. Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 2014.
3. SANTOS, Marília Suzi Pereira dos. **Estudo de pensamentos associados à ideação suicida em adolescentes: fatores de vulnerabilidade em escolares da cidade do Recife.** Mestrado em NEUROPSIQUIATRIA E CIÊNCIA DO COMPORTAMENTO. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

E, por fim, na Biblioteca Virtual SciELO, 13 artigos científicos relacionadas ao tema:

1. PIMENTEL, Fernanda de Oliveira.; DELLA MÉA, Cristina; PATIAS, Naiana Dapieve. Victims of bullying, symptoms of depression, anxiety and stress, and suicidal ideation in teenagers. **Acta Colombiana de Psicología**, v. 23, n. 2, p. 230-240. <http://www.doi.org/10.14718/ACP.2020.23.2.9>

2. SANTOS, Welson Barbosa; DINIS, Nilson Fernandes. Violência e risco de suicídio na construção das masculinidades adolescentes. **Cad. Pagu**, n. 52, jul. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201800520018>
3. SIMÕES, Rosa Maria Pereira; SANTOS, José Carlos; FAÇANHA, Jorge; ERSE, Maria Cândida Loureiro; MARQUES, Lúcia Amélia; QUARESMA, Helena; MATOS, Ermelinda. Promoção do bem-estar em adolescentes: contributos do projeto Contigo. **Port J Public Health**, Lisboa, v. 36, n. 1, 2018. <http://dx.doi.org/10.1159/000486468>
4. RIBEIRO, Karla Carolina Silveira; PEREIRA, Lidianny Braga; WIESE, Iria Raquel Borges; SILVA, Josevânia da; SALDANHA, Ana Alayde Werba. Consumo de álcool e tabaco e associação com outras vulnerabilidades em jovens. **Psic., Saúde & Doenças**. Lisboa, v. 18, n. 2, ago. 2017. <http://dx.doi.org/10.15309/17psd180206>
5. TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva; RONDINI, Carina Alexandra; BESSA, Juliana Cristina. Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista. **Educ. Pesqui**, São Paulo, v. 37, n. 4, dez. 2011. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022011000400004>
6. CARVALHO, Priscila Diniz de Mauro; BARROS, Virgílio Gomes de; LIMA Rodrigo Antunes; SANTOS, Carla Meneses; MÉLO, Edilânea Nunes. Conduitas de risco à saúde e indicadores de estresse psicossocial em adolescentes estudantes do Ensino Médio. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 11, nov. 2011. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2011001100003>
7. GROSSI, Patrícia Krieger; SANTOS, Andréia Mendes dos. Desvendando o fenômeno bullying nas escolas públicas de Porto Alegre, RS, Brazil. Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil. **Rev. Port. de Educação**, Braga, v. 22, n. 2, 2009.
8. MEDINA, María Eugenia Amezcuita; PÉREZ, Rosa Elena González; MEJÍA, Diego Zuluaga. Prevalencia de depresión e ideación suicida en estudiantes de 8º, 9º, 10º y 11º grado, en ocho colegios oficiales de Manizales. **Hacia promoc. Salud**, Manizales, v. 13, n. 1, jan./dez. 2008.

9. JATOBÁ, Joana D'Arc Vila Nova; BASTOS, Othon. Depressão e ansiedade em adolescentes de escolas públicas e privadas. **J. bras. psiquiatr.** Rio de Janeiro, v. 56, n.3, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0047-20852007000300003>
10. BRASIL, Kátia Tarouquella; ALVES, Paola Biasoli; AMPARO, Deise Matos do FRAJORGE; Kellen Cristine. Fatores de risco na adolescência: discutindo dados do DF. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v.16, n.35, set/dez 2006. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2006000300008>
11. COTRIM, Beatriz Carlini; CARVALHO, Cynthia Gazal; GOUVEIA, Néilson. Comportamentos de saúde entre jovens estudantes das redes pública e privada da área metropolitana do Estado de São Paulo. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v.34, n. 6, dez. 2000. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102000000600012>
12. SAMPAIO, Daniel; OLIVEIRA, Abílio; VINAGRE, Maria Da Graça; PEREIRA, Maria Gouveia; SANTOS, Nazaré; ORDAZ, Olga. Representações sociais do suicídio em estudantes do ensino secundário. **Aná. Psicológica**, Lisboa, v. 18, n. 2, jun. 2000.

### 3.1.5 Base de análise a partir das produções encontradas

Assim, diante dessa busca, foram elencadas 51 produções científicas relacionadas ao tema da pesquisa nos sites e repositórios de instituições: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Biblioteca Virtual SciELO, sendo 6 teses de doutorado, 26 dissertações de mestrado e 12 artigos científicos.

Nas características que envolvem toda a problemática do suicídio de jovens em escolas públicas e a inserção do Psicólogo Escolar Educacional nesse ambiente, encontrar trabalho que aborde esses assuntos conjuntamente acaba por ser um desafio, uma vez que são assuntos que ganharam a atenção e a ênfase da sociedade científica nas últimas duas décadas, sendo a presença oficial do profissional de psicologia na escola apenas observada após 2019.

Procurando aportes científicos, foram encontrados trabalhos sobre suicídio em adolescentes (69%), interligado à escola e violências (52%), psicologia escolar (38%), *bullying* (19%), e automutilação (48%). Dentro desse contexto oportuno tecer considerações sobre essas produções.

Silva (2016) traz a problemática de que, através da relação de consumismo em famílias, se constrói uma nova subjetividade, referente a uma sociedade instável e a um estilo de vida que adoce a todos, incorrendo no risco do suicídio. Assim, estudando como a cultura de consumo pode levar ao fim da vida de muitos, a autora constrói perspectivas com base na psicologia, na sociologia e na teologia sobre o indivíduo com uma interlocução entre diversos saberes.

Faria (2014) denuncia o crescente número de suicídios entre jovens entre 12 e 18 anos, com uma revisão teórica sobre o tema e um estudo empírico em uma cidade do interior de Goiás popularmente conhecida pela ocorrência de autoextermínio. A pesquisa empírica contou com 371 adolescentes com essa faixa etária entre que residem e frequentam a escola pública e uma privada. Essa ação ocorreu com o intuito de avaliar os índices de ideação e tentativa de suicídio dos adolescentes, relacionando o vínculo entre ideação e tentativa de suicídio com o autorrelato de problemas de comportamento. A verificação de dados foi realizada através do instrumento *Youth Self Report* (YSR) desenvolvido por Achenbach (1991). Entre as características comuns, foram elencadas a ansiedade e a depressão, o isolamento social e a depressão, bem como problemas somáticos, problemas sociais, problemas de pensamento, problemas de atenção, quebra de regras, comportamento agressivo, problemas internalizantes e externalizantes.

Carvalho (2017) busca apreciar a prevalência de vítimas de *bullying* entre adolescentes, com relatos de sentimento de tristeza e comportamento suicida, relacionando o sentimento de tristeza e a vitimização de *bullying* com o comportamento suicida (pensamento, planejamento e tentativa de suicídio) como características interligadas. Para isso, foi realizada uma pesquisa de caráter descritivo e analítico, tendo como *locus* a escola inserida em uma avaliação de diferentes condutas de risco à saúde. Participaram 2614 adolescentes, de ambos os sexos, com idade entre 12 e 19 anos, estudantes de escolas estaduais de Olinda, município situado na região metropolitana do Recife-PE. Os índices levantados foram instrumentalizados por um questionário, o *Youth Risk Behavior Survey*, desenvolvido pelo Center for *Disease Control and Prevention*. Os dados da pesquisa foram analisados de forma descritiva e correlacional, tabulados com dupla entrada no Programa EpiData (versão 3.1), usando o Pacote Estatístico *Statistical Package for Social Science* (SPSS) na versão 20, com a conclusão de que há uma relação próxima entre os adolescentes vítimas de *bullying* e relato de comportamento suicida, como também uma forte associação naqueles que referiram sentimento de tristeza e comportamento suicida.

Teixeira (2007) traz, no mesmo contexto, a vivência em um curso de curta duração ministrado a educadores, profissionais importantes nessa crise da escola, assim como a

necessidade de percepção de indícios e fatores de risco em relação ao suicídio de adolescente e a escola pública como palco da prevenção ao suicídio nessa faixa etária.

Toda essa produção de trabalhos sobre o suicídio, a escola pública, adolescência e o psicólogo escolar é de extrema complexidade e extensão e, assim, se percebe que, mesmo havendo algumas pesquisas divergentes dos conteúdos específicos, estas se interligam e procuram dissecar o que há por traz de tantos conflitos e perdas.

Lopes (2018) elenca a importância dos antecedentes desencadeadores do suicídio, nesses casos em adolescentes em uma ótica de saúde pública em caráter mundial, fatos esses geralmente relacionados com maus-tratos desde a infância até a adolescência, geradores de ocorrência de depressão e demais transtornos mentais. Porém, poucas pesquisas focam a relação existente entre maus-tratos e o fator suicida nessa faixa etária em países de baixa e média renda. Participaram 1.070 estudantes, de 14 a 16 anos de idade, que responderam a questionários.

### 3.1.6 Bases Teóricas Utilizadas

A pesquisa científica tem como uma de suas características ser estruturada em aportes teóricos reconhecidos. Nesse levantamento foi constatado uma variedade de áreas utilizadas na busca pelo conhecimento e desenvolvimento do tema proposto. Nos trabalhos pesquisados neste Estado do Conhecimento, foram percebidas a presença das seguintes bases teóricas: Psicologia Histórico-Cultural, Teoria das Representações Sociais, Teoria dos Sistemas Ecológicos, Teoria Sociológica Clássica, Teoria do Reconhecimento Social, uma perspectiva MerleauPontiana, Teoria do Conflito Social, Teoria das Conflitualidades, Teoria da Subjetividade de González Rey, Teoria de Michael Foucault, Teoria Crítica da Escola de Frankfurt e Teoria da Representação Social de Moscovici.

Os resumos, de uma forma geral, não forneciam os aportes teóricos das pesquisas, apenas informando seus objetivos e as conclusões dos trabalhos. Nesses resumos se evidenciava o local, o tema, o número de participantes e as características como, gênero, patologias etc.

Para a compreensão de uma pesquisa pelo leitor, é fundamental a explicação de como se dá o desenho teórico das análises. Mediante a descrição, conforme Duarte (2011), inicia-se um caminho, porém isso não é suficiente para a elaboração de novas perspectivas sobre um tema, pois é necessário que haja a explicação de sua metodologia e, nesse processo, podem-se alcançar novos paradigmas e novas respostas. O pensamento científico deve ser o centro de um trabalho.

Nesse levantamento foi percebida a dificuldade de encontrar pesquisas que envolvem o suicídio em adolescentes e a inserção do psicólogo na rede escolar pública sob a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural. Assim, dentre as principais metas desta pesquisa está justamente estabelecer essa conversa, trazer a importante contribuição teórica da psicologia à atualidade, buscando uma visão sob o materialismo histórico na explicação dos acontecimentos em nossa sociedade. Evidenciando que essa é uma visão ainda pouco citada por autores em relação ao suicídio, ou seja, a análise sob uma perspectiva que foge da patologia, das questões físicas e biológicas, para explicar os fenômenos, suas relações e bases materiais a partir das relações materiais que permeiam a vida social.

### 3.1.7 Áreas do Conhecimento e Níveis de Ensino

Os trabalhos relacionados neste item que envolvem os descritores buscados são: Psicologia: 19 trabalhos; Psiquiatria: 1; Odontologia: 1; Medicina: 2; Processos Psicossociais: 1; Ciências Humanas: 6, Neuropsiquiatria e Ciências do Comportamento: 1; Atenção à Saúde: 1; História: 1; Educação e Saúde: 7; Jornalismo: 1; Antropologia: 1; Teoria Ocupacional: 2 e não identificados: 15. Esses dados foram baseados na leitura dos resumos.

**TABELA 1 - NÚMERO DE TRABALHOS POR ÁREA DE PESQUISA**

Psicologia	19
Psiquiatria	1
Odontologia	1
Medicina	1
Processos Psicossociais	1
Ciências Humanas	6
Neuropsiquiatria e Ciências do Comportamento	1
Atenção à Saúde	7
Jornalismo	1
Antropologia	1
Teoria Ocupacional	1

Fonte: elaborada pelo autor, 2012.



TABELA 2 - NÚMERO DE TRABALHOS POR ÁREA DE ENSINO

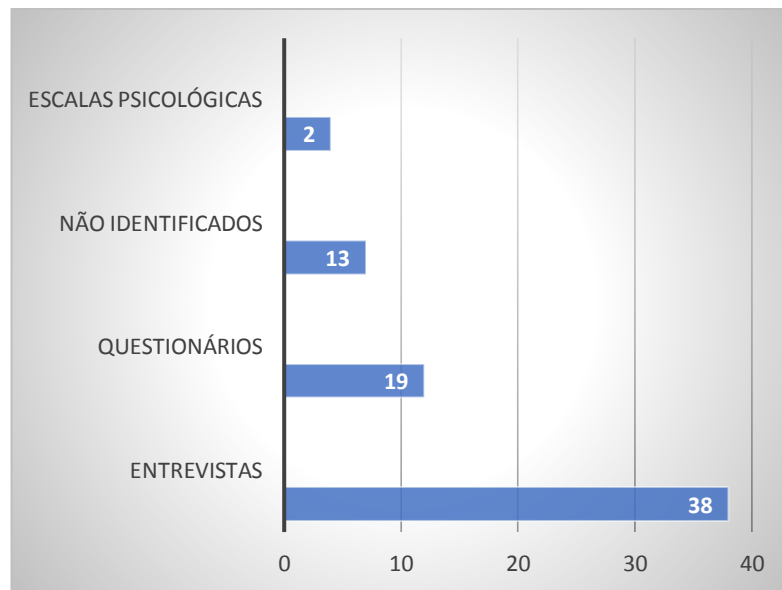
Graduação	38
Pós-Graduação	102
Não identificados	4

Fonte: elaborada pelo autor, 2021.

### 3.1.8 Instrumentos de Coletas de Dados

Os instrumentos usualmente percebidos foram, em sua maioria, entrevistas e questionários em pesquisas quantitativas, resultando em 19 pesquisas. Dentre eles estavam presentes 38 trabalhos com entrevistas semiestruturadas e, em 12, questionários como: *Youth Risk Behavior Survey*, questionário de Atitude Frente ao Comportamento, de Suicídio Juvenil – Representações, Demográfico (Escala de Fitzpatrick), BSI – questionário sociodemográfico, CATS – questionário de Pensamentos Automáticos, questionário de Autorrelato Composto por Escalas, questionário Psicossocial (Matos, 1991), questionário de Risco Suicidário de J. Stork (Stork, 1977), questionário Desiderativo – Teste de Apercepção, SBQR – *Questionnaire Revise de Positive and Negative e Body Shape Questionnaire*. Alguns trabalhos não permitiram a identificação nos resumos de instrumentos utilizados.

Quanto à entrevista, dispõe Ribeiro (2008) que o pesquisador levanta dados sobre seu objeto, uma importante técnica que proporciona conhecer as atitudes, sentimentos e valores inseridos no comportamento avaliado, os quais ultrapassam as descrições acrescentadas na formulação de resultados sob o olhar do entrevistador. As entrevistas podem ser estruturadas, indicando perguntas definidas, e semiestruturadas, concedendo ao pesquisador uma maior liberdade, conforme Dencker (2000).

**GRÁFICO 9 – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS**

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

### 3.1.9. Modalidades de pesquisa

Quanto aos tipos de pesquisa encontrados neste levantamento, a maioria foi caracterizada como pesquisa de campo, ou seja, 34 pesquisas dos 51 trabalhos relacionados. As demais 17 pesquisas foram apontadas como bibliográficas.

Os assuntos, em sua maior parte, tratam de “adolescência” e “suicídio”, porém, em poucos casos são tratados com o objetivo de relacionar a escola pública e o psicólogo escolar nesse contexto. Esta é uma realidade presente e discutida com maior ênfase nos últimos anos, principalmente após o ano de 2019, com a lei que institui esse profissional na escola

Ainda há poucos trabalhos que propõem interferências nas ações protagonizadas dentro do ambiente escolar, sendo esse um fenômeno que precisa de muita elaboração pela ciência, uma vez que tem sido encarado prioritariamente pelo Estado um problema que envolve a área da medicina psiquiátrica e muito pouco da psicologia.

Alguns trabalhos (PORTELA, 2012; CABRAL, 2015; ROBERTO, 2017; HENRIQUE, 2017; SAMPAIO, 2018; CHAVES, 2018; SILVA, 2018 e LINS, 2018) trazem propostas e ações para o enfrentamento do suicídio e demais crises vividas por adolescentes diante a realidade social de nosso país.

O suicídio, nessa faixa etária, é abordado com base nas estatísticas da OMS (2012), e pelos estudos regionalizados realizados pelo Estado brasileiro. A escola tem sido o palco desse cenário, ambiente frequentado por aqueles que, cada vez mais, necessitam de auxílio para

assegurar, não apenas a saúde mental dos alunos, mas também o seu processo de construção de pensamento, desenvolvimento e autonomia. Assim se evidencia a importância de estudos nesse tema com um olhar psicossocial, focando o ser humano e não a patologia.

### 3.1.10 Localização das pesquisas

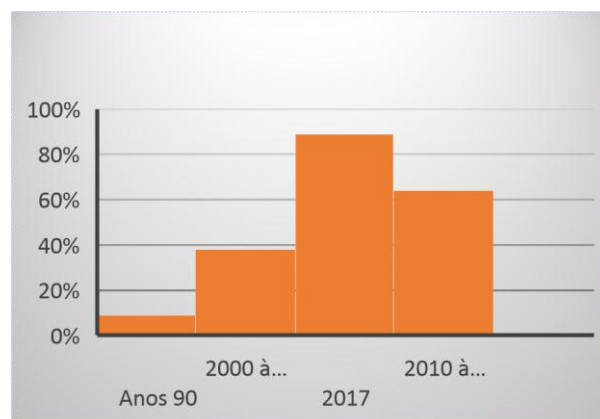
Em uma análise regional por estados, percebeu-se que o maior número de trabalhos relacionados ao tema encontra-se em São Paulo. Acredita-se ser o estado da federação com o maior número de instituições de ensino de pós-graduação, seguido pelo Rio de Janeiro, Distrito Federal, Paraná e Santa Catarina. Fica claro que há a necessidade do incentivo às pesquisas em âmbito nacional, porque em alguns estados, como o Amazonas, não foram encontradas pesquisas direcionadas ao tema.

É preciso buscar ações de forma célere para frear estes índices de mortes e tentativas as respostas e o entendimento. O estado de Mato Grosso do Sul, conhecido pelo alto índice de suicídio em etnias indígenas, é a maior região do país em suicídios e abuso sexual de adolescentes e demais faixas etárias, justificando uma maior implementação de pesquisas que resultem em políticas públicas regionalizadas para nossos conflitos e cultura.

### 3.1.11 Ano de publicação

Quanto aos períodos de publicação, foram percebidas pesquisas realizadas de 1995 a 2019, com maior incidência após 2000, sendo maior o número de trabalhos em 2017. Esse índice é coerente com a ampliação de um maior espaço na sociedade para essa discussão, como também de crescimento de casos notificados. Os dados podem ser visualizados no gráfico a seguir.

**GRÁFICO 10 – ANO DE PUBLICAÇÃO DOS TRABALHOS**



Fonte: elaborado pelo autor.

Na década de 1990 havia poucas publicações que relacionavam os temas estudados ao suicídio de adolescentes, reafirmando sua característica de tabu. Percebeu-se um aumento dessas publicações a partir do ano de 2000, intensificando-se, nos últimos dez anos e, em 2017, o maior número de trabalhos publicados. Assim, conclui-se que cada vez mais alunos de graduação e de pós-graduação estão se interessando pela temática e o aspecto positivo disso resulta na construção do conhecimento do tema.

No próximo item, é apresentada a seleção de alguns trabalhos, por meio dos quais se discutem os temas da pesquisa sob os aportes da Psicologia Histórico-Cultural.

### 3.1.12 Produções científicas sobre suicídio de adolescentes a partir da Psicologia Histórico-Cultural

Sob o arcabouço teórico da Psicologia Histórico-Cultural, é imperioso salientar algumas produções que apareceram neste levantamento a partir dos 51 trabalhos selecionados, no entanto apenas 2 contemplam essa teoria. Seguem algumas considerações convenientes à discussão proposta.

1. NETTO, Nilson Berechtein. **Educação, saberes psicológicos e morte voluntária: fundamentos para a compreensão da morte de si no Brasil colonial.** Programa de Estudos Pós-Graduação em Educação: Psicologia da Educação. PUC-SP, São Paulo, 2012.
2. NETTO, Nilson Berechtein. **Suicídio: uma análise psicossocial a partir do materialismo histórico dialético.** Programa de Estudos Pós-Graduação em Educação: Psicologia da Educação. PUC-SP, São Paulo, 2007.

Netto (2007) realizou uma pesquisa teórico-bibliográfica analisando o suicídio em sua complexidade e singularidade a partir das bases materiais da história humana. Elencou as mudanças sobre o conceito conforme o desenvolvimento humano, uma análise com base nas categorias epistemológicas do Materialismo Histórico Dialético em Vigotski, Leontiev e Luria e outros autores. Conclui que o suicídio é um ato exclusivamente humano e relacionado às bases afetivas e da vontade, de relações sociais e históricas.

Por fim, Netto (2012) traz uma investigação de cunho bibliográfico, sob uma perspectiva marxista na História da Psicologia e da Psicologia Histórico-Cultural. levantando a história do suicídio no Brasil e sua relação com a educação, desde o período colonial,

explicitando o papel da igreja católica nesse fenômeno, que sempre propagou a ideia de culpa em relação a esse ato.

E, a partir dessas análises, é possível aprofundar as discussões sobre o suicídio, a educação e a visão que os alunos de escolas públicas têm sobre o Psicólogo Escolar, bem como as contribuições da Psicologia Histórico-Cultural.

## 3.2 Das mídias jornalísticas

### 3.2.1 A realidade do suicídio sob o olhar dos jornais de 2010 a 2020

Neste momento, segue-se apresentando a história e a identificação dos principais jornais impressos e digitais de Mato Grosso do Sul, os quais representam parte desta pesquisa como fontes de informação. Trata-se da segunda fase deste trabalho, correspondendo à pesquisa de campo.

Segundo matéria exibida em 16 de maio de 2012 na mídia, o sócio-diretor da empresa *Midiamax*, Carlos Eduardo Naegele, conta que a ideia da instalação de painéis na cidade de Campo Grande/MS transformou uma forma de mídia em um jornal da imprensa eletrônica em Mato Grosso do Sul. Desde o dia 16 de maio de 2002, o *Midiamax News*, “O Jornal eletrônico de Mato Grosso do Sul”, iniciou suas atividades inserindo a inovação do painel eletrônico em Campo Grande e contribuindo com a democratização da informação. Seu proprietário afirma que a “liberdade de expressão está garantida no Brasil para quem faz o bom jornalismo”. Atualmente o *trend* no *Twitter* de Mato Grosso do Sul passa de dez mil seguidores com participação no *Facebook* liderando o compartilhamento de *links*. O painel foi inaugurado em 2000, com a transmissão de notícias, passando a captar notícias na internet. E, em 16 de maio de 2002, o *Midiamax* foi colocado no ar.

O Jornal digital *Campo Grande News* é parte da história do jornalismo *online* em MS, em matéria exibida no mesmo periódico em 01 de março de 2014, abordando a evolução de 2 profissionais de 1999 nos dias atuais, contando com 36 pessoas produzindo notícias diariamente. Surgiu quando o acesso ainda era discado e uma evolução inevitável colocou o site *Campo Grande News* no ar no dia 4 de março de 1999. Em pouco tempo, já eram 20 mil visualizações e, após anos de existência, atinge 16 milhões de leituras mensais. Nasceu junto com o jornalismo *online* e seu conteúdo é 100% regional, alcançando grande dimensão em tempos de veículos impressos fortes, aparentemente inabaláveis. Para o projeto inicial, foi convidado Lucimar Couto, jornalista político e funcionário responsável pela redação.

Atualmente, possui 36 profissionais entre jornalistas, fotógrafos, motoristas, funcionários administrativos e publicitários, além de contar com a contribuição de milhares de leitores que diariamente participam com comentários, sugestões e críticas.

Um dos mais tradicionais periódicos da região é o jornal *Correio do Estado*, o qual é veiculado em versão impressa e, atualmente, também disponível na forma digital. Esse jornal diário brasileiro foi fundado em 1954, com sede em Campo Grande - MS, e distribuído em quase todos os 78 municípios do estado. Com 66 anos de história, é hoje a principal referência jornalística da região. Foi lançado pela União Democrática Nacional (UDN), tendo como fundadores José Fragelli, Fernando Corrêa da Costa, Vespasiano Martins e José Moraes. Logo após, foi adquirido pelo professor J. Barbosa e família e os filhos José Maria, Marcos, Paulo e Antônio João começaram ainda meninos a trabalhar no jornal. Mais tarde, incorporou outros meios de comunicação do Grupo Correio do Estado, dentre eles, a Rádio Cultura, Rádio Canarinho (atual Mega 94) e a TV Campo Grande. A empresa também se dedica aos trabalhos sociais por meio da Fundação Barbosa Rodrigues.

A seguir, seguem três tabelas com o levantamento do número de matérias jornalísticas nos três principais jornais do estado do Mato Grosso do Sul (Campo Grande News, Midiamax e Correio do Estado), salientando que essas matérias foram pesquisadas desde o ano de 2010 até os dias atuais (julho de 2020), selecionando-se aquelas que envolviam a escola pública, o suicídio e os jovens. Não foram contabilizadas matérias jornalísticas que envolviam escola particulares, por não ser esse o foco da pesquisa.

**TABELA 3 – NÚMERO DE MATÉRIAS CAMPO GRANDE NEWS**

<b>CAMPO GRANDE NEWS</b>		
<b>ANO</b>	<b>SUICÍDIO</b>	<b>SUICÍDIO E JOVENS</b>
2020	12	10
2019	23	21
2018	16	6
2017	19	22
2016	36	13
2015	35	12
2014	40	16
2013	16	8
2012	17	7
2011	29	8
2010	28	3

Fonte: elaborada pelo autor, 2021.

No jornal digital *Campo Grande News* foram encontradas 271 matérias envolvendo suicídio e 115 matérias envolvendo suicídios e jovens em idade escolar com alguma ligação com a escola pública.

**TABELA 4 - NÚMERO DE MATÉRIAS CAMPO GRANDE MIDIAMAX**

<b>MIDIAMAX</b>		
<b>ANO</b>	<b>SUICÍDIO</b>	<b>SUICÍDIO E JOVENS</b>
2020	16	5
2019	27	6
2018	25	8
2017	20	7
2016	32	8
2015	17	1
2014	11	1
2013	22	6
2012	13	2
2011	20	2
2010	3	1

Fonte: elaborada pelo autor, 2021.

No jornal digital *Midiamax*, foram encontradas 206 matérias envolvendo suicídio e 47 matérias envolvendo suicídios e jovens em idade escolar com alguma ligação com a escola pública.

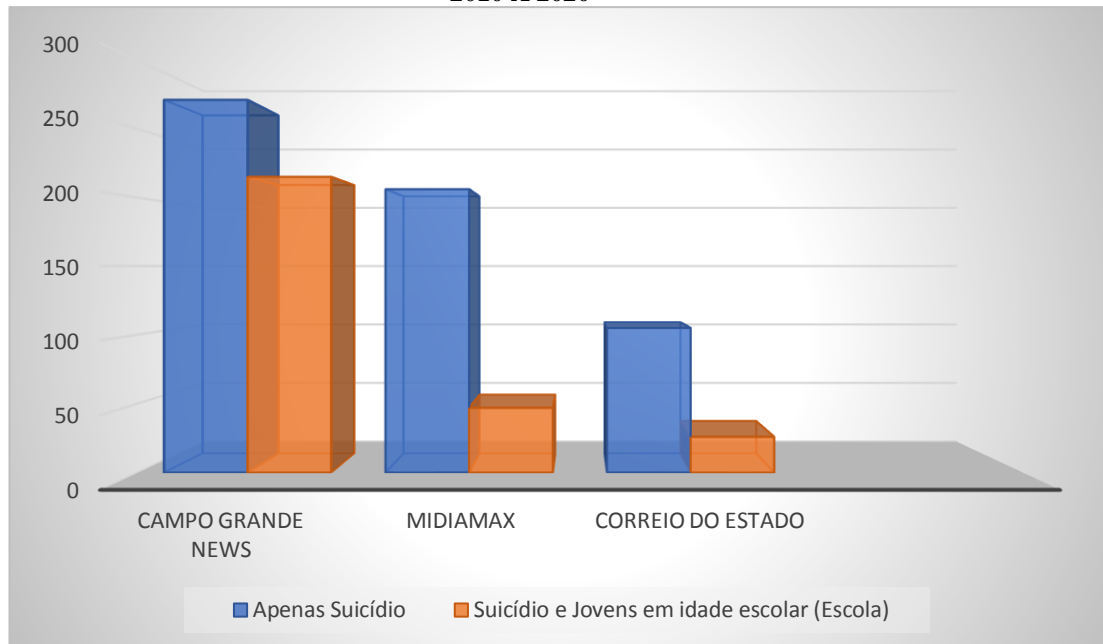
**TABELA 5 - NÚMERO DE MATÉRIAS CORREIO DO ESTADO**

<b>CORREIO DO ESTADO</b>		
<b>ANO</b>	<b>SUICÍDIO</b>	<b>SUICÍDIO E JOVENS</b>
2020	4	0
2019	9	2
2018	22	3
2017	11	6
2016	6	2
2015	10	7
2014	13	3
2013	6	2
2012	7	0
2011	5	0
2010	12	1

Fonte: elaborada pelo autor, 2021.

No jornal digital *Correio do Estado*, foram encontradas 105 matérias envolvendo suicídio e 26 matérias envolvendo suicídios e jovens em idade escolar com alguma ligação com a escola pública.

**GRÁFICO 11 - NÚMERO DE MATÉRIAS JORNALÍSTICAS RELACIONADAS POR JORNAIS DE 2010 A 2020**

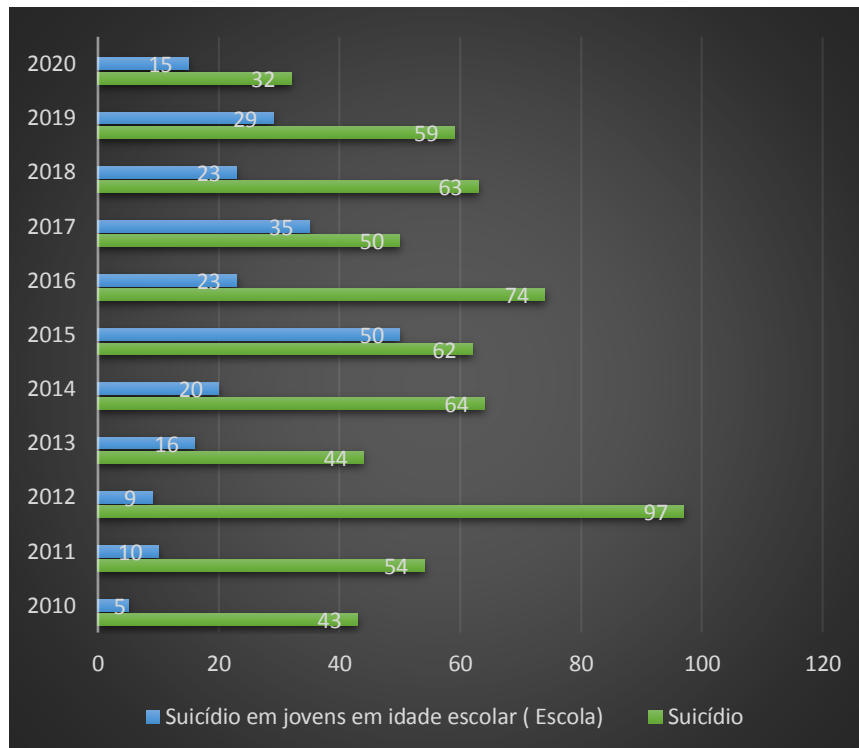


Fonte: Elaborada pelo autor, 2021.

No ano de 2020, alguns assuntos se diferenciaram nos jornais, tais como a Pandemia da Covid-19, a suspensão das aulas, a ameaça de suicídios coletivos em jovens fomentadas por jogos de suicídio (Baleia Azul, Boneca MOMO, etc.), porém, mesmo não sendo foco desta pesquisa, é necessário colocar que as condições de violência, fato destacado em todas as mídias, tiveram seus índices aumentados nesse ano, tanto no que refere à violência doméstica, como feminicídios e violência em relação aos jovens. Esses dados são constantemente demonstrados em mídias digitais, impressas e televisivas e já constatadas em propostas de enfrentamento por meio de políticas públicas, como em trabalhos científicos recentes.



**GRÁFICO 12 - NÚMERO DE MATÉRIAS JORNALÍSTICAS NOS TRÊS PRINCIPAIS JORNAIS POR ANO**



Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

Em sua totalidade, foram percebidas 770 matérias jornalísticas, digitais e impressas que abordavam o tema do suicídio e do suicídio de jovens no estado do Mato Grosso do Sul.

A veiculação de notícias é uma parte da constituição da sociedade que retorna a ela pela voz de alguém, de forma que uma imprensa livre é uma das bases de um estado democrático. A notícia é um instrumento usado para criar posições, conceitos e nem sempre é fiel ao que está demonstrado, mas sim os meios que são usados durante essa demonstração. Os noticiários, contudo, em qualquer período de sua existência, em todo o mundo, nem sempre foram sensíveis, respeitosos e com responsabilidade moral diante das tragédias.

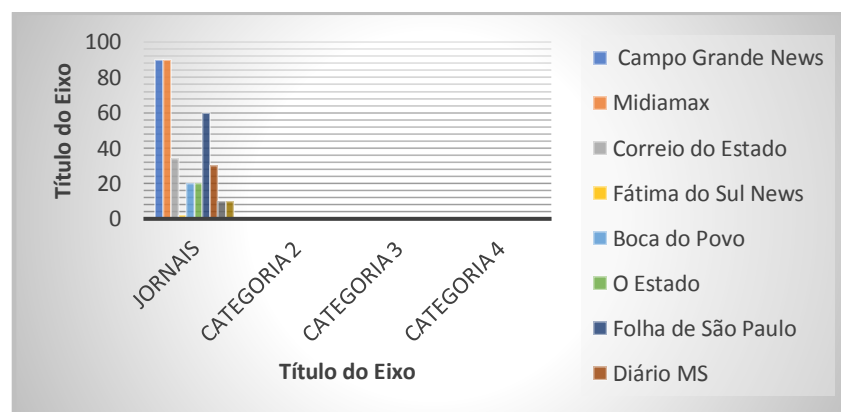
Sob a perspectiva da pesquisa científica e do suporte teórico da Psicologia Histórico-Cultural, analisam-se os aspectos que envolvem o suicídio de jovens em mídias jornalísticas, além de compreender a singularidade do recorte territorial, a cidade de Campo Grande e parte do estado de Mato Grosso do Sul. Os registros que mereceram destaque em jornais locais e nacionais sobre os temas aqui abordados, num período de seis anos, representam uma das principais fontes da pesquisa.

Esse trabalho de levantamento e de análise dos fatos que envolvem a escola pública, alunos jovens, suicídio, violências de variadas formas, resultantes das relações sociais e

históricas da região Centro-Oeste do Brasil, são de muitas formas um meio de divulgar ou denunciar situações alarmantes, ou seja, ações que causam polêmicas na sociedade e criam espetáculos, visando acessos ou venda de periódicos. Aparentemente, o suicídio de jovens e abusos diversos parecem ter aumentado e, como um fato novo no cotidiano, discussões sobre isso surgem em espaços políticos, administrativos ou de produção de conhecimento científico. Percebe-se agora que os índices registrando tais formas de violência, que dizem respeito aos jovens, estão sendo mais divulgados e, assim, é uma temática que preocupa a todos.

Para a análise do tema desta pesquisa neste tópico específico, foram reunidas, lidas e catalogadas matérias jornalísticas veiculadas em jornais de 2014 a 2020, em sua totalidade do estado do Mato Grosso do Sul, e algumas de âmbito nacional, com o objetivo de compreender como a mídia regional trata esses temas aqui elencados e como estes surgem em diferentes localidades em uma situação universalmente interligada.

**GRÁFICO 13 - JORNAIS CONSULTADOS DE 2010 A 2020 (PORCENTAGEM).**



Fonte: elaborado pelo autor.

Este estudo tem como um de seus objetivos destacar a mídia e pretende explorar, de forma imparcial, seus conteúdos, isto é, a investigação das informações e da estrutura do discurso (comunicação) para captar a visão desses acontecimentos presentes em nossa região há muito tempo.

Os jornais, chamados de “o quarto poder”, são veículos de influência e de formação de opinião pública e interferem fortemente na sociedade como um todo. São instrumentos de campanha política, influenciadores de votos, de consumo e, especialmente no ano de 2020, mesmo com a imprevisibilidade da pandemia da Covid-19, ocorreram eleições municipais.

O autoextermínio, com alguma frequência, não representa uma mudança no modo de viver da sociedade, muito menos um novo comportamento, apenas está agora atingindo maior proporção em relação às pessoas que têm visibilidade em nosso meio, nas cidades e no campo,

envolvendo adolescentes e crianças em escolas públicas, médicos, policiais, professores, empresários, entre outros. E, nesse contexto, a escola pública se insere, ora colocada como um lugar ineficaz, esquecido pelo poder público, ora como vítima de toda essa situação, em uma relação de culpabilização, apontamentos injustos e formas de mascarar os verdadeiros motivos e necessidades de ações de transformação.

Um ponto primordial para qualquer discussão atual que envolve o ser humano é a compreensão patológica imposta em nossa sociedade, estimulada pelo sistema capitalista, que, mais uma vez, justifica a importância do enfoque Histórico-Cultural para se combater essa deturpação da sociedade e de seus atores.

### 3.2.2 Da violência

A violência é definida no Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa (1986), como “qualidade de violento; ato violento; ato de violentar, constrangimento físico e moral; uso da força; coação.” Ela ultrapassa os limites da agressão física, possuindo um caráter psicológico e moral. Como também diz Fukui (1991, p. 103):

A violência é o emprego desejado de agressividade com fins destrutivos. Agressões físicas, brigas, conflitos podem ser expressões da agressividade humana, mas não necessariamente impressão de violência. Na violência a ação é traduzida como violenta pela vítima, pelo agente ou pelo observador. A violência ocorre quando há desejo de destruição.

A violência é multicausal e plural, e a sua compreensão está relacionada ao entendimento dos fatores estruturais, como a crise econômica e a miséria, havendo uma relação entre o material e o cultural, em uma sociedade estimulada a não ser solidária em suas relações, conforme acrescenta Arnoud e Damascena (1996). Da mesma forma, o suicídio se constitui um dos episódios violentos da sociedade vigente.

Geralmente tratada como da área da segurança pública, a problemática, ao invés de ser tratada como pertinente à área da educação e da saúde mental, mostra uma elevação em seus índices e, por consequência, eles adquirem maior destaque. Desse modo, justifica-se esta pesquisa com o objetivo de verificar de que forma os fatos relacionados ao suicídio de jovens estão sendo veiculados, quais os fatores acerca deles são notificados no estado de Mato Grosso do Sul, como se apresenta o entendimento da matéria jornalística sobre o fato noticiado, como também a busca de novas formas de tratar o assunto e o seu enfrentamento.

A sociedade deve evitar que as tragédias que dizem respeito ao suicídio sejam abordadas tão somente nos discursos de campanha política e promessas historicamente

ineficazes, esquecidas após a eleição. As ações referentes a elas precisam deixar o plano de propostas e iniciativas que não salvam jovens, nem desenvolvem a escola pública. É necessário materializar projetos de combate ao suicídio, e outros mais que dizem respeito aos jovens, em ações concretas instituídas por representantes políticos interessados em mudanças reais, como registrou a matéria do jornal digital *Midiamax* de 05.07.2018:

**Projeto prevê medidas de prevenção contra suicídio de adolescentes**

Uma das medidas é a criação de um aplicativo para facilitar contato com jovens. Projeto quer diminuir casos de suicídio entre adolescentes.

O projeto apresentado por deputado prevê medidas de prevenção contra suicídios e depressão entre adolescentes, em ações principalmente nas escolas, onde os professores e educadores estão preocupados com os estudantes, devido os problemas psicológicos constatados.

A proposta cita que o poder executivo precisa desenvolver programas e atividades para aproximar e dar o devido aparato a estes adolescentes, como a criação de um aplicativo que possibilite a comunicação do jovem com uma rede de apoio multidisciplinar, além de ações educativas em várias disciplinas, orientação à sociedade civil e até capacitação dos profissionais na educação, para identificar estes problemas.

“Tenho visitado as escolas e vejo a preocupação de gestores, coordenadores e professores. Escuto relatos de sofrimento psicológico entre os alunos, em razão de problemas de ordem pessoal, especialmente entre as famílias mais vulneráveis”, disse o autor, que alega que é preciso ter uma interação entre os profissionais de saúde e educação.

De acordo com a proposta, no Brasil, entre 2000 e 2015, os suicídios aumentaram 65% entre pessoas dos dez aos 14 anos, e 45% dos 15 aos 19 anos. O deputado cita que é importante o contato dos jovens com os profissionais, usando tecnologia como os aplicativos de celular.

“O assunto é de extrema delicadeza, mas é necessário falar claramente sobre o suicídio com os nossos jovens e adolescentes, a exemplo do Japão, que em 1998 o governo decidiu desenvolver medidas de saúde pública no país para diminuir o número de suicídios, e hoje o índice é bem menor que há dez anos”, disse representante da Casa Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul.

Trata-se de matéria de cunho regional, mas envolvendo todas as esferas da sociedade nas medidas relacionadas a essa tragédia. Percebe-se uma preocupação em âmbito nacional, o que reforça a realidade do tema, tal como o caso de auxílio ao suicídio, crime previsto no Código Penal Brasileiro (CP) relacionado aos jogos/desafios suicidas, como “Baleia Azul”, “Boneca Momo”, “Desafio do Rexona”, “Desafio da Fada Mágica”, dentre outros veiculados pela Internet. Na esfera nacional, a mídia similarmente tem notificado esses crimes e dado uma atenção crescente ao tema, como registrado em jornal digital da *Agência Brasil*, em 29.10.2019:

**Câmara aprova PL que criminaliza desafios que induzem ao suicídio**

A Câmara dos Deputados aprovou na noite de hoje (29) o Projeto de Lei (PL) do Senado que tipifica como crime induzir crianças e adolescentes ao suicídio

e à automutilação. A votação ocorreu de maneira simbólica, sem registro do voto em painel. Como houve alterações na Câmara, o PL volta ao Senado. A relatora, incluiu no texto as punições à indução ao suicídio, e não apenas a indução a práticas de atos prejudiciais à saúde. O PL criminaliza iniciativas como os **desafios da boneca Momo e o chamado Jogo da Baleia Azul**, disseminados em redes sociais e que podem estar relacionados a casos de suicídio de adolescentes no mundo.

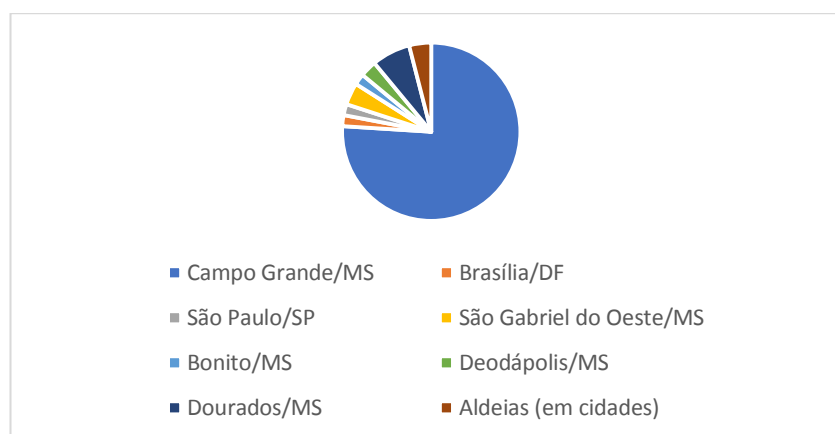
Hoje, o Código Penal já estabelece o crime de indução ao suicídio, que pode ter pena de um a seis anos de reclusão - a ser duplicada se o crime for praticado por motivo egoístico ou se a vítima for menor de idade ou tiver capacidade reduzida de resistência.

De acordo com a proposta, a pena também será duplicada se o crime for praticado por motivo torpe ou fútil. A pena também será aumentada até o dobro se o crime for cometido por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitido em tempo real e será aumentada em metade se o agente for líder ou coordenador de grupo ou de rede virtual.

**O texto também estabelece que, se o crime tiver como resultado lesão corporal de natureza gravíssima contra menores de 14 anos ou contra quem não tem o necessário discernimento ou não puder oferecer resistência**, o criminoso poderá pegar até 8 anos de reclusão. E, se o resultado for morte, o agente responderá por homicídio, com pena de 6 a 20 anos de reclusão. (Grifo nosso).

Para apoiar essa discussão, foram analisados 65 artigos de jornais que trataram o assunto como denúncia ou com espanto ao representar a realidade da violência do suicídio. A escola pública, por vezes, é vista como uma instituição sem seu merecido lugar de destaque e respeito em uma sociedade que deve se desenvolver através da educação, com a negação da ocorrência da depressão, do abuso de álcool, do uso de drogas pelos mais jovens, dos estupros e abusos sexuais de crianças e adolescentes em todas as classes sociais, da miséria material e social, dos preconceitos, da discriminação, da falta de expectativa de vida profissional futura e de espaço para o desenvolvimento desses atores.

**GRÁFICO 14 - ÍNDICES ELENCADOS NAS MATÉRIAS JORNALÍSTICAS PESQUISADAS**

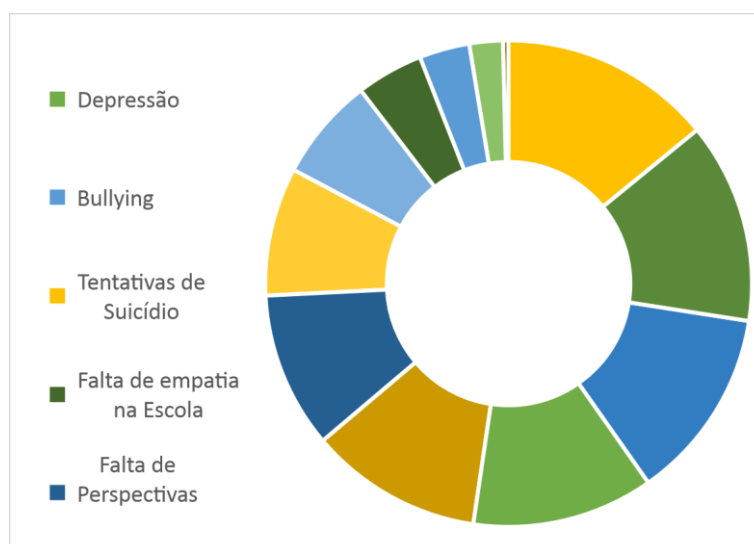


Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

Dentre as localidades que apareceram nesse levantamento, estão Campo Grande, como o principal *locus* da tragédia, e outros como São Gabriel do Oeste, Bonito, Dourados, Deodápolis, todos no estado de Mato Grosso do Sul. As cidades de São Paulo, Brasília, o Distrito Federal e algumas aldeias indígenas inseridas dentro dos limites urbanos sul-mato-grossenses como, Aldeia Nãndru Marangatu, Antônio João/MS, Aldeia Guasuti, Aral Moreira-MS, Aldeia Porto Lindo, Japorã/MS, dentre outras, também aparecem nessas matérias.

Em todos os episódios noticiados, percebe-se a forte incidência da depressão, do *bullying*, de tentativas de suicídios e, como um padrão nacional, aparece a prevalência do sexo feminino em jovens nessas ocorrências.

**GRÁFICO 15 – PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS**



Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

Nesta análise, não se pretende isolar essa população em um segmento patológico ou problemático, e sim em risco, carente de assistência específica. Pretende-se também um olhar científico do problema à luz da Psicologia Histórico-Cultural, que permite compreender o ser humano como um ser único e singular, demonstrando as causas do sofrimento que se prolifera de forma viral em nossos jovens.

Elementos preocupantes nessa tragédia surgem nos jornais pesquisados, como, por exemplo, os representantes públicos, que há um tempo começaram a abordar o tema propondo a discussão em Assembleias Legislativas, muito se falando, sem lograr mudanças na prática. É frequente a discussão do problema levada ao âmbito biomédico, enfocando a patologização dos jovens em crise, explicitando o problema como sendo de ordem psiquiátrica, não sendo mencionada ou constatada a presença de questões relativas às condições de existência e manutenção de vida desses jovens, nem referências a oportunidades ou incentivos a eles.

Abaixo segue a reportagem “**Audiência vai debater prevenção contra suicídios de jovens em MS**”, veiculada no jornal digital *Campo Grande News*, em 07 de setembro de 2018, que é bastante contundente, por colocar o estado sul-mato-grossense com destaque nas ocorrências de suicídios.

O suicídio já é a quarta maior causa de morte entre homens jovens, sendo que Mato Grosso do Sul apresenta números alarmantes, com um índice que é de 13,3 a cada 100 mil habitantes, enquanto que a média nacional está em 8,7 (suicídios) com este mesmo parâmetro.

No ano passado o Corpo de Bombeiros de Campo Grande atendeu 925 tentativas de suicídio. Pelo menos metade desse total era de crianças e jovens entre 10 e 19 anos. “Entramos no mês de setembro, momento de reflexão para um problema preocupante que é o suicídio. Só podemos vencer com o rompimento do silêncio, pois o suicídio ainda é tabu para muitos e prevenir é a melhor saída”.

Fator de suma importância são os casos de depressão que têm se elevado entre os jovens e precisam de uma atenção maior, tanto das autoridades quanto dos pais e comunidade escolar, para identificar estudantes e jovens que apresentam sinais de problemas ou mudanças repentinas no comportamento. Considera-se que, na situação atual de pandemia e da necessidade de isolamento social e da suspensão das aulas em todas as escolas públicas e particulares, a ocorrência da depressão é muito mais aguda em jovens, adultos e idosos.

O jovem de Mato Grosso do Sul, em sua universalidade, sofre e vive como os jovens de todo país e de todas as partes do mundo, portanto é preciso entender a escola e o suicídio em seus âmbitos singulares e universais. Em sua história, o homem se transforma em uma vida em conjunto com outros, modificando-se e modificando a natureza e a sociedade.

A seguir, segue uma reportagem veiculada no jornal digital *Midiamax*, em 31 de outubro de 2018, que indica a questões anteriormente mencionadas:

**Em MS, 83% das mortes violentas foram de homens entre 15 e 29 anos.**

Mato Grosso do Sul registrou um total de 15.610 óbitos em 2017, sendo que deste total, 1358 foram causas externas - que enquadram homicídios, suicídios e acidentes de trânsito. O levantamento do IBGE, divulgado nesta quarta-feira pontua, ainda, que 83% dessas mortes violentas atingiram homens na faixa etária de 15 a 29 anos.

Com relação ao passado, das 15.610 mortes do Estado, 6.402 ocorreram em Campo Grande. Já dos 1.358 óbitos violentos, 392 foram registrados na Capital.

Entre 2007 e 2017, analisando-se os registros de óbitos violentos em homens de 15 a 24 anos de idade por Unidade da Federação. A mortalidade masculina é superior à feminina ao longo de toda a vida. Contudo, em um determinado intervalo de idade, principalmente entre jovens e adultos jovens, esse diferencial se acentua. As causas principais para essa diferença são justamente

as mortes não naturais, que incidem com mais intensidade entre homens. Quase 83% das mortes violentas registradas em MS ocorreram com pessoas do sexo masculino.

**GRÁFICO 16 – ÓBITOS DE NATUREZA VIOLENTA REGISTRADOS NO ANO (MS)**

Óbitos de natureza violenta registrados no ano (MS)



Fonte: Jornal digital *Midiamax*.

Ainda na conjuntura da violência em Campo Grande/MS, matéria veiculada no jornal digital *Campo Grande News*, em 23 de março de 2019, revela também os problemas sociais relativos aos jovens e crianças socialmente vulneráveis.

**Em 3 anos, 187 crianças morreram vítimas de arma de fogo em MS. O Estado registrou a morte de 1.498 crianças e adolescentes, com idades entre 0 e 19 anos, nos últimos 20 anos.**

Estudo do SIM (Sistema de Informações sobre Mortalidade) do Ministério da Saúde divulgado pela Sociedade Brasileira de Pediatria mostra que em 20 anos, Mato Grosso do Sul registrou a morte de 1.498 crianças e adolescentes, com idades entre 0 e 19 anos, por arma de fogo. De 2014 a 2016, por exemplo, 187 estão entre vítimas do armamento.

O levantamento levou em conta casos de morte acidental, por suicídio, homicídio e intenções indeterminadas, segundo a Classificação Internacional de Doenças, pelo período de 1997 até 2016.

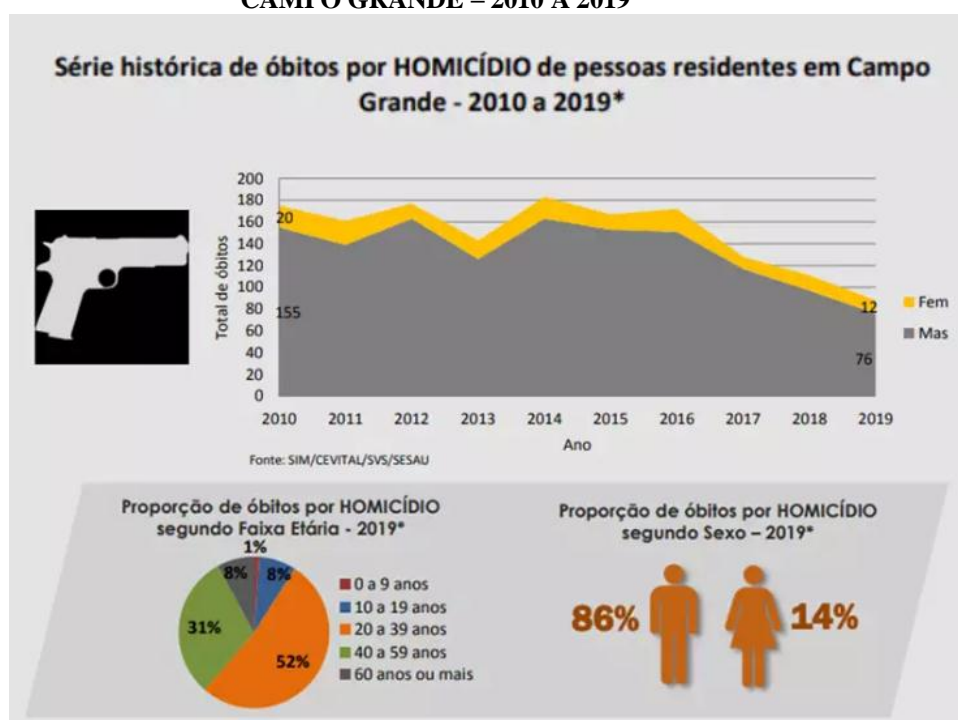
A reportagem comparou três anos, já que em 2014 o número atingiu o pico de 90 vítimas. Os números baixaram em 2015 e 2016, com 50 e 47 casos. As informações foram divulgadas na quarta-feira (20).

Ao todo, o Brasil registrou 9.517 mortes nessa faixa etária em 2016. Em 20 anos, foram mais de 145,4 mil mortos. Em média, o estudo apontou que, a cada 60 segundos, uma criança ou adolescente com idade entre 0 e 19 anos morreu no Brasil vítima de arma de fogo.

O gráfico reproduzido do jornal digital *Capital News*, em 23 de junho de 2020, demonstra um importante índice a ser relacionado à “Série histórica de homicídios de pessoas residentes em Campo Grande – 2010 a 2019”:



FIGURA 5 - SÉRIE HISTÓRICA DE HOMICÍDIOS DE PESSOAS RESIDENTES EM CAMPO GRANDE – 2010 A 2019



Fonte: Jornal *Capital News*, Campo Grande/MS, Terça-Feira, 30 de junho de 2020.

Em 04 de fevereiro de 2020, no *Jornal Digital Campo Grande/MS*, foi retratada uma situação recorrente relativa a tentativas e êxito de suicídios em viadutos da cidade:

### Bombeiros interditam avenidas por 1h30 para retirar jovem de viaduto

Rapaz, de 25 anos, estava do lado de fora da grade de proteção de viaduto, mas foi convencido pelos bombeiros a não pular

Militares que participaram da negociação.

O tráfego de veículos sobre o viaduto da Avenida Salgado Filho e nos dois sentidos da Presidente Ernesto Geisel foi interditado por 1h30, durante a noite desta terça-feira (04), em Campo Grande.

Neste período, militares do Corpo de Bombeiros conversaram com um jovem, de 25 anos, e o impediram de pular da ponte. Quando os bombeiros chegaram no local a vítima já estava do lado de fora da grade de proteção.

“Ele estava visivelmente abalado e não conseguiu dizer nem o porquê queria se matar”, comentou o tenente Luiz Quintana. A operação de resgate mobilizou uma equipe especializada nesse tipo de negociação.

“Ele evitava conversar, estava muito quieto, mas aos poucos fomos conseguindo convencê-lo a não pular”, comenta. Quintana também explica quem em casos como o desta noite, qualquer abordagem mais abrupta pode acabar sendo um “gatilho” para a vítima.

“Tentamos sempre criar um vínculo, saber o nome e fazê-los desabafar porque a própria conversa ajuda a desistirem do suicídio. A interdição também se faz necessária porque os próprios condutores acabam passando e incentivando”, explica o tenente, sobre os procedimentos adotados em tentativas de suicídio. A negociação terminou por volta das 20h15. Em seguida o rapaz foi encaminhado para passar por avaliação psicológica na Upa (Unidade de

Pronto Atendimento Comunitário) do Bairro Tiradentes. Militares em cinco viaturas dos bombeiros e uma da Polícia Militar foram acionadas para a ocorrência.

A violência e o suicídio, em suas diferentes faces, apresentam-se de forma universal como um fenômeno global e historicamente presente na vida humana. Esses atos, mostram-se relacionados com agressões e uma das formas que mais se evidenciam nas mídias que discutem o tema é o *bullying*. Campo Grande/MS não difere de outros lugares, como se percebe em matéria veiculada no jornal digital *Campo Grande News*, de 17 de novembro de 2017:

**A família descobriu, depois do suicídio, o bullying que Karina sofria.**

No dia 7 deste mês Karina deixou essa vida. Enforcou-se no quintal de casa e foi encontrada horas depois pela mãe. A dor que sentia, as agonias de uma adolescente marcada pela divulgação de fotos íntimas, bullying e pelo discurso de ódio de colegas da escola só foram descobertas pela família depois, quando em meio ao sofrimento, se depararam com o desrespeito à imagem da jovem já morta.

“Queremos entender o porquê, como isso começou. Se foi quando as fotos íntimas foram divulgadas e até se o bullying tem ligação com isso”, explicou Aparecido de Souza Oliveira, de 47 anos, sem detalhar o conteúdo das imagens que vazaram há um ano.

**Bullying** - Foi só depois da morte de Karina que os pais descobriram a proporção do sofrimento. Mesmo depois de algo tão trágico quanto o suicídio, mensagens de ódio passaram a circular nas redes sociais, colegas de escola afirmando que a morte não mudaria o fato de não gostarem da menina, a chamando de “cão”.

Críticas sobre o cabelo crespo, que ela costumava alisar, chegaram ao conhecimento dos pais.

Na escola que Karina estudava, os alunos receberam atendimento psicológico, uma maneira, segundo Aparecido, de ajudar aqueles que podem estar passando pelo mesmo problema da filha.

A jovem sofria bullying e falou para o pai que "não se aceitava como era.

Investigação - A morte da adolescente é investigada pela 1ª Delegacia de Polícia Civil de Nova Andradina. Segundo o delegado responsável pelo caso, Luiz Quirino Antunes Gago, alunos da Escola Nair Palácio de Souza, parente e amigos de Karina estão sendo ouvidos. A polícia aguarda o resultado dos laudos para confirmar as circunstâncias da morte.

Ainda de acordo com o delegado, mesmo com **a comprovação do bullying, dificilmente será possível comprovar a ligação com a morte**. “O Código Penal considera crime induzir ao suicídio, mas para isso a pessoa tem que ter agido diretamente. Nesses casos é difícil fazer essa ligação, mas vamos investigar se alguém teve responsabilidade direta na morte”, explicou.

**Um boletim de ocorrência por vilipêndio a cadáver, cometido por quem divulgou as imagens de Karina já morta, também foi registrado.** A pena para esse tipo de crime é de 1 a 3 anos de detenção e multa aos acusados. (Grifo Nosso).

É facilmente perceptível a nocividade desta cultura de *bullying* relacionada à discriminação racial, preconceitos e desrespeitos que, por vezes, passam como situações

inofensivas, aceitáveis, menosprezadas que levam jovens a findar suas vidas precocemente. Um fato impressionante é a continuação do desrespeito mesmo após a morte, exemplificado no caso de uma jovem que tirou a própria vida e suas fotos íntimas foram divulgadas pelo namorado, logo após o suicídio, e ainda repassadas a diversas pessoas em sua cidade.

No tema do suicídio nas matérias de jornal, fizeram-se presentes os preconceitos percebidos em escala crescente, como o cunho sexual, a homofobia e o *bullying*. É interessante salientar como os fatores envolvidos nessa situação estão interligados, mesmo em não se tratando de escolas, mas de um outro ambiente de comum aprendizado na sociedade, como a instituição religiosa, a qual aparece na matéria do Jornal digital *Campo Grande News*, em 27 de dezembro de 2019:

**Polêmica com “cura gay”.**

Igreja polêmica prometeu "cura gay" e movimentou as redes sociais.

Por R\$ 970, igreja promete acabar com **maldições e fazer até a "cura gay"**

O ano começou com promessa de cura. Seja dos pecados, dos atrasos na vida e até do que a igreja considera "**imoralidade sexual**", leia-se "cura gay". A espécie de retiro realizado durante três dias por uma igreja de Campo Grande famosa por parcelar a oferta em até 10 vezes no cartão chamou atenção dos leitores e rendeu mais de 80 mil leituras no dia da publicação.

À época, a atendente do curso conversou com a reportagem e garantiu que quem estava disposto a "mudar" conseguia atingir o objetivo e que até travesti já saiu "**curada**". Mas como tudo tem um preço na vida, era preciso pagar pelo curso, que chegava a quase R\$ 1 mil, valor parcelado a perder de vista. (Grifo Nosso).

Essa matéria expõe uma realidade em Campo Grande/MS, a do preconceito com pessoas da comunidade LGBTQ+ exercida por instituições religiosas, que deveriam reproduzir a comunhão em sociedade, já que se trata de um valor baseado no Cristianismo<sup>24</sup>. Frequentemente nota-se que essas instituições têm reforçado preconceitos, estigmas, ódio e violência contra essa comunidade, e esses fatores estão diretamente ligados ao suicídio, principalmente nos mais vulneráveis, os jovens. A visão que trata a homossexualidade como uma doença que pode ser curada contrapõe-se à comunidade científica que, em todo mundo, definiu que a homossexualidade não é uma patologia, mas sim uma forma de a pessoa se constituir.

Outro ponto importante é a “cura gay” ser um processo reprovado por diversos segmentos da sociedade e da comunidade científica, por não ter base empírica que a comprove, e também por seu caráter nocivo, diga-se de passagem, medida proibida pelo Conselho Federal

---

<sup>24</sup> Cristianismo é uma religião abraâmica monoteísta centrada na vida e nos ensinamentos de Jesus de Nazaré, tais como são apresentados no Novo Testamento.

de Psicologia – CFP, órgão que regula a Psicologia e seus profissionais no país, e a Psicologia, a ciência que tem em seu bojo os maiores trabalhos referentes à homossexualidade.

Como anteriormente tratado, o *bullying* deriva de uma palavra de origem inglesa, *bully*, que significa lutador, que serve para a briga. A forma que essa prática se apresenta entre jovens nas escolas é uma forma cruel de violência física e psíquica e está presente em discussões em muitos países para combater esse tipo de problema neste século.

Em uma era de expansão e acessibilidade de tecnologias diversas que, em tese, estão democratizando o conhecimento, não se pode ignorar os malefícios das redes sociais e o denominado “*cyberbullying*”, atualmente relacionado a suicídios nas distintas faixas etárias dos alunos da escola. Ribeiro (2016) define formas de violência escolar como condutas de professores e demais pessoas presentes nesse meio, sendo as mais graves as agressões físicas, o tráfico de drogas, furtos e outros. Não é raro notar que o *bullying* está muito presente nessas manifestações e sua expressão generaliza os atos violentos graves físicos e de danos.

O quase incoerente em toda essa tragédia é a hipocrisia de uma sociedade que não tem feito nada para prevenir os casos de suicídios causados pelo *bullying*, mas, após a sua ocorrência, demonstra luto e interesse aparente, além da teatralização de nossos representantes em expressar um coro geral de não saber por que isso acontece.

A parte mais nociva do *bullying* não é a sua ocorrência. Não se pode imaginar uma sociedade harmônica sem agressões, porém o que realmente torna-se letal no *bullying* é a sua não resolução, a não responsabilização dos agressores, a não restituição do respeito perdido pelas vítimas diante dos fatos. Dessa forma, o ato gera o trauma, a vivência negativa, enquanto a inobservância dos responsáveis e a omissão das autoridades quando não analisam os acontecimentos, mesmo não justificando demonstrações de vingança, não podem ser ignoradas, principalmente nos casos que ganharam repercussão nacional. É assustador esse caráter invisível que gera preconceitos e a segregação dos jovens, geralmente visto como casos isolados, desvinculados do cotidiano da escola, assim isolando-se os envolvidos e acabando por perpetuar a falta de resolução sobre essa realidade, como afirma Freedman (2004).

O suicídio, o racismo e a homofobia estão diretamente relacionados à maioria dos casos percebidos na cidade de Campo Grande-MS. Critérios de exclusão são normalizados e há necessidade de se investigar essas mazelas em um ambiente dentre poucas alternativas de mudanças sociais para uma grande parte de nossa população. A escola pública deveria proteger os alunos sob a tutela de um Estado, o qual é o mesmo que a deixa vulnerável.

A administração pública ignora as consequências desses atos que podem ser imediatas e adoecer uma pessoa pelo resto da vida. Pereira (2002) afirma ser justamente o *bullying* a maior

consequência o suicídio e, se Mato Grosso do Sul figura entre os maiores índices nacionais, essa situação não pode mais ser vista pela sociedade como uma característica da escola comum, em que se diz: “todos passam”, “eu passei e estou vivo”, “na minha época não existia isso”, “vivemos uma era chata”, e sim como uma crescente crise que, caso não venha a ser tratada com a importância devida, virá a ser uma problema muito maior no futuro.

O Estado por sua omissão ou incompetência, nesse contexto, não assume que falha em diversos aspectos de tutela, do mínimo ao máximo, desde entender que em uma sociedade todos importam e que a violência atinge de forma geral as relações sociais. O poder público parece não se interessar pela redução dos danos da violência na escola, que reverte em menos gastos com a saúde pública.

Faz parte da cultura escolar a presença da violência, pois esse cenário repassa preconceitos sociais, seja por linguagem verbal e/ou simbólica, seja por discursos de ódio, machismo, homofobia. É preciso compreender essa complexa situação de uma forma geral, com todas as suas nuances, confrontando o senso comum que baliza as discussões sobre o tema nos círculos do poder público administrativo e político. Isso ocorre também entre muitos educadores, que pensam a educação desvinculada de um determinado sistema, sem estabelecer a relação ente o que é universal e o que é singular.

Em uma sociedade permeada pela violência, a intolerância e a brutalidade são exacerbadas, aceitas e, por vezes, enaltecidas por meio de discursos de ódio de todas as formas. Amado (2002) reforça a gravidade do problema quando a “brincadeira” se torna pesada, insultuosa, que esconde em suas intenções a vontade de ferir e torna-se o não lúdico, contrário ao bom senso.

Como exemplo desse contexto, ressalta-se esta fala retirada de atendimento de escuta voluntária em escolas públicas da capital, ocorrido na já citada ação social: *Eu sou feia, odeio meu cabelo...minha avó, toda vez acordo sei que tenho que ir à escola e torço todos os dias para não acordar, na escola sou chamada de “tripa preta”, graveto e outros nomes, odeio meu corpo, me odeio...* (Relato de M.R., 14 anos, cometeu suicídio em 2017 por enforcamento na varanda de sua casa, após duas tentativas frustradas com remédios).

Os periódicos regionais de forma frequente abordam casos relacionados à homofobia envolvendo jovens no estado em sua totalidade, como o caso acontecido na cidade de Pedro Gomes/MS que se destacou por envolver um ídolo sertanejo “teen” (um artista regional com inserção no mundo artístico nacional) e o suicídio, levando em consideração que o jovem ainda estava no ápice da formação de sua personalidade. Casos como esse se tornam emblemáticos e

repercutem em seu público, como o veiculado no jornal digital *Campo Grande News*, em 09 de junho de 2020:

**Live marca volta de cantor após depressão e tentativa de suicídio**

Artista LGBT como ele faz questão de se apresentar, Deh nasceu em Pedro Gomes.

A música é transformadora, e na vida de Deh Leão, tem um significado ainda maior. Aos 26 anos, o músico que carrega na bagagem a experiência de shows e a participação no programa X Factor Brasil, em 2016, volta aos palcos nesta terça-feira, numa live que ainda vai arrecadar doações em prol de famílias e da Casa Satine.....

A região de Mato Grosso do Sul historicamente tem seus capítulos de violência, e esse não é um novo fenômeno no estado. O *modus vivendi* dessa região foi permeada por conflitos sociais explicados pela violência estrutural na formação dessa sociedade, conforme Corrêa (2000). Esses fatos precisam ser evidenciados e analisados, pois a teoria que embasa esta pesquisa traz, em suas diversas contribuições, que a realidade precisa ser entendida para que tenhamos conhecimento e consciência de nosso passado e, assim, a nossa cultura é repassada às próximas gerações. A violência está presente no suicídio como na realidade dessa sociedade, um elemento histórico que constitui o povo sul-mato-grossense, sua vida social, material, estudantil e política.

Matéria publicada no jornal digital *Midiamax*, em 24 de setembro de 2019, faz uma relação temporal do que trata o historiador supracitado com a realidade atual do estado de Mato Grosso do Sul, um território construído sob uma cultura de disputas de terras e expropriação de terras indígenas, de violência e de impunidade pela proximidade da fronteira internacional. Mesmo não envolvendo jovens da escola pública, esse dado pode, no futuro, responder à ligação que existe entre diferentes povos em uma mesma localidade, o universal nesses casos materializado no singular.

O presente pode e deve ser explicado pelas suas raízes históricas e pelas bases materiais produzidas pelo homem ao longo dos tempos, na invenção do mundo do trabalho e na divisão das atividades, na formação das classes sociais, das instituições políticas e jurídicas e das nações. Os jovens hoje vivem sob as heranças do passado, mesmo sem ter consciência de sua realidade concreta. Os problemas inerentes à realidade regional e singular, ao mesmo tempo são universais porque dizem respeito a toda a humanidade, de todos os tempos.

A matéria, a seguir, explicita o legado da desigualdade dos povos indígenas e o destino cruel a que foram relegados desde as primeiras conquistas do nosso continente.

**MS é o 2º Estado onde mais se matam indígenas e 1º em número de suicídios**

Documento também cita aumento de invasões de terras

Mato Grosso do Sul é o 2ª Estado do país onde mais são assassinados indígenas, segundo o relatório "Violência contra os Povos Indígenas do Brasil" de 2018, feito pelo CIMI (Conselho Indigenista Missionário).

Foram contabilizados 38 homicídios, atrás de Roraima onde foram executados 62 indígenas. Ainda conforme o relatório o número de assassinatos de indígenas no Brasil aumentou de 110, em 2017, para 135, em 2018, um crescimento de 22,7%.

**O Estado também assume a liderança indigesta, quando contabilizados os números de suicídios. Dos 101 suicídios em todo o país no ano de 2018, 44 ocorreram em Mato Grosso do Sul e 36 no Amazonas.** No ano anterior ao levantamento, 31 indígenas se mataram em Mato Grosso do Sul, um aumento de 41%.

É imperioso tratar de um fator específico, quando se levantam dados em jornais de nosso estado, que atualmente está em primeiro lugar em denúncias de abuso sexual de crianças e adolescentes, conforme matéria no jornal digital *Campo Grande News*, em 22.05.2020:

**MS tem o maior número de denúncias de abuso a crianças e adolescentes no País. Foram 1344 denúncias por violações contra crianças e adolescentes, 42% por abuso sexual**

Mato Grosso do Sul é o estado que lidera o ranking de denúncias para o disque 100, de violações dos direitos humanos, **por abusos contra crianças e adolescentes.** Levantamento do MDH (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) com dados de 2019 mostra aumento de 22% nesse tipo de denúncia, no estado, em relação a 2018.

**Das 1344 denúncias de Mato Grosso do Sul, 42% eram sobre abuso sexual.** A taxa de incidências das ligações a cada 100 mil habitantes é ainda maior que a média nacional. Enquanto no Brasil, em média ocorreram 41 denúncias a cada 100 mil habitantes, em Mato Grosso do Sul essa taxa é de 67 denúncias a cada 100 mil habitantes.

Os dados divulgados nesta semana ainda indicam outra preocupação: a redução de denúncias depois da pandemia de covid-19, já que os dados continuam a indicar que a maioria dos casos de abusos denunciados ocorre dentro de casa, praticado por pessoa da família.

O registro de denúncias de violação sexual contra **crianças e adolescentes** do disque 100 sofreu queda de 19% em abril de 2020 em comparação com o mesmo mês em 2019. Em 2019 em todo o país, no mês de abril, foram 7,4 mil denúncias sobre o tema. Este ano, são quase mil a menos e o disque 100 recebeu 6 mil ligações em abril....

Na matéria exibida em 01 de julho de 2020 pelo jornal Digital *Campo Grande News*, percebe-se o reflexo de uma realidade que deveria ser abominável na sociedade:

**Mãe conversa com adolescente e descobre que ela era estuprada há 5 anos pelo tio**

A menina começou a apresentar mudanças no comportamento.

O caso é investigado pela Polícia Civil.

Um homem de 46 anos foi denunciado e é investigado pela Polícia Civil em Ponta Porã, cidade a 346 quilômetros de Campo Grande, suspeito de **estuprar a sobrinha**. A menina, que **hoje tem 14 anos**, contou que sofre os abusos desde os **9 anos**.

Segundo a polícia, a mãe da adolescente identificou comportamentos estranhos na menina, tais como tristeza e ansiedade. Além disso, a vítima chegou a falar para colegas da escola que tinha vontade de tirar a própria vida. Em conversa com ela, a mãe acabou descobrindo sobre os estupros que a menina sofria pelo homem, que era casado com a tia dela. Assim, elas foram até a delegacia e fizeram a denúncia. Conforme a menina, uma prima também já tinha sido estuprada pelo homem....

Este é um importante dado veiculado pela imprensa para colaborar com o meio científico no esforço de compreender e explicar por que Mato Grosso do Sul tem um dos maiores índices de suicídio de jovens. Isso não pode ser ignorado e não pode deixar de estabelecer as conexões do fenômeno com a historicidade da violência regional, o preconceito, a vulnerabilidade material e crescente e o assustador número de denúncias nessa unidade da federação.

Algumas iniciativas pontuais no meio jurídico, como as relatadas em matéria do jornal Digital *Midiamax*, em 29 de setembro de 2018, resultam das importantes repercussões dos casos e começam a dar iniciativa e corpo a uma nova consciência dessa tragédia, como um todo, apontando que medidas cabíveis precisam ser tomadas com a maior celeridade possível.

#### **Nova lei de importunação sexual pune assédio na rua**

Promotora considera tão importante quanto Lei Maria da Penha Mulheres em veículo do transporte coletivo

Sob aclamação de profissionais do sistema jurídico e de grupos de defesa dos direitos das mulheres, foi sancionada esta semana pela Presidência de República a lei que criminaliza os atos de importunação sexual e divulgação de cenas de estupro, nudez, sexo e pornografia. A pena para as duas condutas criminosas é prisão de 1 a 5 anos.

A importunação sexual foi definida em termos legais como a prática de ato libidinoso contra alguém sem a sua anuência “com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro”. A nova tipificação substituiu a contravenção penal de “importunação ofensiva ao pudor”.

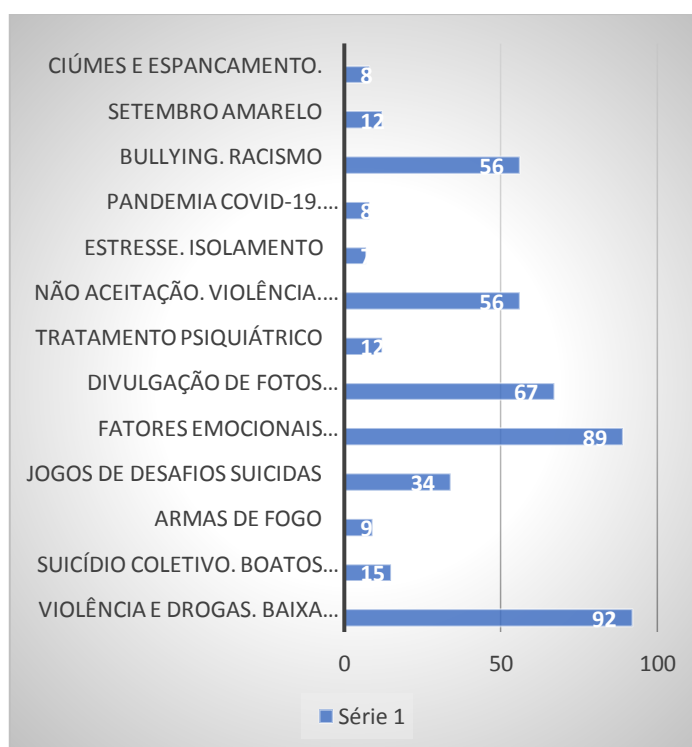
O abuso sexual, tal como o suicídio, está presente em toda as categorias da sociedade, não salvaguardando e protegendo as crianças e os jovens das periferias. Não se trata de culpabilizar o sistema vigente como fator primordial das mazelas sociais, pois esse é o sistema basicamente presente na totalidade dos países atuais, o qual foi produzido historicamente pelos homens e protagonizado por uma classe dominante, a classe burguesa, que se apropriou do lucro e da manutenção do poder em todas as suas esferas, como a apropriação do valor da vida da maioria das pessoas.



Fato interessante que pode ser retirado desse episódio é o preconceito como uma manifestação humana tão poderosa que atinge suas vítimas antes e depois dos atos, ou seja, antes e após a tragédia, independente da posição social. Ele revela uma “vergonha” e o constrangimento familiar que beira a culpabilização e a sensação de fracasso por não impedir o autoextermínio de seu ente mais jovem, que deveria ter sido evitado e prevenido.

O gráfico a seguir relaciona características essenciais para iniciar uma compreensão do cenário em relação à periculosidade que envolve o suicídio em jovens, bem como na individualidade de cada caso, nos possíveis padrões a serem identificados e na sua natureza social e material.

**GRÁFICO 17 - CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS PARA A COMPREENSÃO DO CENÁRIO QUE ENVOLVE O SUICÍDIO**



Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

Em matéria veiculada no jornal digital *Campo Grande News*, em 23 de março de 2019, intitulada “**Em 3 anos, 187 crianças morreram vítimas de arma de fogo em MS. O Estado registrou a morte de 1.498 crianças e adolescentes, com idades entre 0 e 19 anos, nos últimos 20 anos**”, esses aspectos aparecem de forma especificada em dados do Ministério da Saúde, estruturados pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), como demonstrado abaixo:

Estudo do SIM (Sistema de Informações sobre Mortalidade) do Ministério da Saúde divulgado pela Sociedade Brasileira de Pediatria mostra que **em 20 anos, Mato Grosso do Sul registrou a morte de 1.498 crianças e adolescentes, com idades entre 0 e 19 anos, por arma de fogo.** De 2014 a 2016, por exemplo, 187 estão entre vítimas do armamento.

O levantamento levou em conta casos de morte acidental, **por suicídio**, homicídio e intenções indeterminadas, segundo a Classificação Internacional de Doenças, pelo período de 1997 até 2016.

A reportagem comparou três anos, já que em 2014 o número atingiu o pico de 90 vítimas. Os números baixaram em 2015 e 2016, com 50 e 47 casos. As informações foram divulgadas na quarta-feira (20).

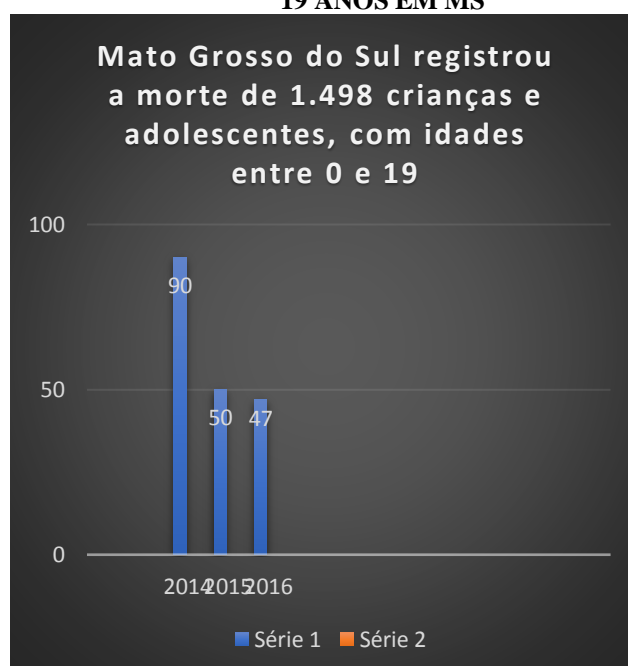
Ao todo, o Brasil registrou 9.517 mortes nessa faixa etária em 2016. Em 20 anos, foram mais de 145,4 mil mortos. Em média, o estudo apontou que, a cada 60 segundos, uma criança ou adolescente com idade entre 0 e 19 anos morreu no Brasil vítima de arma de fogo.

Caso recente - A Polícia Civil investiga a morte de menina de 11 anos, ocorrida na noite do dia 17 de março, em Mundo Novo, cidade distante a 476 quilômetros de Campo Grande. A menina era filha do subtenente da Polícia Militar de Iguatemi, e morreu com um tiro na cabeça.

Conforme informações do boletim de ocorrência, a criança estava em um quarto da casa onde morava com a família, quando foi atingida na cabeça por tiro de pistola .40. A menina morreu na hora. A Polícia Militar foi acionada por vizinhos que ouviram o disparo. Quando chegaram ao local, os militares foram recebidos pela mãe da vítima que, chorando, contou que a filha havia tirado a própria vida.

Segundo o delegado Claudineis Galinari, da Delegacia Regional de Polícia de Naviraí, a arma era de uso particular do subtenente. A Polícia Civil investigará as circunstâncias do disparo e trabalha com as hipóteses de suicídio e tiro acidental. (Grifo nosso).

**GRÁFICO 18 – REGISTRO DE MORTES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENTRE 0 E 19 ANOS EM MS**



Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

Um fato que costuma ser popular, mesmo que por poucos dias, é a idade dessas vítimas, cada vez mais jovens. Trata-se de crianças, algumas antes do estágio da puberdade, que finalizaram suas vidas, gerando uma incompreensão em diversos segmentos, tanto políticos, administrativos quanto científicos, como demonstra algumas matérias veiculadas no jornal digital *Midiamax*, em 17. de junho de 2020, outra em 31 de outubro de 2019 e 02 de agosto de 2019, reproduzidas respectivamente:

**Mãe encontra filho de 12 anos morto enforcado e suspeita de assassinato**

Corpo estava pendurado em árvore, mas pescoço quebrado, o que aumenta suspeita de assassinato; rapaz teria confessado crime

Fred era o mais velho dos irmãos.

Corpo de menino de 12 anos foi encontrado pela mãe dele, pendurado em árvore, na área de retomada Piquiri, da Aldeia Nãnderu Marangatu, em Antônio João, cidade a 320 Km de Campo Grande. O caso ocorreu na segunda-feira, 15 de junho e é investigado pela Polícia Civil.

O que aparentemente seria um suicídio, tem a suspeita de avançar para identificação como caso de assassinato. Laudo da perícia para averiguar a causa da morte ainda não teve resultado, mas segundo professora indígena que acompanha a situação, Inaye Gomes Lopes, 32 anos, o cadáver estava com joelhos dobrados tocando o chão e o pescoço estaria quebrado.....

**Tatuagem é jeito de continuar a vida de Kauê, interrompida cedo demais**

Klaus tatuou o irmão sorrindo para lembrar da alegria do caçula e esquecer que ele sofreu em silêncio

Tatuagem realista mostra Kauê sorrindo

A tatuagem na perna é o jeito que Klaus Albino Ferreira achou para continuar a vida do irmão, Kauê, interrompida pelo suicídio. “Ele era quieto, mas conversávamos sobre serviço, estudos. Nunca demonstrou nada, e eu dizia que se tivesse algum problema poderia contar comigo”, lembra...

**César se matou aos 14 anos, depois de menina de 12 cometer suicídio**

Mãe abre o coração sobre a dor que é perder um filho para o suicídio e a importância do olhar sensível da sociedade para depressão

César era um menino bom, segundo a mãe. Estava no Ensino Fundamental e sonhava em ser designer. Como muitos adolescentes, tinha planos de abrir o próprio negócio, viajar, fazer cursos e já dizia ter encontrado até namorada. César tentou viver, mas não conseguiu.

Ele sentia dor imensa, que nem a mãe atenta conseguiu descobrir a origem. Mas tudo piorou depois de ter perdido o que considerava o 1º amor, outro ponto dramático dessa história que une 2 famílias.

No dia 4 de julho, a menina de 12 anos cometeu suicídio, em Campo Grande. César foi ao velório, depois passou a procurar respostas com a mãe da garota e nas últimas semanas de vida só chorava. No domingo, 28 de julho, tirou a própria vida.

Mas o sofrimento não parecia ser pela perda recente. Pouco antes da menina se matar, César já passou a falar da vontade de morrer. “Ele já vinha com **depressão** há algum tempo. Ele estava perturbado, queria matar aula porque queria sair, queria andar e, com o passar dos dias, ele **brigava na escola**, ficava **afastado dos colegas**, dizia que queria se matar”.

Ela acreditava que abraçar e pedir para César viver o faria superar a dor que sentia. Mas não foi assim que aconteceu. Os últimos 24 dias foram difíceis em casa, principalmente, na escola. “Eu tinha ido à escola porque ele teve problemas com um colega, então falei do momento difícil que ele estava passando, mas foi só isso, não recebemos nenhuma ajuda”.

**Amigos esperavam apoio na escola, mas não encontraram.**

**“Só foram na sala falar que o caso aconteceu e nada mais. A escola nunca ligou muito, a gente fala sobre os problemas, mas todo mundo acha que é drama”.**

A mãe também diz que enfrentou dificuldades para receber atendimento psicológico e psiquiátrico para o filho e sentiu falta de profissionais preparados para entender que os problemas na escola não eram só crises da adolescência. Hoje, respira fundo para conter as lágrimas e voltar a viver. “Eu ainda não voltei para a minha casa e já prometi que não volto mais. Vou alugar, mas lá não tenho coragem de ficar”. (Grifo nosso).

Uma ação de enfrentamento dessa situação na capital do estado, Campo Grande/MS, recebeu destaque no jornal Digital *Midiamax*, em 20 de agosto de 2018, com o título: **“Projeto vai às escolas para identificar depressão e outros transtornos. Intenção é evitar que determinados quadros entre estudantes cheguem a suicídios**, como se expõe a seguir:

Alunos do 3º ano assistem aula na Escola Municipal Danda Nunes, no reinício das aulas, em agosto deste ano.

Projeto chamado **"Direitos Humanos pela Valorização da Vida"** vai às escolas municipais de **Campo Grande** para identificar quadro de **depressão** ou outros transtornos mentais entre **crianças e adolescentes**. A medida tem o objetivo de tentar impedir que os casos cheguem ao suicídio - Mato Grosso do Sul é um dos estados que mais registra o caso no Brasil.

A proposta é lançada nesta segunda-feira (dia 20) durante evento no Instituto Mirim. O grupo será composto por um advogado especialista em direitos violados, assistente social, psicólogo e psicopedagoga. A coordenação será do teólogo Marco Antônio de Moraes.

"Nós vamos entrar em uma sala de aula tentando identificar esses alunos que precisam de ajuda, seja ela de saúde ou assistência social". Cada instituição de ensino terá a presença do grupo multidisciplinar entre quatro e cinco meses.

Ele explicou que, muitas vezes, as palestras sobre o assunto só pulverizam o assunto, mas não conseguem trazer medidas efetivas para o estudante que passa por um momento difícil.

Como piloto, a primeira escola a receber o grupo será a Lúcia Martins Coelho. Paralelamente, o projeto vai nas instituições municipais de ensino Isauro Bento, no distrito de Anhanduí, Maestro João Corrêa Ribeiro, no Jardim Campo Novo, e Major Juca Pirama, que fica dentro da Base Aérea de Campo Grande.

Segundo a superintendente de gestão da SEMED (Secretaria Municipal de Educação), Alelis Isabel de Oliveira, as escolas municipais que vão receber o projeto, neste primeiro momento, são instituições que já eram monitoradas em virtude de casos de depressão e conflitos escolares.

Ela afirma que, junto com o trabalho dentro da instituição, é fundamental o acompanhamento dos pais, que devem notar se os filhos estão mais isolados ou apresentam algum tipo de comportamento atípico de criança ou adolescente.

Os alunos vão passar por palestras e também acompanhamento individual, tudo para que o estudante se sinta incentivado a compartilhar as emoções e conflitos internos. Não à toa, um dos lemas da campanha é "uma dor compartilhada dói menos".

**Realidade triste** - Mais do que discutir o tema, os números de suicídio em MS assustam. **Dados do Ministério da Saúde**, divulgados em setembro passado - mês dedicado à prevenção -, apontam **taxa de mortalidade entre os homens maior do que a média nacional**. No País essa taxa é de 8,7 a cada 100 mil habitantes, e no Estado, é de 13,3.

O mesmo levantamento mostrou que tirar a própria vida é quarta maior causa de morte entre homens jovens. A questão já é hoje uma das maiores preocupações da OMS (Organização Mundial da Saúde), que alerta para o avanço não só do suicídio, mas das doenças como depressão e ansiedade. Em todo o planeta, 800 mil pessoas tiram a própria vida todo ano.

Dados do Corpo de Bombeiros de MS, em junho deste ano, também apontaram um quadro triste. Em 1 ano, a corporação atendeu 925 tentativas de suicídio, dos quais 50% das vítimas eram crianças e jovens entre 10 e 19 anos. O número pode ser bem maior, pois segundo a OMS, a cada caso registrado, cinco são subnotificados.

Campo Grande configura-se com elevados índices negativos de depressão, como já mencionado em matéria exibida pelo Jornal Digital *Midiamax*, em 23 de junho de 2018, realidade que se mostrava alarmante com uma porcentagem de 50% de crianças e adolescentes que tiveram experiências através de tentativas de suicídio, fato muito grave, já que trata-se de um país que expõe a marca de aproximadamente 100 mil leitos psiquiátricos fechados recentemente, a exemplo do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campo Grande /MS.

**Em 1 ano, bombeiros atenderam 925 tentativas de suicídio só na Capital  
Do total de casos, 50% são crianças e adolescentes entre 10 e 19 anos tentaram suicídio**

Uma adolescente de 15 anos ameaçava se jogar de uma caixa d'água de 21 metros de altura, no Bairro Pioneiros. Apesar dos dados alarmantes, o fim do sofrimento pode ser simples: com o rompimento do silêncio.

Em 2017, por exemplo, o Corpo de Bombeiros de Campo Grande **atendeu 925 tentativas de suicídio**, sendo que 50% das vítimas eram crianças e jovens entre 10 e 19 anos. O número pode ser bem maior, pois segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), a cada caso registrado, cinco são subnotificados.

Nesta manhã, uma adolescente de 15 anos, permaneceu na caixa d'água de um condomínio no Bairro Pioneiros por mais de 5 horas. O fato mobilizou duas equipes do Bope (Batalhão de Operações Policiais Especiais) e outras duas do Corpo de Bombeiros, que trabalharam na negociação e descida da jovem.

O estopim à tentativa de suicídio, quando envolvem adolescentes, é comparado a um "impulso", para finalizar uma dor.

Falta de pontos de apoio - **No Brasil, cerca de 100 mil leitos psiquiátricos estão fechados.**

Nesse cenário, a matéria exibida pelo Jornal Digital *Campo Grande News*, em 27 de março de 2019, expõe e esclarece uma posição educativa dirigida à população da capital, como

também do estado, por Paola Lopes, Coordenadora de Psicologia Educacional COPED da Secretaria de Estado de Educação (SED), sobre o “sonho de consumo” que é a inserção do Psicólogo Escolar na Rede de Ensino Pública, agora previsto em lei Federal com prazo de um ano para adequação desde sua publicação. Tal situação poderia ser um marco na prevenção não só do suicídio, mas de diversas outras ocorrências que prejudicam a vida escolar e social dos jovens. O texto ainda esclarece aos leitores o real papel de um Psicólogo Escolar no contexto da escola pública e suas funções, desmitificando a “fantasia” criada pelo senso comum, que idealiza o Psicólogo como um clínico na escola.

**Psicólogo é “sonho de consumo” em escolas públicas, diz coordenadora**

Suicídios de estudantes, casos de depressão e violência trazem novos desafios que não encontram território preparado nas escolas. Aposta da nova coordenação é diálogo e ação “em conjunto” com a rede de saúde mental Paola Lopes, coordenadora de psicologia educacional da SED.

Estudante percorre um caminho de sofrimento, a maior parte, até em razão do tempo diário, na escola. O sentimento deixou marcas nem sempre percebidas pelos colegas, professores e por toda a comunidade escolar. Em casa, o final dessa história acabou no suicídio.

Esse é, em resumo, a história contada pela série da Netflix “*13 Reasons Why*” (13 Razões Porque, em tradução livre), que narra a vida da adolescente Hannah Baker, que tira a própria vida depois de um longo processo de depressão e sofrimento dentro e fora da escola. Ainda assim, poderia ser, também, a história da estudante de 14 anos que frequentava a Estadual Professora Fausta Garcia Bueno, no bairro Coophasul e enforcou-se no último sábado (23).

Na ficção, os pais voltaram-se contra a escola, que foi processada. Na vida real, a mãe não culpa a escola, mas relatou que a filha apresentou conflitos. É esse cenário que faz parte, hoje, de uma série de desafios contemporâneos que pedem urgência na relação entre escola e saúde mental, mas que nem sempre encontram um terreno preparado.

Ter **psicólogos de prontidão nas escolas é uma das saídas**, conforme apontaram diversas pessoas em comentários na rede social Facebook, depois de postada na segunda-feira reportagem que abordou o suicídio da jovem. Ainda assim, as escolas estão longe dessa realidade. “**É um sonho de consumo**”, admite Paola Lopes, coordenadora da recém-criada **COPED (Coordenação de Psicologia Educacional)** da SED (Secretaria Estadual de Educação), em funcionamento há 1 ano e 2 meses.

Prosseguindo as análises de matérias jornalísticas acerca da escola e dos jovens, há um terceiro posicionamento diretamente envolvido em toda a tragédia por aqueles que sofrem as dores do luto, vivenciam a realidade de óbitos e, algumas vezes, assumem o papel de vítima de todo esse desastre nacional: os professores e demais profissionais da escola pública.

Diversas pesquisas justificam o adoecimento desses profissionais, ainda mais em tempos de pandemia da Covid-19 e, por isso, a questão aparece em matérias veiculadas em jornais do estado, como no *Campo Grande News*, em 23 de junho de 2019:

**Contra suicídio e mutilação, projeto leva “socorro” a escolas do interior  
"O mesmo problema que acontece aqui, que é uma cidade grande,  
acontece em municípios pequenos", diz educadora**

Automutilação cresce entre adolescentes e leva preocupação às escolas.

**Suicídio, automutilação, depressão.** As temáticas cada vez mais presentes no ambiente escolar levaram para redes de ensino do interior de Mato Grosso do Sul um projeto da Reme (Rede Municipal de Ensino) de **Campo Grande**, que capacita **professores, diretores e coordenadores pedagógicos** sobre como detectar sinais de problemas psicológicos.

“O projeto cresceu porque aumentaram os casos. Isso não é bom, a gente fica triste. Mas, ao mesmo tempo, fica um pouco mais realizado porque temos equipe preparada, que está tentando resolver essa dor intensa dentro dessas crianças e jovens distribuídos na rede municipal”, afirma a superintendente de Gestão e Normas da SEMED (Secretaria Municipal de Educação), Alelis Izabel de Oliveira Gomes.

De forma voluntária, a capacitação foi feita nos municípios de Rochedo, Camapuã, Bataguassu e Ponta Porã. De acordo com a superintendente, Camapuã chamou a atenção porque registrou um caso de suicídio consumado. Na cidade, a 133 km de Campo Grande, a capacitação foi realizada para profissionais da rede municipal e também para representantes da rede estadual de ensino.

**“Não é um problema só nosso. A gente tem ido a alguns municípios e dado socorro. Porque o mesmo problema que acontece aqui, que é uma cidade grande, acontece em municípios pequenos”**, afirma Alelis.

A capacitação mostra como identificar casos de **automutilação e comportamento suicida** nas unidades escolares, além de como atuar.

Agenda cheia – **Em Campo Grande, a faixa etária mais atendida por equipe de psicólogos da SEMED vai de 12 a 16 anos.** “Mas já encontramos criança de 10 anos se automutilando e a família não tinha percebido”, salienta a superintendente.

Conseqüentemente, esses profissionais são afetados também, unidos na falta de apoio, cuidados e ajuda psicológica, inseridos no quadro de vítimas e negligenciados em uma crítica situação que vai além de sua formação pedagógica. Por vezes, é esperado um preparo dos profissionais da escola para oferecer aos mais jovens um apoio psicológico, o que além de impossível, acaba por ser injusto, uma vez que eles não são psicólogos. Esse fato representa uma sobrecarga de atribuições, gerando estresse e outras conseqüências tais como afastamentos e patologias, depressão com excessivo desgaste e o próprio suicídio. E essa triste realidade é retratada nas mídias regionais em dois casos, quando a vítima é o professor, retratado no Jornal Digital *Campo Grande News*, em 11 de setembro de 2017:

**Prefeitura decreta luto de três dias por morte de professora ex primeira dama.**

Cirene Passarini Martins foi primeira dama por quatro mandatos e **professora da rede pública** de Deodópolis

A Prefeitura de Deodópolis, a 252 quilômetros de Campo Grande, decretou luto oficial de três dias e ponto facultativo no município pelo falecimento da

ex-primeira dama e professora Cirene Passarini Martins, que foi encontrada morta neste domingo (10). A decisão foi publicada no Diário Oficial desta segunda-feira (11).

“Considerando sua **longa vida pública** como primeira dama por quatro mandatos e serviços prestados ao município; que a mesma era servidora pública, moradora em Deodápolis há muitos anos, pessoa honesta, trabalhadora, e que deixa uma família composta de pessoas dignas dentre parentes e muitos amigos na comunidade”, justifica o prefeito Valdir Luiz Sartor (PMDB) em seu decreto.

Cirene foi casada com o ex-prefeito Manoel Martins, o ‘Manezinho’. Seu corpo foi encontrado por uma irmã, que chegou à casa na manhã de domingo, acompanhada de amigos, de acordo com o portal Fatima News. Os principais indícios são de que ela tenha cometido **suicídio**.

Cirene atualmente era **Coordenadora do EJA (Educação de Jovens e Adultos) na rede municipal de ensino**. Professora, ela sempre participou das causas sociais de Deodápolis. Nos últimos anos, lutava contra um câncer. (Grifo nosso).

Outro trágico desfecho de uma história de docentes aparece no jornal Digital *Midiamax*, em 27 de dezembro de 2018:

#### **Professor que desapareceu após saque em Banco é encontrado morto**

Ele saiu de casa ontem dizendo que ia ao banco sacar dinheiro e depois não foi mais visto

O professor de Filosofia Paulo Henrique Costa foi encontrado morto na manhã desta quinta-feira (27) em Novo Horizonte do Sul – a 329 quilômetros de Campo Grande. Ele estava desaparecido desde ontem, quando saiu para fazer um saque em uma agência bancária em Glória de Dourados.

Conforme o jornal Fatima News, familiares relataram que o professor mora em Glória de Dourados e não tinha costume de ficar fora sem avisar.

Eles relataram que Paulo saiu de carro para ir ao banco, no Centro da cidade, e chegou a conversar por mensagem, porém depois não acessou mais o aparelho que, inclusive, informava estar desligado.

Suspeitando de sequestro, a família comunicou o desaparecimento do professor no Facebook onde também pediu ajuda para encontrá-lo.

Contudo, o carro do professor foi encontrado nesta manhã e em seguida ele, morto. Ainda não há detalhes de como o corpo estava, porém, a principal suspeita da polícia é de suicídio.

Procurou-se, nesta ação, captar os fatos dentro de suas possibilidades e traçar o perfil do que está acometendo com os jovens e a escola pública em Mato Grosso do Sul. A compreensão de matérias de jornais, relacionadas ao conhecimento científico da Psicologia Histórico-Cultural, tem a intenção de retratar esses temas como uma tentativa de entendimento da verdadeira situação de vida sul-mato-grossense.



### 3.3 Possibilidades da atuação da Psicologia Escolar frente ao suicídio

#### 3.3.1 Das possíveis estratégias

Muito se discute nos meios de comunicação, políticos e administrativos sobre ações possíveis para o enfrentamento do suicídio em escolas públicas. Porém, diante da complexidade e da abrangência do fenômeno (número de casos e seu crescimento), as ações existentes acabam por ser ainda insuficientes e reduzidas a alguns municípios em poucas escolas.

É necessário reafirmar a complexidade do trágico fenômeno, ainda mais em adolescentes presentes na escola pública para visualizar e analisar as estratégias de prevenção e combate ao suicídio de pessoas com tão pouca idade. De forma geral, procura-se compreender o suicídio e as formas e os meios de lidar com sua ocorrência e seus efeitos colaterais, suas causas e consequências na sociedade.

Neste tópico, procura-se propor algumas ações relacionadas à temática, como também as bases científicas necessárias para a execução de novas políticas de combate e prevenção ao suicídio. Com base nos aportes científicos apresentados pela OMS(2018), a quantidade de países com políticas nacionais de prevenção ao suicídio vem crescendo nos últimos cinco anos desde a publicação do seu primeiro relatório global a respeito do suicídio, entretanto o número total de países com estratégias pertinentes ao problema (38 ao todo) ainda é baixo, e os governantes dos países onde já foram discutidas e firmadas tais políticas públicas ainda precisam se comprometer a estabelecê-las na prática.

Segundo o diretor-geral da OMS (2018), Tedros Adhanom Ghebreyesus, no texto do relatório *Suicide in the world - Global Health Estimates* (2018, s/p).

Apesar do progresso, uma pessoa ainda morre a cada 40 segundos por suicídio"; “[...] toda morte é uma tragédia para a família, amigos e colegas. No entanto, suicídios são evitáveis. Chamamos todos os países a incorporarem estratégias comprovadas de prevenção ao suicídio em seus programas nacionais de saúde e educação de maneira sustentável

No Brasil, mesmo sem foco na escola pública, embora atenda adolescentes, existe o serviço que, sem auxílio específico, promove apoio emocional e prevenção ao suicídio, com atendimentos gratuitos, sob total sigilo e, em muitos casos, é considerado como estratégia universal para todos os que necessitam de ajuda, incluindo alunos e demais participantes do sistema público do ensino. O telefone instituído nacionalmente é 188, havendo a possibilidade de envio de e-mail e chat por 24 horas, todos os dias.

Outra estratégia que vem sendo realizada na prática e que representa um importante eixo nesse combate nas escolas é a campanha intensa de ações diversas, que acontece em todos os estados da Federação nas escolas e na sociedade em geral, no mês de setembro, intitulado *Setembro Amarelo*. (BRASIL, 2018). Acompanhamos as ações dessa campanha implementadas em Mato Grosso do Sul desde 2015. Nesse mesmo ano, o dia 10 de setembro foi escolhido como Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio e integra a campanha brasileira, que se estende durante todo o mês, até os dias de hoje.

Nessas ocasiões, são organizados eventos de alerta sobre a relevância da identificação de jovens com intenção suicida para que possam receber ajuda, objetivando um suporte mais humano e empático aos que se encontram em sofrimento psíquico, mostrando que eles não estão sozinhos, que são compreendidos em suas situações materiais e que dispõem de apoio.

Ainda sobre as diretrizes do Ministério da Saúde (2018), é imprescindível que o *Setembro Amarelo* seja realizado nas escolas por profissionais especializados, a fim de contribuir para a prevenção do suicídio. Diante da realidade nacional, esse assunto precisa ser muito debatido, explorado em suas principais manifestações no cenário escolar, como os riscos comuns à fase da vida em que se encontram os estudantes, como também acerca dos preconceitos, da orientação sexual e da influência do universo digital, através de filmes, vídeos realistas, conversas e posicionamentos de senso comum que permeiam suas vidas.

Presente nessa ação deve haver uma discussão sobre o *bullying* relacionado na maioria dos casos de suicídio de adolescentes, e a escola, no seu conjunto (alunos, professores e trabalhadores da educação), não pode se omitir diante dessa prática abusiva e cruel. Ela tem o dever de intervir de forma eficaz para auxiliar os jovens que enfrentam problemas dessa natureza, pois eles refletem em seu desenvolvimento e formação como cidadãos. Essa intervenção possibilita que, no futuro, essa cultura da violência não seja perpetuada.

A escola pública é, neste momento, um importante *locus* para os jovens, pois contribui com a formação não apenas acadêmica (de conteúdos científicos), mas social (relação com a família e entre pares), formando uma sociedade mais justa e igualitária. Ela tem as condições ideais, em tese, de promover o autoconhecimento, fornecer informações e uma educação integral que auxilie adolescentes a identificar seus estados emocionais, conseguindo expressá-los de modo a pedir ajuda. Essa é uma das bases do *Programa Cuca Legal*, vinculado ao Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), visando a promoção de saúde mental e a prevenção de transtornos mentais em cenários de ensino, através do desenvolvimento de programas de intervenção baseados em evidências científicas.

Esse programa foi criado pelo Prof. Dr. Rodrigo Bressan, em 2006, e coordenado por Adriana Fóz até 2017, tornando-se uma referência na área que desenvolve estratégias de melhoria da saúde mental por meio de trabalho científico e educativo. Nesse contexto, pode-se citar a chamada “pedagogia da presença”, a qual é caracterizada pelo investimento na capacitação de seus profissionais, professores e funcionários para se aproximar dos estudantes de modo a construir vínculos e identificar traços de sofrimento psíquico.

Prosseguindo, é importante frisar, nessas ações, a eficácia do uso das artes e da abordagem interdisciplinar. A arte é uma das ferramentas mais eficazes para se expressar sentimentos e, assim, deve ser inserida na escola e os professores devem trabalhar integrados com temas transversais para abordar a temática em suas salas de aulas.

No contexto da escola pública, a importante figura do professor e educador é parte fundamental de todas essas ações, embora ele não tenha a responsabilidade nem a missão de impedir episódios de violência entre seus alunos. Porém, é indiscutível o seu papel em relação às famílias na troca de informações. Entende-se que o professor é um dos principais agentes do processo que transforma e desenvolve uma sociedade, mas necessita ser instruído diante da realidade crescente dos problemas enfrentados pelos jovens. Dessa forma, o professor é o elemento crucial por uma relação mais próxima aos alunos, por contribuir e ajudar na identificação de mudanças de comportamento que geralmente envolvem riscos, conforme orienta o Governo Federal através do Ministério da Saúde (2018).

Dentre as estratégias descritas acima, uma delas é falar sobre o tema, sobre a realidade do suicídio no Brasil e no mundo, induzindo debates e diálogos, auxiliando a observação de indícios de risco no comportamento dos jovens, como também os sinais de perigo que, se forem detectados em seu início, podem salvar vidas. Cuidar da saúde emocional do jovem, dos sintomas de depressão típica que acomete alguns adolescentes, não significa estigmatizá-los como doentes, ao contrário, possibilita reconhecer as dificuldades sociais dessa faixa etária associada aos processos de desenvolvimento psicológico comuns a eles. Contudo, se houver crises recorrentes e a piora do quadro, o ideal/recomendado é buscar ajuda profissional especializada (BRASIL, 2018).

Uma ação básica nas estratégias de prevenção consiste em buscar ajuda o quanto antes conforme dados da OMS (2018). Em um estudo de 15 mil casos de suicídio entre jovens, foi observado que 98% deles apresentavam dificuldades de cunho psicológico (o texto oficial usa o termo mental) e falta de assistência à saúde mental, gerando prejuízos irreversíveis e, como confirmado nesse estudo, levando à morte.

A atenção à saúde mental surge como núcleo das estratégias para reduzir o aumento dos índices de suicídio entre jovens, não esperando a evolução de quadros problemáticos e interferindo em situações de risco o quanto antes.

O Conselho Federal de Medicina (CFM) e a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), desde 2003, em seus sites oficiais, colocam como meta “[...] iluminar e estampar o amarelo nas mais diversas resoluções, garantindo maior visibilidade à causa”. Em termos práticos, esse ideal propõe palestras, atividades ao ar livre, caminhadas, passeios ciclísticos, reuniões com gestores públicos, entre outros distintos atos.

Dessa maneira, fica muito claro, nas diretrizes públicas nacionais, que o suicídio deve ser tratado como problema de saúde pública, tal como outras doenças epidêmicas, como cólera ou dengue, e a experiência internacional demonstra que a melhor forma de fazer isso é a partir de políticas públicas ancoradas em evidências e dados fidedignos, mesmo com a dificuldade de sua exatidão, além das subnotificações.

Na pandemia da COVID-19, está preconizado o isolamento social pelas autoridades de saúde mundiais, mas há também o medo da contaminação, o de perder entes queridos, as inseguranças financeiras que atingem os mais vulneráveis (crianças, adolescentes, idosos) e suas famílias, conforme o manual *Suicídio na Pandemia COVID-19*, da Fundação Oswaldo Cruz (2020). Esse cenário tende a suscitar ou agravar o sofrimento e, conseqüentemente, os problemas de saúde mental, em especial a depressão e a ansiedade, aumentando o risco do comportamento suicida. (GOLBERSTEIN, et al., 2019).

Neste contexto, os autores colocam que a interação *online* surge como uma ferramenta fundamental na comunicação e no fortalecimento de laços sociais durante o isolamento. Contudo, há igualmente a necessidade de atentar ao uso de mídias virtuais com conteúdo sobre o comportamento autolesivo e suicida, já que as páginas de Facebook, Instagram, grupos de WhatsApp e outras mídias digitais possibilitam tanto a construção de vínculos, o compartilhamento de experiências e a oferta de apoio, quanto podem contribuir para a normalização de comportamentos suicidas. Complementa os autores que a autoagressão é frequentemente um comportamento velado, e a criança ou o jovem podem dar sinais sutis de que precisam de ajuda.

Seguindo as recomendações do Governo Federal, os profissionais de saúde pública devem atuar no cuidado às crianças, adolescentes, adultos e idosos e, no caso específico dos jovens, é preciso tomar as seguintes medidas: ter clareza e compreensão do que é a morte; não duvidar, desqualificar ou minimizar os relatos de desejo de morte; acolher a pessoa e sua família sem julgamentos, considerando o ato como um sinal de alerta, especialmente para evitar o

episódio suicida; evitar apontar culpados ou causas nos casos suspeitos ou confirmados de violência autoprovocada; e realizar a notificação compulsória às autoridades sanitárias. Em nosso país, as normas relativas à notificação compulsória de doenças encontram-se na Lei n. 6.259, de 30 de outubro de 1975, determinando como oferecer ajuda para iniciar um acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico e fazer o encaminhamento deste à rede de proteção social quando há suspeita de motivação intrafamiliar ou de violação de direitos.

As recomendações oriundas da Lei nº 13.819/2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio do Governo Federal, orientam, em caso de perigo imediato de comportamento suicida ou de automutilação, acionar o SAMU 192 e/ou orientar o familiar, no caso de adolescentes os pais/responsáveis, e levar para um atendimento de emergência em UPA, pronto-socorro ou hospital, como também não deixar a pessoa sozinha e garantir que receba o atendimento em saúde em caráter de emergência.

As ações na escola pública devem ser fundamentadas, devido ao seu grau de risco, de acordo com as recomendações da OMS (2018), e classificadas como universais, relativas a toda a população (sem discriminações), independente do risco, tendo seu objetivo impedir o início desses comportamentos. A meta é reduzir os fatores de risco com uma busca ativa mediante a disponibilização da comunidade de informações e acolhimento. Por fim, indica a ação imediata, específica para populações em risco iminente ou que já desenvolveram o comportamento alvo. (FIOCRUZ, 2019).

Seguindo a orientação dessa cartilha, as famílias que perdem um membro por suicídio estão sujeitas à cobrança social, preconceitos, estigmas e discriminação, bem como o medo da possibilidade de um suicídio ocorrer na família novamente. Assim, sentimentos conflituosos sobre a perda podem aparecer e dificultar o processo de luto, gerando mais conflitos. Nesse contexto, surge a culpabilização e nesse caso, recomenda-se a vigilância e o controle de acesso aos meios letais.

As estratégias que devem promover a conscientização na escola e na população, em geral, são indispensáveis na prevenção do suicídio, uma vez que, ao fornecer informações coerentes e consistentes, os mitos e crenças sobre o fenômeno são reconstruídos, oferecendo-se possibilidades de cuidado e assistência àqueles que dela necessitam (OMS, 2014). O tema se torna menos perigoso se a escola encarar os fatos com mais consciência e responsabilidade, sem estigmatizar, julgar ou excluir os que precisam de ajuda.

A OMS (2014) reconheceu a pós-venção como uma importante ferramenta na área de prevenção ao suicídio no relatório *Prevenindo o suicídio: um imperativo global (Preventing Suicide: A Global Imperative)*, que recomenda que todos promovam suporte aos sobreviventes.

Um adequado suporte deve ser oferecido aos enlutados e programas nacionais de prevenção do suicídio devem incluir esse tipo de suporte, o que justifica os argumentos apresentados neste trabalho de pesquisa.

A meta da OMS (2018) é promover a redução de 10% dos óbitos por suicídio até o ano de 2020. O Ministério da Saúde, desde então, estrutura uma agenda estratégica contendo ações de prevenção. Nesses projetos, foram empenhados R\$ 4,5 milhões para o desenvolvimento de pesquisas sobre o risco de suicídio e saúde psicossocial e uma ação conjunta com pesquisadores internacionais. O total previsto para essa ação é de R\$ 12 milhões. Também foram empenhados R\$ 1,4 milhão para a realização de projetos nas Redes de Atenção Psicossocial (RAPS), nas capitais de Manaus (AM), Campo Grande (MS), Boa Vista (RR), Teresina (PI), Porto Alegre (RS) e Florianópolis (SC), consideradas prioritárias devido ao alto índice de suicídio observado nesses locais, de acordo com dados publicados em Diário Oficial da União (2018). Outros R\$ 500 mil foram liberados para a ampliação da gratuidade nas ligações para o telefone do CVV. Em 2017, o CVV recebeu dois milhões de ligações de cidadãos em busca de ajuda, o que corresponde ao dobro registrado em 2016.

Como visto, em 2017 o Governo Federal habilitou 109 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) localizados em 20 estados e, segundo dados do Ministério da Saúde, nos locais onde existiam CAPS, uma iniciativa do SUS, o risco de suicídio foi reduzido em até 14%.

Um outro programa que implementa estratégias de prevenção ao suicídio é o “*BELIEVE*” e, dentre seus objetivos, estão avaliar a autoestima e a capacidade de resolução de problemas dos adolescentes e intervir para a sua melhoria, conforme Facanha (2010). Sua estrutura contempla duas vertentes em sua atuação, uma orientada aos cuidados de saúde primários e outra, ao meio escolar. Quanto à sensibilização, discussão e reflexão, essa ação foi realizada com todos os profissionais envolvidos com os objetivos de desmistificar o conceito do suicídio, alertar para a necessidade de avaliar a gravidade de intenção suicida; discutir fatores dos comportamentos suicidas e sistematizar os modelos de ações, discutindo os recursos comunitários existentes.

Os dados do Mapa da Violência (2017), publicado anualmente a partir de indicadores do Ministério da Saúde, expôs os crescentes índices de entre 2000 e 2015 na cidade de São Paulo, onde os suicídios aumentaram 65% entre pessoas com idade de 10 a 14 anos, e 45% entre adolescentes de 15 a 19 anos, tornando-se a segunda causa de morte dessa faixa-etária.

Assim, os adolescentes estão entre o principal grupo de risco para o desenvolvimento da depressão, conforme aponta o relatório da federação de empresas de seguro de saúde dos Estados Unidos e, desde 2013, as taxas de depressão aumentaram 65% entre meninas

adolescentes e 47% entre meninos, sendo essa fase um período peculiar em que se está construindo uma série de referências profissionais, sociais, de vínculos e orientação sexual, bem como mudanças de amizades, desafio em relação a autoestima, pressões familiares e da escola para ingresso no ensino superior e à cultura do consumo fomentada pelas redes sociais.

Segundo a OMS (2018), 90% dos casos de suicídio podem ser evitados através de ações de prevenção, de forma que a escola, espaço em que os adolescentes vivem grande parte dessa fase, precisa falar sobre suicídio e outros atos potenciais desencadeadores, como o *bullying*, a depressão, o abuso de drogas e a violência doméstica, de uma forma constante para que se desmistifique os estigmas e preconceitos acerca da temática. O trabalho da escola, como visto, deve envolver os pais e agentes da saúde, levar em conta o contexto social de vida de cada aluno e se concentrar em atividades que promovam a interação e o acolhimento socioemocional desses jovens.

Maiores informações que podem fomentar estratégias de prevenção ao suicídio em adolescentes podem ser encontradas no CVV, nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), na rede pública de atendimento psiquiátrico e psicológico e na Vita Alegre, que oferece manuais, estudos e sugestões de livros e filmes sobre o assunto. Há ainda o Projeto Cuca Legal, o Programa de saúde mental da Unifesp, a Associação Americana de Suicidologia, que oferece material de formação e o site Setembro Amarelo, campanha de conscientização e prevenção do suicídio, promovendo ações no mês de setembro, acessando [setembroamarelo.org.br](http://setembroamarelo.org.br)

### 3.3.2 Experiências, projetos e propostas de atuação

A trajetória histórica da Psicologia Escolar Educacional foi alvo de muitas críticas, muitas delas ligadas à educação no Brasil e, atualmente, vem sendo estudada por diversos autores com o fim de determinar suas direções e sua consolidação como profissão necessária à realidade educacional. Em poucas décadas, ela vem sofrendo diversas transformações, novos olhares sobre a escola pública e sua estigmatização, sendo percebida como um importante instrumento de modificação de uma realidade ignorada.

No prisma arqueológico desse ramo, Souza (2000) afirma que no começo da década de 60, a regulamentação da profissão de psicólogo estava inserida em um momento político de movimentos sociais intensos e crises, ou seja, regimes que priorizavam uma ideologia liberal, não muito diferente de hoje, e os interesses de uma classe dominante. O sistema público educacional foi ampliado, relacionando a psicologia e a educação, fato que gerou uma maior demanda de serviços de ordem psicológica a alunos. A Psicologia era baseada em uma ideologia

de práticas de discriminação, formatação e passividade e muitas vezes excluía o estudante do meio educacional, não se importando com sua transformação social, essência da Psicologia. Essa perspectiva era baseada em um modelo médico, clínico de atuação, uma visão simplista do processo escolar que, muitas vezes, reduziam uma realidade à culpabilização dos mais pobres.

Psicólogos escolares, antes limitados às clínicas ou os consultórios, passaram a participar junto com outros trabalhadores de movimentos sociais, conforme Marinho-Araújo (2015) demonstrando, na história da psicologia escolar, uma nova ciência com uma visão de homem e uma sociedade dialeticamente construídos em suas relações sociais e históricas.

A Psicologia Escolar Educacional pode contribuir muito para um novo entendimento sobre o tema do suicídio, propondo uma visão mais humana e menos preconceituosa, com ações que acolham uma população específica e não mais retirando os alunos “problemáticos” do contexto escolar e enviando-os às instituições psiquiátricas ou para receberem medidas socioeducativas. Por seu turno, a Psicologia Escolar Educacional busca o desenvolvimento intelectual, afetivo e social e pode auxiliar na criação de pessoas melhores, livres, conscientes de sua posição na sociedade, adaptadas às mudanças históricas, não se alienando, mas tendo a consciência de serem pessoas constantemente em movimento.

Em se tratando de uma ciência que tem por objeto o homem, a Psicologia vem se desenvolvendo e se transformando historicamente. Houve um tempo em que aos que tentavam suicídio eram aplicados testes mentais, de personalidade e tratadas como objeto de laboratório e, geralmente, constituíam-se numa categoria social vulnerável como deficientes. Assim justificavam seu fracasso escolar e social: ora por serem desequilibrados, ora usuários de substâncias entorpecentes. Porém, em meados dos anos 70, um movimento encabeçado por Patto (2007), surgiu para denunciar a realidade social da época. Em seu artigo “Escolas cheias, cadeias vazias”, expõe a realidade sobre as raízes ideológicas do pensamento educacional brasileiro, sobre a patologização dos mais pobres, sobre o preconceito em relação à escola pública e aos seus alunos, como também acerca da reserva de mercado resultado dessas ações e a manutenção de classes intransponíveis nos níveis sociais e, por fim, a culpabilização ora da escola, ora do professor, ora do aluno ou de todos juntos.

Assim sendo, o psicólogo que atende esses casos não deve demonstrar sentimentos negativos aos pacientes, como julgamentos ou condenações, comuns no senso comum da sociedade sobre o tema. Sentimentos de raiva, aversão, negação podem iniciar uma crise em quem está sendo acolhido, elevando a sensação de abandono. O profissional precisa estar bem equilibrado psicologicamente para essas ações, pois pessoas em crises geralmente acabam por



ser “tóxicas”, termo cunhado por autores da Psicologia que define a capacidade de transpassar a outros suas angústias e sentimentos hostis.

Um lado pouco observado nos arcabouços científicos, principalmente quando se trata de pessoas ligadas aos suicidas que causaram danos a outros, são os que ficam, ou seja: amigos, professores e a família enlutada. Em relação ao luto que envolve o suicídio, estatísticas apontam que, para cada caso, no mínimo dez pessoas são atingidas, portanto as políticas públicas estão agora sendo constituídas de preocupações com esse segmento do fenômeno, porém os programas de “pós-venção” ainda são escassos. Nessa direção, a Associação Internacional de Prevenção ao Suicídio<sup>25</sup> IASP, (*International Association for Suicide Prevention*) – que se dedica à prevenção de comportamento suicida e ao alívio de seus efeitos e fornece um fórum para acadêmicos, profissionais de saúde mental, trabalhadores em crise, voluntários e sobreviventes de suicídio – declarou que, dos 52 países associados, apenas uma minoria oferece serviços específicos aos enlutados pelo suicídio, segundo Botega (2015).

Para se compreender uma realidade de forma crítica, é necessário entender seus caminhos, lutas, conquistas e percalços, como também compreender seu tempo datado, momento de discussões. A história de seu percurso é tão fundamental como seu objetivo para entender o presente e se preparar para o futuro.

E, assim, começa essa trajetória, até chegar à Lei n. 13.935/2019, a qual foi publicada no dia 12 de dezembro de 2019, no Diário Oficial da União, constituindo-se como um importante passo para a história da psicologia, da assistência social, da escola pública na Educação Básica no Brasil. Essa lei dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de Educação Básica. Em seu corpo, está a criação desses serviços para que as redes públicas possam suprir as necessidades e prioridades elencadas pelas políticas de Educação, por meio de equipes multidisciplinares.

Em relação à inserção do psicólogo na escola, é primordial colocar que essa inserção não deve se basear no modelo médico ultrapassado, que visa transformar a escola em uma “clínica”, assim como a escola não deve ser vista como lugar adequado para ocorrer o processo psicoterápico individual ou coletivo. O psicólogo é o profissional que integrará uma equipe multidisciplinar e que irá contribuir para o desenvolvimento do processo educativo, com os

---

<sup>25</sup> A Associação Internacional para Prevenção do Suicídio (IASP) dedica-se à prevenção de comportamento suicida, aliviar seus efeitos e fornece um fórum para acadêmicos, profissionais de saúde mental, trabalhadores em crises, voluntários e sobreviventes de suicídio.

aportes teóricos dessa ciência e a finalidade de colaborar para construir uma escola que promova o desenvolvimento dos jovens e uma sociedade mais justa e igualitária.

Diante do contexto que envolve o ensino público e seus atores, tais como acontecimentos violentos, massacres, suicídios, abuso sexual, polêmicas em relação ao estudo de gênero e intolerância sob diversos aspectos, cresce a preocupação com os profissionais que podem auxiliar nessas situações. Professores, diretores e demais funcionários da escola estão sobrecarregados com episódios que ultrapassam suas competências e atribuições e constam entre muitos profissionais que vêm sendo apontados como omissos ou despreparados na estrutura pública escolar, salvo exceções em dois estados da federação, onde destaca-se a figura do psicólogo especializado em Psicologia Escolar.

Andrada et al (2018), ao considerarem essa realidade, postulam que a atuação desse profissional é a de um agente que promove ações direcionadas ao desenvolvimento dos alunos, atuando junto com outros profissionais, com estratégias para superar as demandas que surgem no cenário escolar. Os problemas que os envolvem são reflexos da sociedade e da realidade em que vivem, porém não têm a sua gênese no indivíduo, não surgem dele, mas nele se manifestam. Os fenômenos devem ser entendidos de forma singular e também coletiva, superando a classificação dos sujeitos como vítimas ou culpados, principalmente os alunos ou professores considerados problemáticos ou incapazes na instituição. A autora reafirma a importância de investir na formação inicial e continuada disponibilizada a todos, alunos e professores, dando-lhes a oportunidade de se apropriarem da cultura, das teorias, das técnicas adequadas, de conceitos e de metodologias que conduzam ao diálogo e ao pensamento dialético.

Outro aspecto importante é que a atuação da Psicologia Escolar Educacional Crítica deve ser a de agente de transformações, de inserção do sujeito na sociedade que o constitui, tendo como foco as relações entre sujeitos em um contexto datado, político, social, histórico e econômico, a fim de propiciar uma mudança efetiva da realidade, desqualificando os falsos paradigmas normatizados e cristalizados.

A Psicologia Escolar Educacional inserida nas escolas parece ser ainda é uma espécie de adaptação estatal a uma demanda da sociedade. Ações superficiais com o intuito de compreender o que prejudica o desenvolvimento dos alunos são espaçadamente realizadas, um movimento mais pautado pela patologia e pela medicalização, uma verdadeira “psicologia da doença”.

Ressalta-se que a posição defendida nesta pesquisa tem uma perspectiva totalmente antagônica a isso, ou seja, o Psicólogo Escolar Educacional deve proporcionar ações que promovam o desenvolvimento e não apenas uma investigação do porquê de seus fracassos e

deve buscar formas de enfrentamento das crises desse ambiente em conjunto aos demais profissionais do contexto escolar, e não de forma individual, “trancado em uma sala”.

Tratar com um adolescente assuntos complexos que envolvem riscos de vida não é uma tarefa fácil e muitas pessoas, que idealizaram uma carreira no âmbito da educação tempos atrás, imaginaram que teriam que se preparar para um enfrentamento desse. Não basta amor à educação, capacitação em didática, sem os conteúdos específicos da psicologia, contrariando o que atualmente é propagado pela visão de patologia ou de segurança. O Psicólogo Escolar Educacional aparece como um complemento a essa equipe, não para dividir esse espaço em educacional e terapêutico e instituir a clínica de segregação entre sadios e patológicos, mas sim para contribuir com todos no ambiente escolar com uma visão que entenda esses processos e essas fases tão críticas na existência dos jovens.

É importante compreender que o educador também adoece quando vê seus alunos em crise; todos “sangram” juntos na escola, todos carecem de ajuda. A Universidade da Califórnia (2006), em um manual de enfrentamento da depressão, em seu tópico, “um plano de ação para criar um campus mais saudável”, definiu algumas ações que podem auxiliar estudantes em crise: conversar com o educando reservadamente; promover a valorização dos sentimentos (sofrimento); ouvir a demanda com atenção, buscando pontos importantes e riscos presentes; promover acolhimento adequado; ser seguro quanto a uma ação de mudança; passar credibilidade e segurança à pessoa, e iniciar o processo assim que possível; abordar a ocorrência de ideação de suicídio, se possível um serviço de atendimento psicológico no sistema de saúde e, em caso de violência sexual, aconselhar como a família deve buscar ajuda legal e como encontrar uma maneira de readaptar, de forma sensível, aquele estudante a uma rotina adequada.

Mesmo com leis extremamente importantes, a situação atual e com a constante evolução da Psicologia no Brasil, no caso a Psicologia Escolar Educacional, é preciso muita cautela sobre as expectativas e, principalmente, acerca da falta de conhecimento de todos os aspectos pelos profissionais da educação, administradores públicos e sociedade.

Um fato primordial é, de pronto, compreender que o psicólogo não é um “mágico, que, com uma varinha de condão, chegará como salvador e resolverá todos os problemas da escola”, como expôs a autora Sônia Urt, na aula inaugural de um curso de especialização, em setembro de 2019 em Campo Grande/MS. Nesse sentido, não será com ações equivocadas que vai se resolver o problema. Ao contrário, colocar um profissional dentro da escola para “clinar”, separando alunos em grupos de saudáveis e doentes/problemáticos, irá transformar a escola em um perverso instrumento de manutenção do *status quo*, estigmatizando comunidades, pessoas, interferindo em seus desenvolvimentos escolares, psicológicos e profissionais.

A escola deve ser vista, como afirma Angerami (2018), no ambiente em que estão inseridos nossos adolescentes e nossas crianças e, se estes estão em risco, é em seu território que podemos começar a entender mais sobre o que estamos vivendo: os famosos “porquês”.

Mas, o que se espera da formação atual de nossas escolas, e qual é a sua relação com o aumento de suicídios de alunos? O homem, em um mundo estruturado no consumo desenfreado de bens, onde “ter” é melhor que “ser”, está se tornando uma coisa, uma mercadoria. A cultura de massas, acessível a esses jovens, os leva a uma desesperança no futuro por quais motivos? Que sociedade estamos mantendo ou construindo onde jovens na “flor da idade” preferem deixar de existir?

O homem não é um ser que vive isolado, ele vive em grupos, comunidades, se comunica e, mesmo sem necessidade de fala, suas atitudes expõem intensões. Portanto, essa forma de interação permeada pela linguagem é que permite a ele uma maior estruturação, o que o diverge dos animais, cria o seu mundo, elabora sentimentos e essa é uma situação de extrema importância no entendimento do suicídio em adolescentes, por isso importa investigar suas formas de comunicação e de linguagem. O jovem, por meio da linguagem ou do comportamento, se comunica quase o tempo inteiro e sente a necessidade de se encontrar, em um processo de formação da identidade de forma aguda e, nesses padrões, é possível começar a ouvir os sinais de perigo, ou seja, seus pedidos de ajuda. Sem muita consciência ainda, o adolescente começa a perceber as regras permeadas na sociedade, os sistemas políticos e econômicos e, conseqüentemente, choca-se com a realidade de um sistema que mede o valor das pessoas pela sua capacidade de produção e de consumo

E, assim, cada vez mais, por meio de leis como a inserção dos profissionais de psicologia em instituições públicas, como hospitais e escolas, e de novos programas que valorizam essa ciência, fica evidente que é preciso perceber o fenômeno por um outro paradigma e em outros patamares. Isso deve ser feito de forma que a sociedade não seja fragmentada ou patologizada em suas diferentes faixas etárias ou em diferentes ambientes públicos, e que o sofrimento humano passe a ser visto com mais empatia, entendido através das necessidades apresentadas em cada região do país. A Psicologia é ciência que tem condições de inovar e trazer um entendimento mais atualizado e humano.

É pertinente, diante do exposto, estabelecer uma relação entre a adolescência, o suicídio e a inserção do Psicólogo Escolar na escola pública, como auxílio ao enfrentamento do suicídio. Uma vez que leis foram recentemente aprovadas no Congresso Nacional, é preciso entender que programas específicos de atuação, dentro e fora das escolas públicas, precisam ter caráter de auxílio a todos, alunos, comunidade e profissionais, porque o suicídio é um fenômeno que

envolve um conjunto de pessoas. Para isso, estratégias precisam ser estabelecidas como suporte a quaisquer indivíduos envolvidos, alunos, pais, professores e a sociedade em geral.

Silva (2008) e Campos (2008) discutem a violência que atinge a escola em uma pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), de 2005, sob o título de “Pesquisa Nacional Qualidade da Educação: a Escola Pública”, na qual se observa a posição dos pais de alunos das escolas públicas em regiões urbanas do país e também a qualidade das escolas e as condições institucionais e de ensino. O resultado apresentado relata que a “autoridade” escolar está enfraquecendo, e isso interfere no aprendizado, porque os responsáveis pelos alunos valorizam diretores rígidos e de “linha dura”.

Ao contribuir com a discussão do tema, Velho (1996) analisa a relação que a violência tem com o poder, quando, em uma determinada situação, uma pessoa impõe sua vontade sobre o outro e produz uma ruptura do equilíbrio, não importando os fins. A violência funcionária, nesse caso, em uma analogia na estrutura dorsal do poder, aparecendo no contexto da escola pública de diversas formas, sendo explicitamente sob a forma de imposição de normas, muitas ineficazes ou indevidas, ou quando, indiretamente, os gestores se omitem em sua organização e manutenção.

É imperioso afirmar que o sujeito autônomo não é um ser alheio ou contra as normas, mas capaz de entendê-las, criticá-las em movimentos sociais e modificá-las em busca de uma sociedade mais justa e igualitária, e não apenas se submeter às normas sem entender como o sistema e a sociedade funcionam. Emancipação e revolta são dois termos misturados “politicamente” para justificar a brutalidade/violência estrutural do Estado em suas ações.

Assim, se discute neste trabalho os riscos e a qualidade de vida e de oportunidades de um segmento da sociedade, e a escola torna-se fundamental para a mudança, para a evolução de nossa sociedade, uma vez que a saúde, seja mental ou física, está diretamente ligada à capacidade do homem de produzir sentidos diante dos conflitos sociais, diante da crise e, dessa forma, ele elabora e produz novos significados ou fica inerte, preso a uma situação conflituosa de desorganização que pode levar a um estado patológico da personalidade. Patológico é viver sem consciência de si e da sociedade.

A universalização da escola, é bom lembrar, no passado elitista, era destinada a uns poucos privilegiados, mediante a necessidade de preparar a criança e o jovem para o mudo do trabalho, ou seja, ao mundo do Capital, ensejou o advento da escola pública para educar uma mão de obra disponível, isto é, uma massa de trabalhadores. No Brasil, o que se configura hoje em dia é a escola pública desprestigiada, que, apesar dos recursos dos governos, é escola

negligenciada pelo poder público e pela sociedade, sobretudo nas regiões periféricas das grandes cidades. Existem na verdade escola públicas de excelência, mas são as exceções.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa não pretendeu esgotar o assunto sobre o suicídio e a escola, mas abrir portas para a divulgação e o aprofundamento do tema. Trata-se de uma tarefa de extrema dificuldade devido à sua complexidade, tanto no âmbito social como no psíquico.

No primeiro momento deste estudo, apresenta-se uma análise do fenômeno do suicídio a partir da ótica histórico-social, assim como registros de sua ocorrência pela história dos homens nas sociedades antigas e contemporâneas.

Na Psicologia Histórico-Cultural, fundamenta-se o entendimento do suicídio na sociedade como um ato que supera suas causas biológicas, fenômeno antagônico à sua naturalização como um acontecimento inato, portanto como um comportamento que surge a partir das relações sociais. Dados relevantes foram obtidos na produção científica recente para se compreender a ocorrência do suicídio no mundo, principalmente em jovens, o objeto de interesse desta pesquisa junto da escola pública, na cidade de Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul.

Uma vertente desta pesquisa foi a abordagem do objeto visto através da manifestação e da emancipação humana, em especial na trajetória de Baró e sua teoria, focalizando uma sociedade próxima ao contexto do Brasil. Essa teoria permite compreender a escola pública, seu caráter de formação, educação e libertação dos jovens, sua importância para combater as mazelas de uma sociedade que se caracteriza pela desigualdade, pela violência, pelo preconceito, pelo consumismo e muitos outros problemas.

Seguido de um levantamento sobre as produções científicas e jornalísticas como fontes desta pesquisa, o primeiro passo foi procurar o problema no âmbito nacional e, o segundo, centralizar no que está posto na mídia regional sul-mato-grossense. Prosseguindo, partiu-se para a discussão e a exposição das ocorrências crescentes do fenômeno, visto que os estudos e pesquisas respectivas são ainda recentes no país, sobretudo em relação à atuação do psicólogo escolar frente ao suicídio de adolescentes, fatos percebidos em estatísticas publicadas nos últimos dez anos, bem como em notícias nos jornais que começam a alarmar toda a sociedade.

Em síntese, de tudo que foi abordado neste trabalho, percebe-se que esta tríplice abordagem, suicídio, jovens e escola pública, pertence a uma realidade em constante mudança. A mídia jornalística, objeto de estudo empírico nesta pesquisa, desde o ano de 2010, também se transforma, pois acompanha a evolução dos casos e suas proporções e destina a estes referências que, muito embora estejam eivadas de senso comum, levam um alerta à sociedade e fornecem os conteúdos que geram discussões fundamentais para que o estado, no caso o de

Mato Grosso do Sul, assuma suas responsabilidades de fazer acontecer políticas públicas de prevenção e de proteção aos seus jovens, já que lidera o *ranking* de suicídio e violência dentre esses sujeitos em todo o país.

No momento final desta pesquisa, tem-se a consciência de que se trata da abertura de um caminho novo e consistente no estudo, na compreensão e na explicação do fenômeno, bem como da escola e da sociedade para contribuir na transformação de uma realidade de violência. Este trabalho se materializa também como uma motivação, ou seja, um incentivo à produção e ao aprofundamento das pesquisas sobre o suicídio, com o intuito de colaborar para o arcabouço do conhecimento científico e, em especial, combater o senso comum prejudicial e corriqueiro no modo de lidar com o problema.

Do rio que tudo arrasta/ Se diz que é violento/ Ninguém diz violentas/ Às margens  
que o cerceiam. (Bertold Brecht).



## REFERÊNCIAS

ALVES, Gilberto Luiz. **Mato Grosso do Sul, o universal e o singular**. Campo Grande, MS: Ed. Uniderp, 2003.

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. Tese apresentada ao Departamento de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 1998.

ARENDT, Hanna. **Entre o passado e o futuro**. Trad: Mauro W. Barbosa. 5. ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979.

ARIÈS, Phillipe. **História Social da infância e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1971.

BRECHT, Bertold. **Poemas 1913-1956**. Ed. 34, 2001.

BRASIL. **Cadastro Nacional de Estabelecimentos de saúde - CNES**. Disponível em: <http://cnes.datasus.gov.br/>. Acesso em: 13 fev. 2020.

BRASIL. Lei n. 13.819, de 26 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13819.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13819.htm). Acesso em: 13 fev. 2020. OK

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 13 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução CNS nº 218 de 06 de março de 1997**. Reconhece como profissional de saúde de nível superior as seguintes categorias: assistentes sociais, biólogos, profissionais de educação física, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, médicos, médicos veterinários, nutricionistas, psicólogos e terapeutas ocupacionais. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Disponível em: [http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso\\_97.htm](http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_97.htm). Acesso em: 13 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Depressão. DF: Presidência da República. Disponível em: <https://saude.gov.br/saude-de-a-z/depressao>. Acesso: 14 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Notificação de Violência Interpessoal/ Autoprovocada – **Portaria GM/MS nº 1271/2014 e SINAN versão 5.0. 2018**. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/acidentes-e-violencias/notificacao-de-violencia-interpessoal>. Acesso em: 01 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.876, de 14 de agosto de 2006**. Institui Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio, a ser implantadas em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. Brasil, DF: Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt1876\\_14\\_08\\_2006.ht](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt1876_14_08_2006.ht) ml. Acesso em: 13 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Prevenção do suicídio: manual dirigido a profissionais das equipes de saúde mental**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana de Saúde, Unicamp, São Paulo. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_editoracao.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_editoracao.pdf). Acesso em: 13 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Prevenção do suicídio: sinais para saber e agir**. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/saude-de-a-z/suicidio>. Acesso em: 26 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Consolidação das normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde. Portaria de Consolidação GM/MS nº 04, de 28 de setembro 2017. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, de 03 de outubro de 2017b.

BOTEGA, Neury José. **Crise suicida**. Avaliação e manejo. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2015.

CANDAU, Vera Maria; LUCINDA, Maria da Consolação; NASCIMENTO, Maria das Graças. **Escola e Violência**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é Capitalismo?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Código de Ética Profissional**. Conselho Federal de Psicologia, 2. ed. Brasília: CFP, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Tentativas de aniquilamentos de subjetividades LGBTIs**. Brasília, DF. 2019. Conselho Federal De Psicologia. Subsídios da campanha – Não à medicalização da vida e da educação. Brasília, DF, 2011 . Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Caderno\\_AF.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Caderno_AF.pdf). Acesso em: 26 nov. 2019.

CORRÊA, Valmir B. **História e violência em Mato Grosso: 1817 – 1840**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2000.

DAMACENA, Andréa e ARNAUD, Edy . (2001), **Violência no Brasil: Representação de um Mosaico**. **Cadernos Ceris**, Rio de Janeiro. Ano I, n.1, p. 7-33, abr., 2001.

DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** Quatro ensaios críticos-dialéticos em filosofia da educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria Vigotskiyana. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

DUARTE, Newton. **Educação Escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

FAÇANHA, Jorge Daniel Neto *et al.* Prevenção do suicídio em adolescentes: programa de intervenção believe. **SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.** (Ed. port.), Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p. 1-16, 2010. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S180669762010000100002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180669762010000100002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 16 out. 2020.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias; MARTINS, Lígia Angelo; ABRANTES, Angelo Antonio. **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice.** Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. **Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor?** Um estudo crítico-comparativo da Teoria do Professor Reflexivo, do Construtivismo e da Psicologia Vigotskiana. Campinas: Autores Associados, 2004.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias.; SOUZA, Marilene Proenças Rebello de.; LEAL, Zaira Fátima de Rezende Gonzalez. **Adolescência em foco.** Contribuições para a Psicologia e para a educação. Maringá: Eduem, 2014.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, p. 257-272, ago., 2002.

FREEDMAN, J. **Eliminando provocações.** São Paulo: Ed. M. Books, 2004.

GOLBERSTEIN, Ezra; WEN, Hefei, MILLER, Benjamin, F. Coronavirus Disease 2019 (COVID-19) and Mental Health for Children and Adolescents. **Jama Pediatr.**, v. 174, n. 9, p. 819-820, abr. 2020. Disponível em: <https://jamanetwork.com/journals/jamapediatrics/fullarticle/2764730>. Acesso em: 26 nov. 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa.** 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FUKUI, Lia. **Segurança nas escolas.** In: ZALUAR, Alba (org.). Violência e educação. São Paulo: Cortez, 1992.

FUKUMITSU, Karina Okajima. **Sobreviventes enlutados por suicídio: cuidados e intervenções.** 1. ed. São Paulo: Summus, 2019.

GUATARRI, Félix. **As Três Ecologias.** 11. ed. Ed. Papirus, 2001.

LEBRET, Louis-Joseph. **Suicídio ou sobrevivência do ocidente?** 3. ed. São Paulo: Ed. Duas Cidades, 1958.

LEONARDO, Nilza Sanches Tessato; LEAL, Zaira Fátima de Resende; FRANCO, Adriana de Fátima. (org.). **Medicalização da educação e psicologia histórico-cultural.** Maringá: Ed. Eduem, 2017.

LEONTIEV, Alexei. **O desenvolvimento do psiquismo.** Lisboa: Horizonte, 1978.

LEONTIEV, Alexei. **Linguagem desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ed Icone, 2016.

LURIA, Alexandre R. **Curso de Psicologia Geral.** Introdução evolucionista à psicologia. São Paulo: Civilização Brasileira, 1979. Vol. I.

MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria A Psicologia Escolar para todos: A opção pela intervenção institucional. Psicologia, Educação e Cultura. 2015.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e libertação na Psicologia**: estudos sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**. A degradação do outro nos confins do humano. Campinas: Ed. Huritec Ltda, 1997.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 12. ed. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

MOLON, Susana Inês. **Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2015.

NATIONAL INSTITUTE OF CHILD HEALTH AND HUMAN DEVELOPMENT. **The nichd study of early child care and youth development**. 2006.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2011.

NETTO, Nilson Berechtein. Educação, saberes psicológicos e morte voluntária: fundamentos para a compreensão da morte de si no Brasil colonial. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

NETTO, Nilson Berechtein. Suicídio: uma análise psicossocial a partir do materialismo histórico dialético. Programa de Estudos Pós-Graduação em Educação: Psicologia da Educação. PUC-SP, São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Marta Khol de. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio histórico. São Paulo: Scipione, 1997.

PETROVSKI, Arthur. **Psicologia evolutiva y pedagogia. Tradusido del ruso por Leonor Salinas**. Editora Progresso, 1980.

PRIGOGINE, Ilya. **Ciência, razão e paixão**. Trad. Edgard de Assis Carvalho, Isa Hetzel, Lois Martin Garda e Maurício Macedo. Organização: Edgard de Assis Carvalho, Maria da Conceição de Almeida. São Paulo: Livraria da Física, 2009.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky**. Uma perspectiva Histórico-cultural em Educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

RIBEIRO, Aurélio de Patrício. **A escola às avessas**: sujeito e instituição escolar no contexto do Bullying. Fortaleza: Ed. Premius, 2016.

ROLIM, Marcos. 2008. 174f. Bullying: O pesadelo na escola, um estudo de caso e notas sobre o que fazer. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Sociologia, Porto Alegre, UFRS, 2008.

SAVIANI, Demerval. **Educação e questões da atualidade**. 6. ed. Campinas, SP. São Paulo, Autores Associados, 1991.

SILVA, Ana Beatriz B. **Mentes inquietas**. Entendendo melhor o mundo das pessoas distraídas, impulsivas e hiperativas. 21. ed. São Paulo: Ed. Gente, 2003.

SIMONETTI, Richard. **Suicídio**. Tudo que você precisa saber. Bauru: Ed. CVEAC, 2006.

SOUZA, Lucia Trevisan de. *et al.* **Psicologia Escolar Crítica**: atuações emancipatórias nas escolas públicas. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2018.

SOUZA, Vera Lucia Trevisan. *et al.* **O Psicólogo na escola e com a escola**: A parceria como forma de atuação promotora de mudanças, Campinas, SP: Editora Alínea, 2018.

SPOSITO, Marília Pontes. A instituição escolar e a violência. **Cadernos de Pesquisa**, Fundação Carlos Chagas, 104, 1998.

SPOSITO, Marília Pontes. (coord.). **Juventude e escolarização** (1980-1998). Brasília: MEC/Inep/ Comped. Série Estado do Conhecimento n. 7, 2002.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **Psicologia Pedagógica**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo, SP: Ed. Martins Fontes, 2009.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. São Paulo, SP: Ed. Martins Fontes, 1984.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Psicologia pedagógica**. Trad. Paulo Bezerra, São Paulo, Ed. Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. Psicologia concreta do homem. **Educação & Sociedade**, Campinas: CEDES, ano XXI, n. 71, jul., 2000.

## ANEXOS

### 1.1. Planilha: Suicídio na mídia

#### PSICOLOGIA ESCOLAR/CAMPO GRANDE-MS

Ord.	CARACTERÍSTICA ESPECIAL	DATA	LOCAL	FONTE	NÚMERO	IDADE	SEXO	ESCOLA	MÉTODO	REGISTRO
1	Professor de Filosofia	27/12/2008	Novo Horizonte do Sul-MS	Fátima do Sul News						
2	No rastro da tragédia, jovens assustam os pais com grupo sobre suicídio.	23/09/2016	São Gabriel do Oeste-MS	Campo Grande News		12 a 16			Depressão. Suicídio coletivo.	
3	Polícia Civil ouve adolescentes que negam suicídio coletivo.	24/09/2016	São Gabriel do Oeste-MS	Midiamax					Suicídio coletivo. Boatos de WhatsApp.	
4	Mutilação entre meninas assusta cidade que enfrenta rumor de suicídio coletivo.	25/09/2016	São Gabriel do Oeste-MS	Midiamax					10 casos.	
5	Estudante se suicida no viaduto da Salgado Filho.	27/11/2016	CG-MS	Boca do Povo		24	M			
6	Parlamentares debatem ações contra Baleia Azul.	21/04/2017	CG-MS	O Estado					Jogos de desafios suicidas.	
7	Professora, coordenadora do EJA	11/09/2017	Deodápolis-MS	Campo Grande News						
8	No mês de prevenção ao suicídio, tentativas aumenta 40%.	30/09/2017	CG-MS	Campo Grande News					Solidão. Baleia Azul. Problema mundial.	
9	Juventude angustiada.	14/11/2017	CG-MS	Correio do Estado					Fatores emocionais afetivos. Pressão e Depressão.	
10	A família descobriu, depois do suicídio, o bullying que Karina sofria.	17/11/2017	CG-MS	Campo Grande News		15	F	Ensino Fundamental	Divulgação de fotos íntimas. Bullying. Discurso de ódio dos colegas da escola.	
11	Da dor da perda inesperada, Jardel quis ver outras vidas.	29/12/2017	Bonito-MS	Midiamax		18	M		Arma de fogo.	
12	Em 1 ano bombeiros atenderam 925 tentativas de suicídio na Capital. 50% crianças e adolescentes (10 a 19 anos).	23/06/2018	CG-MS	Midiamax					Adolescente de 15 anos ficou por 5 horas na caixa d'água em um condomínio, bairro Pioneiros.	

13	Projeto prevê medidas de prevenção contra o suicídio em jovens.	05/07/2018	CG-MS	Campo Grande News					Deputado Pedro Kemp-PT. Famílias mais vulneráveis.	
14	Projeto "Direitos Humanos pela Valorização da Vida" vai às escolas evitar depressão e suicídio.	20/08/2018	CG-MSSEMED	Midiamax					Brasil taxa 8,7 por 100 mil hab., estado 13,3.	
15	Pobre abandonada, fronteira sofre com violência e repetição escolar.	28/08/2018	Dourados Paranhos-MS	Campo Grande News					Falta de perspectiva econômica, homicídios e suicídios (Paranhos 29,25/100 mil habitantes. Bela Vista 20,64)	
16	Audiência vai debater prevenção contra suicídios de jovens em MS.	07/09/2018	CG-MS	Midiamax						
17	Jovens, por favor, a morte não é solução.	23/09/2018	CG-MS	Correio do Estado						
18	MS: suicídio acima da média nacional-Paola N. Lopes/MS	23/09/2018	CG-MS	A Crítica					Setembro Amarelo.	
19	Em MS 83% das mortes violentas foram de homens entre 15 e 29 anos.	31/10/2018	CG-MS	Campo Grande News						
20	Casos aumentam, mas entidades não sabem lidar com suicídio.	26/01/2019	CG-MS	O Estado MS						
21	Estado registra 1.498 mortes de 0 a 19 anos nos últimos 20 anos. Em 3 anos, 187 crianças, vítimas de arma de fogo.	23/03/2019	Mundo Novo-MS	Campo Grande News						Último caso: Mundo Novo-MS, menina de 11 anos.
22	Aluna da rede de ensino estadual, 14 anos, enforcou-se em CG-MS	25/03/2019	CG-MS	Campo Grande News						Em 1 ano, 91 jovens tentaram suicídio. 84 sendo meninas.
23	"Psicólogo é sonho de consumo", Coordenadora da SED-MS, Paola Lopes (AJA)	27/03/2019	CG-MS	Campo Grande News	1	14	F	E.E. Profª. Fausta GB		
24	Suicídio/mutilação. Projeto leva socorro à escolas do interior	23/06/2019	MS	Campo Grande News	1		M			
25	SLAM espalha poesia no terminal de ônibus.	13/07/2019	CG-MS	Campo Grande News					Terminal de ônibus Morenã-CG.	
26	César se suicidou depois de menina de 12 anos cometer suicídio.	02/08/2019	CG-MS	Campo Grande News				Ensino Fundamental		

27	"Falam que é drama", critica um aluno sobre depressão sem ajuda na escola.	05/08/2019	CG-MS			14	M	E.E. Rui Barbosa	Suicídio 28/07/2019	
28	Curso ensina professor a lidar com Depressão e Suicídio	06/08/2019	CG-MS	Campo Grande News					César, 14 anos, suicídio 28/07, depressão, falta de empatia no ambiente escolar	
29	Jovem é encontrada morta em condomínio de luxo na capital.	27/08/2019	CG-MS	Midiamax		27	F		Tratamento psiquiátrico.	
30	Projeto de prevenção, 180 tentativas entre janeiro e maio de 2019, foram registradas mais de 1 tentativa/dia em CG.	05/09/2019	SED/CG-MS	Midiamax	180	10 a 19			Depressão. Valorização da Vida. Violência.	
31	Suicídios sobem 32% em 3 anos e capital tem déficit de 244 leitos psiquiátricos.	13/10/2019	CG-MS	Campo Grande News					Aumento de 32%. Recorde 2018: 1.127. Déficit de leitos psiquiátricos.	
32	GCM terá curso para prevenção ao suicídio. SESEDES	21/10/2019	CG-MS	Midiamax					Ampliar conhecimento e identificação dos sinais.	
33	Tatuagem é jeito de continuar a vida de Kauê.	31/10/2019	CG-MS	Midiamax			M		Nunca demonstrou nada.	
34	Adolescente invade sala de aula e agride aluna após "briga de casal".	22/11/2019	CG-MS	Midiamax				E.E. José Maria H. Lopes	Ciúmes e espancamento.	
35	Sargento da PM se envolve em briga na escola, perde a arma e quase leva tiro.	26/11/2019	CG-MS	Midiamax				Escola Municipal, Bairro Guanandi		
36	Alunos, 9º ano escrevem jornal escolar ("Jornal Raízes do Conhecimento") na Capital/Suicídio	10/12/2019	CG-MS	Campo Grande News				E.M. Prof. Vanderlei R. de Oliveira		
37	Igreja polêmica prometeu "Cura Gay".	27/12/2019	CG-MS						R\$ 970,00: igreja promete acabar com "maldições e imoralidade sexual" e parcela em 10x no cartão.	
38	Filho de 17 anos presencia assassinato da mãe e suicídio do pai.	02/01/2020	CG-MS						Arma de fogo. Ciúme paterno.	



39	Sobre sonhos e verdade, Profª. de Língua Portuguesa e Coordenadora do Centro de Inovação, Pesquisa e Desenvolvimento do Colégio Positivo (Lucimeire Leduc P. Fedalto)	04/01/2020	CG-MS	Campo Grande News					Escola, suicídio, bullying, depressão.	
40	Relatório aponta 16 tentativas na população LGBT+ em Dourados/2019.	07/01/2020	Dourados-MS	Campo Grande News					Não aceitação. Violência. Preconceito. Discriminação.	
41	Suicídio em Dourados é maior entre homens de 35 a 64 anos.	27/01/2020	Dourados-MS	Campo Grande News	18/2019 14 M 4 F				Depressão	
42	Bombeiros interditam avenidas por 1h30 para retirar jovem de viaduto.	04/02/2020	CG-MS	Midiamax		25	M			
43	Psiquiatra desenha que depressão não é trsiteza, e que doença pode pegar todos.	02/03/2020	CG-MS	Campo Grande News					Jovens, suicídio e depressão.	
44	O custo da pandemia sobre a saúde mental de crianças e adolescentes- Profª. Do Departamento de Psiquiatria da USP.	12/05/2020	CG-MS	Campo Grande News					Estresse. Isolamento.	
45	Prontuário on-line. Clínica LGBT inaugurada: Casa Satine.	16/05/2020	CG-MS	Campo Grande News					Homofobia. Violência.	
46	Deputado quer prevenir suicídio na pandemia e reclama de divulgação na imprensa.	21/05/2020	CG-MS	Campo Grande News					Para o deputado é a divulgação de casos.	
47	MS tem maior número de denúncias de abuso a crianças e adolescentes do país. 1.344 denúncias, 42% abuso sexual.	22/05/2020	CG-MS	Campo Grande News					Abuso sexual de jovens.	
48	Pandemia vira gatilho de transtornos mentais.	28/05/2020	CG-MS	Campo Grande News					Pandemia Covid-19. Efeito lockdown.	
49	Sem nenhum caso no MS, polícia do PR alerta para "Desafio do Pateta" (Baleia Azul e Momo)	23/06/2020	CG-MS	Campo Grande News						
50	Menina de 13 anos comete suicídio em Ponta Porã-MS. (Estudante)	23/06/2020	Ponta Porã-MS			13	F			

51	Suicídios crescem 112% na Capital e matam mais que assassinatos. 2ª causa de mortes violentas em CG. 2019: 91 suicídios em CG. 1.621 tentativas.	23/06/2020	CG-MS	Campo Grande News						
----	--	------------	-------	-------------------	--	--	--	--	--	--